



**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA ALÉXCIA MICHELLE FERREIRA DE LIMA DE SOUZA**

**O ULTRANEOLIBERALISMO E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE O  
AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2023**

MARIA ALÉXCIA MICHELLE FERREIRA DE LIMA DE SOUZA

**O ULTRANEOLIBERALISMO E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE O  
AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**Linha de Pesquisa:** Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

**Orientação** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheyla Suely de Souza Silva

**CAMPINA GRANDE/PB**

**2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729u Souza, Maria Aléxcia Michelle Ferreira de Lima de.  
O ultraneoliberalismo e a correlação de forças entre o agronegócio e a agricultura familiar. [manuscrito] / Maria Aléxcia Michelle Ferreira de Lima. - 2023.  
103 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Ultraneoliberalismo. 2. Agricultura familiar. 3. Agronegócio. 4. Concentração fundiária. 5. Censo agropecuário. I. Título

21. ed. CDD 330.122

**MARIA ALÉXCIA MICHELLE FERREIRA DE LIMA DE SOUZA**

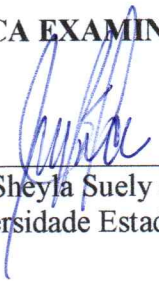
**O ULTRANEOLIBERALISMO E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE O  
AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR**

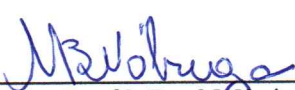
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

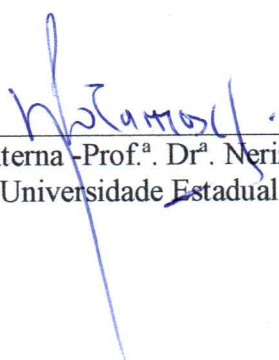
**Linha de Pesquisa:** Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

**Orientação** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheyla Suely de Souza Silva

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheyla Suely de Souza Silva  
(Orientadora- Universidade Estadual da Paraíba- UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Avaliadora Interna- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Barros da Nóbrega  
(Membro 1- Universidade Estadual da Paraíba- UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Avaliadora Externa- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nerize Laurentino Ramos  
(Membro 2- Universidade Estadual da Paraíba- UEPB)

**CAMPINA GRANDE/PB**

**2023**

*“O desafio da modernidade é viver sem ilusões, sem se tornar desiludido.”*

***Antônio Gramsci***

## AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre traz um misto de sentimentos; aceitei minhas dificuldades e limitações e segui. Relembro todo o caminho percorrido e enxergo as Graças que me foi concedida.

Nesse processo, o meu bom Deus mais uma vez demonstrou com delicadeza seus cuidados para comigo, me guiou e cuidou de todos os detalhes, Ele assegurou o caminho que eu devia seguir. Como sou agradecida.

Nesse processo, encontrei Leandro, ele aceitou seguir comigo. Dividi todas minhas aflições e ele me forneceu a calma que precisava para continuar, ele me entendeu e auxiliou em tudo que precisava, e hoje ele é meu esposo. Um presente de Deus.

Nesse processo, ou melhor, antes desse processo acontecer, tive a confiança da minha mãe. Ela sempre foi a primeira a acreditar em mim, acreditava quando eu não sentia segurança. O cuidado de mãe sempre é carinho divino na terra. Obrigada por tanto, mãe.

Nesse processo, encontrei colegas de turma de corações bondosos, trocamos experiências e nos auxiliamos nas adversidades que surgiam. Tive a grata alegria também de ter a professora Sheyla como minha orientadora, ela que tem um coração gentil e firme ao mesmo tempo; conseguiu enxergar minhas limitações e com muita tranquilidade me guiou durante todo esse tempo. Como sou agradecida!

Nesse processo, passei por diversas mudanças, uma delas foi conseguir a bolsa de estudos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, quero agradecer imensamente a todos os envolvidos para que esse momento pudesse acontecer e de forma especial a fundação por fomentar a pesquisa nesse Estado que me acolheu tão bem.

A todos que me ajudaram nesse processo, os citados ou não citados, fica meu imenso agradecimento!

## RESUMO

O cenário atual de hostilidade do ultraneoliberalismo nos traz uma imagem de defasagem da agricultura familiar em relação à hegemonia do agronegócio e suas grandes exportações, com base nessas questões, nos permitiremos capturar os efeitos da transição para o ultraneoliberalismo sobre as discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, a partir da comparação crítica dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017 e da interlocução com a literatura científica. A necessidade de fomentarmos esse debate se gerou devido a uma certa escassez no Serviço Social, podendo levantarmos bandeiras de discussão para que haja uma mais efetiva inserção do debate da Questão Agrária na formação profissional dos Assistentes Sociais. Adotamos a Teoria Social Crítica para nos guiar nesse percurso, juntamente com pesquisas bibliográficas e documental através, especialmente, dos Censos Agropecuários do IBGE. Construimos nessa pesquisa uma abordagem teórica dividida em três capítulos, percorrendo desde as expropriações na acumulação primitiva, caminhando para os aspectos constitutivos da formação social brasileira, bem como abordamos as distinções conceituais e correlações de força que envolvem as duas formas de produção e, finalmente, a análise de dados mediante indicadores, como, por exemplo, o número de estabelecimentos agropecuários, o uso de agrotóxicos e a concentração fundiária. Pudemos observar que a agricultura familiar se faz enraizada no setor agropecuário e, sob condições de precariedade e de escasso apoio institucional e, ainda, de pouco reconhecimento social, é o setor que, de fato, fornece alimentos para o consumo dos brasileiros de forma sustentável e igualitária.

**Palavras-chaves:** ultraneoliberalismo; agricultura familiar; agronegócio; concentração fundiária; censo agropecuário.

## ABSTRACT

The current hostile scenario of ultraneoliberalism brings us an image of a lag of family farming in relation to the hegemony of agribusiness and its large exports, based on these issues we will allow us to capture the effects of the transition to ultraneoliberalism on the discrepancies between family farming and the agribusiness, based on a critical comparison of the 2006 and 2017 Agricultural Censuses and scientific literature. The need to promote this debate was generated due to a certain shortage in Social Work, and we can raise discourse flags so that there is an effective insertion of the debate on the Agrarian Question in the professional training of Social Workers. We adopted the Critical Social Theory to guide us along this path, together with bibliographical and documentary research through the IBGE Agricultural Censuses. In this research, we built a theoretical approach divided into three chapters, ranging from the expropriations in primitive accumulation, moving towards the constitutive aspects of the Brazilian social formation, as well as approaching the conceptual distinctions and correlations of force that involve the two forms of production and, finally, the data analysis through indicators, such as the number of agricultural establishments, pesticides and land concentration, we were able to observe that family farming is rooted in the agricultural sector, providing food for consumption by Brazilians in a sustainable and egalitarian way.

**Keywords:** ultraneoliberalism; family farming; agribusiness; land concentration; agricultural census.



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

ABAG- Associação Brasileira de Agribusiness  
ABRAMILHO- Associação Brasileira dos Produtores de Milho  
ANEC -Associação Nacional dos Exportadores de Cereais  
APROSOJA- Associação dos Produtores de Soja do Brasil  
BM- Banco Mundial  
CPT- Comissão Pastoral de Terra  
FAO/ONU- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
FPA- Frente Parlamentar da Agropecuária  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPA- Instituto Pensar Agro  
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem  
MATOPIBA- Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia  
MPA- Movimentos dos Pequenos Agricultores  
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
UEPB- Universidade Estadual da Paraíba

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

QUADRO 1- CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS/MODELOS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	31
QUADRO 2- ELEMENTOS QUE COMPÕEM A DIFERENÇA ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E A NÃO-FAMILIAR NO TERRITÓRIO BRASILEIRO .....	41
QUADRO 3-PANORAMA GERAL DAS MORTALIDADES DA COVID-19 .....	58
QUADRO 4- AMPLIAÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NO GOVERNO BOLSONARO .....	62
QUADRO 5- DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA EQUIVALENTE A 1,6 MILHÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL .....	63
QUADRO 6-CARACTERIZAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL .....	70
QUADRO 7- PRINCIPAIS EMPRESAS QUE INVESTIRAM EM PROPAGANDAS NO ANO DE 2016 .....	74
QUADRO 8- MAIORES EXPORTAÇÕES DO BRASIL EM 2020 .....	75
QUADRO 9-AUMENTO DA PRODUÇÃO DE SOJA ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2017 NO BRASIL .....	78
QUADRO 10- EVOLUÇÃO DA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NOS ANOS DE 1985, 1995 E 2006 .....	80
QUADRO 11- PRINCIPAIS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM 2006 .....	81
QUADRO 12- USO DE AGROTÓXICOS DECLARADOS NO BRASIL.....	81
QUADRO 13- NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS.....	84
QUADRO 14- UTILIZAÇÃO DAS TERRAS ENTRE OS ANOS DE 2006/2017 .....	86
QUADRO 15- DECRÉSCIMO DAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2017 .....	87
QUADRO 16- CONDIÇÃO LEGAL DE TERRAS SEGUNDO ESTABELECIMENTO E ÁREA NOS ANOS DE 2006 E 2017.....	88
QUADRO 17- EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIOS EM CADA ESTADO BRASILEIRO NO ANO DE 2017 .....	89

### FIGURAS

FIGURA 1- CONFIGURAÇÃO DA BANCADA RURALISTA EM 2018.....	54
FIGURA 2- DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA BANCADA DA BALA .....	55

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2. AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: DISTINÇÕES CONCEITUAIS E NORMATIVAS E CONFLITOS HISTÓRICOS</b>	
2.1 Traços do passado colonialista e escravista brasileiro e Questão Agrária	16
2.2. Agricultura familiar: aproximações iniciais	23
2.3. Aproximações e divergências entre a Agricultura Familiar e o campesinato	28
2.4. Modernização como um processo de transformação no campo brasileiro	33
2.5. Agronegócio e agricultura familiar: tensões, disputas e correlação de forças	40
<b>3. DETERMINAÇÕES UNIVERSAIS E AS TENSÕES ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO NA CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA</b>	
3.1 Continuidade e fortalecimento da ofensiva ultraneoliberal: o Governo Bolsonaro	57
3.2 Discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio	63
<b>4. OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017 E AS IMPLICAÇÕES DO ULTRANEOLIBERALISMO PARA A QUESTÃO AGRÁRIA</b>	
4.1 Censos agropecuários: breves apontamentos	71
4.2 Indicadores ilustrativos das tensões entre a Agricultura Familiar e o Agronegócio	76
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS</b>	98
<b>REFERÊNCIAS</b>	102

## 1.INTRODUÇÃO

Questão Agrária. Por dois motivos gostaríamos de começar com essa palavra: o primeiro, é que nosso objeto de pesquisa está incluído nesse cenário; o segundo, é que se trata de um campo não tão “comum” nas pesquisas do Serviço Social e que merece mais atenção, é um campo desafiador, porém, cheio de potencialidades, sendo um campo fecundo para a inserção e pesquisas do Assistente Social.

Nossa pesquisa tem como ponto de partida a nossa vivência cotidiana na cidade de Taquaritinga do Norte- PE e sua expertise e expansão do cultivo de cafezais com notória ascensão para a exportação, fazendo com que a cidade se destacasse no Estado e a nível nacional, dado que os cafés cultivados ali são “únicos” por se tratar de cultivos acima do nível de 800m de altitude. Esses fatores transformaram a agricultura local do município e nos levaram aos questionamentos que nos conduziram à construção inicial do nosso projeto de pesquisa e que culminaram na dissertação ora apresentada.

Nos debruçamos sobre a correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio, percorrendo um caminho comparativo entre os Censos Agropecuários realizados pelo IBGE, nos anos de 2006 e 2017, sempre em diálogo com a literatura científica sobre o tema da Questão Agrária e sob o aporte da Teoria Social Crítica; motivo pelo qual abordamos a particularidade da correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio no Brasil, sob as determinações universais da fase ultraneoliberal do capital e do período pandêmico da Covid-19.

Com todo esse contexto ilustrado, fazemos o questionamento: com a transição para o ultraneoliberalismo, quais foram as discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, a partir da comparação crítica dos Censos agropecuários de 2006 e 2017 e da interlocução com a literatura científica sobre a Questão Agrária no Brasil?

Estruturamos a pesquisa através dos Censos agropecuários de 2006 e 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo esses as últimas pesquisas realizadas pelo Instituto. Ele nos forneceu dados acerca da correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio, onde pudemos comparar as mudanças ocorridas na transição para o ultraneoliberalismo. Logo, compreendemos que há nesse movimento uma agenda neoliberal intensa que, através dos governos e suas pautas, impulsionam esse processo de expropriações e fomentam a economia agroexportadora para acelerar a produção no campo, atingindo de forma direta a agricultura de base familiar brasileira.

Com o objetivo de capturar os efeitos da transição para o ultraneoliberalismo sobre as discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, a partir da comparação crítica dos Censos Agropecuário de 2006 e de 2017 e da interlocução com a literatura científica, estruturamos a pesquisa em 3 capítulos. Com alguns breves apontamentos ilustraremos como se guiaram esses eixos.

No primeiro capítulo, trouxemos de forma detalhada características da nossa formação social brasileira, questões como a acumulação primitiva que geraram as expropriações através das violências, do colonialismo, escravismo e latifúndios que foram traços que arquitetaram a Questão Agrária presente hoje em nossos dias. Avançamos um pouco e abordamos de forma conceitual sobre a agricultura familiar, já que se trata de uma forma de produção muito confundida com o campesinato, ambas possuindo aproximações e divergências, e tivemos um momento para explicitarmos alguns pontos importantes. Debates sobre o avanço do modelo empresarial-industrial no campo e como se deram as suas consequências na agricultura brasileira, de maneira especial esse novo tipo de modelo obrigou a agricultura familiar a se adequar a certas técnicas, antes não conhecidas.

Ainda no primeiro capítulo, observamos a permanência e a contínua ascensão da frente parlamentar ruralista no Congresso Nacional, onde, majoritariamente, os representantes levantam pautas com interesses do agronegócio, semeando dessa forma a problemática da questão agrária brasileira, e, finalizamos esse primeiro capítulo, indo ao encontro mais específico sobre as tensões e disputas existentes entre o agronegócio e a agricultura familiar.

No segundo capítulo, caminhamos para um cenário mais contemporâneo e reafirmamos que as expropriações são utilizadas como meio da expansão da reprodução social do capitalismo. Esse movimento denotou uma roupagem muito violenta que foi expressa no Governo de Bolsonaro e seu perfil conservador, intensificando a tendência explícita do ultraneoliberalismo. Tornamos como exemplos as explorações que acontecem em regiões como a Amazônia e o MATOPIBA e demonstramos a incidência dos grandes empreendimentos do agronegócio e como, mesmo diante de um cenário desastroso de calamidade pública, esse setor conseguiu expandir suas produções e exportações durante a pandemia. Pudemos observar, claramente, que os mesmos “incentivos” dados para o crescimento do agronegócio não foram dados de maneira igualitária para a agricultura familiar.

No terceiro capítulo, iniciamos por denotar uma grande importância que faz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por dedicar com seriedade um estudo aprofundado desses dados que compõem os Censos Agropecuários, dados esses que são essenciais para pesquisas de qualquer área, que denotam a realidade do campo brasileiro e os seus produtores.

Abordamos também nesse capítulo como a burguesia agrária brasileira tomou vigor a partir de influências da mídia que exerce um importante papel nesse debate, os favorecendo através de campanhas publicitárias, por exemplo, se tornando uma grande aliada do sistema. E, por fim, as análises comparativas realizadas tomaram como base alguns indicadores, a título de exemplo: a má remuneração e o trabalho informal; concentração de terras, uso de agrotóxicos; acesso a financiamentos, produção interna e externa, número de estabelecimentos agropecuários, concentração fundiária e outros.

Assim, o agronegócio é um agente do capitalismo no campo, que promove uma destruição do meio ambiente, aumenta a concentração de terras, através dos grandes latifúndios. Quem detém essas quantidades de terras são os grandes proprietários que, por influência do mercado do agronegócio, acirram a violência no campo e, por consequência, dificultam o acesso de direitos dos trabalhadores rurais à agricultura familiar.

A agricultura familiar, em contrapartida, luta por acesso e uma melhor distribuição de terras, essa luta acompanha os camponeses desde a formação social brasileira, através das violentas expropriações de terras, identificadas, por exemplo, no processo de colonização e escravatura. Nesse sentido, há uma relação de forças exercida pelo agronegócio sobre a agricultura familiar que foram comparadas e analisadas nessa pesquisa, revelando a existência e persistência de dois projetos societários distintos para o campo, que estão em jogo até a contemporaneidade.

Nessa circunstância, diversos estudos envolvem o projeto societário da agricultura familiar como seu objeto de pesquisa, contudo, a vertente que ele tomará como guia definirá sua posição e contribuição naquela área. Sendo assim, além da clara aproximação e gosto pelo objeto de pesquisa que foi demonstrada no terceiro parágrafo desse item, justificamos nosso estudo através de alguns pontos: dentro do Serviço Social, há uma escassez de produção científica sobre as temáticas agrárias e podemos contribuir para que haja, então, um debate e formação crítica no que concerne às expropriações de terras pelo capitalismo e à importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, transpassando, claro, a Questão Agrária brasileira, com as suas várias contradições, advindas da nossa formação social colonial, latifundiária e escravista.

Esta pesquisa apresenta como método o Materialismo Histórico Dialético, pois ele propõe entender o modo de produção capitalista em suas determinações fundamentais e busca objetivar as variadas formas ao longo da história até nos dias contemporâneos. Esse método nos permitiu olhar para a realidade estudada e interpretar os fatos, de modo que possamos compreender de maneira mais acertada nosso objeto de pesquisa e situá-lo na particularidade da formação social brasileira e na universalidade do modo de produção capitalista, desde o período colonial, até os dias ultraneoliberais que nos alcançaram sob a gestão do Governo Bolsonaro e sob os agravantes da Pandemia do Covid-19.

Desse modo, foi através da pesquisa exploratória, documental e bibliográfica que pudemos atingir os resultados esperados, a partir desse modo de produção hegemônico que intervém diretamente em nosso objeto de pesquisa. Conforme Gil (2010, p. 42), “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Assim, a pesquisa foi fundamentada por alguns teóricos que denotam uma expressiva importância em nosso debate, como por exemplo, Karl Marx; David Harvey; Ianni; Antônio Carlos Mazzeo e, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, entre outros autores da Teoria Social Crítica que manifestaram sua importância durante a pesquisa. Por conseguinte, a investigação dos dados dessa pesquisa abrangeu, como forma de coleta de informações, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental sob o crivo, especialmente, das categorias de universalidade, particularidade, historicidade e contradição.

A pesquisa bibliográfica, nos possibilitou conhecer a realidade em forma de conteúdo expresso nas suas mais diversas fontes, afinal, segundo Gil (2010), essas fontes nos permitiram uma aproximação palpável do nosso objeto de pesquisa. Da mesma maneira, a pesquisa documental nos permitiu extrair informações relevantes, principalmente nos bancos de dados dos Censos Agropecuários, dando robustez à análise comparativa dos dados e ainda como caracterização do processo de construção dessa pesquisa, ressaltamos que a natureza desse estudo se desenvolverá de maneira qualitativa, modo eficaz de começarmos a entender como se desenrolaram as distinções conceituais e normativas que envolvem a agricultura familiar e o agronegócio no capítulo inicial.

## 2. AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: DISTINÇÕES CONCEITUAIS E NORMATIVAS E CONFLITOS HISTÓRICOS

### 2.1 *Traços do passado colonialista e escravista brasileiro e Questão Agrária*

Acumulação primitiva, colonialismo, latifúndio e escravismo são alguns traços fundamentais para passarmos a entender como a Questão Agrária brasileira se qualificou no que existe hoje em dia. Esses são alguns elementos que, juntamente com o advento do modo de produção capitalista e as suas expropriações, formam as particularidades da nossa formação sócio-histórica.

Com isso, observamos que a origem da expropriação no modo de produção capitalista se deu através do movimento chamado de acumulação primitiva, que, segundo Marx, (2013, p. 961):

[...] não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

A acumulação primitiva ficou conhecida como sendo esse momento de transição do feudalismo para a fase mercantilista do capitalismo; segundo Ianni, (1978, p. 4):

[...] a categoria *acumulação primitiva* envolve um conjunto de transformações revolucionárias, a partir das quais se torna possível o desenvolvimento capitalista. A acumulação primitiva poderia ser considerada o processo social, isto é, político econômico, mais característico da transição do feudalismo ao capitalismo.

Outro fator foi a interpretação da acumulação primitiva inaugurada por A. Smith, segundo a qual a acumulação do capital teria sido um processo da economia, que ocorreu de modo desprezioso e “natural”, onde os ricos seriam os detentores de riqueza porque souberam poupar, já os pobres, assim não o fizeram (apud MARX, 2013); o que Marx vai desmistificar, dizendo que essa interpretação romantizada e mágica da realidade não aconteceu e evidenciando que não devemos cair em contos idílicos sobre a realidade do capital.

A acumulação primitiva conforme interpretada por Marx (2013) revela as caracterizações das condições prévias de consolidação do modo de produção capitalista, dentre as quais, as desapropriações dos meios de trabalho, a exploração, as violências e



as expropriações foram os principais elementos que forjaram as dinâmicas e as personificações da acumulação primitiva.

Ainda sobre as expropriações, reiteramos que ocorreram de modo que foram retirados os meios de produção e subsistência, assim como as terras utilizadas para tal finalidade dos trabalhadores do campo – os camponeses, na época. (MARX, 2013)

“A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2013, p. 963). Diante disso, esse momento retrata que o início do modo de produção capitalista foi conduzido por meio de um processo violento de expropriação dos trabalhadores.

Karl Marx evidencia que a origem da expropriação de terras foi efetivada através da retirada da população rural, mediante alguns artifícios que adentraram no campo e o fizeram capitalista. Diz o mesmo autor (2013, p. 979):

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre.

Diversas estratégias de expropriação foram identificadas na fase de acumulação primitiva, elas deram base para que houvesse acumulação de capital. Harvey identifica esse período de expropriações, explicitado por Marx, levantando algumas especificidades desse momento:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2014, p. 121)

Observamos que Karl Marx voltou a atenção para os países do Novo Mundo, no qual o Brasil está incluído e resultou na abordagem, vista na “A teoria moderna da colonização, capítulo XXV”, do livro “O capital”, onde diversas circunstâncias, assim como a colonização, escravismo e economia periférica estruturaram a nossa formação

social. Os traços centrais forjados por esse passado colonial foram o escravismo e o latifúndio, os quais se mantiveram e se complexificaram ao longo da formação social brasileira e, hoje, adensados pela atual agenda neoliberal, refletem nas problemáticas da nossa Questão Agrária.

Os latifúndios, elemento que até hoje é presente na sociedade brasileira, exerceram um importante papel que impulsionou a expropriação da população rural, que sempre foi a que mais sofreu com as investidas do capitalismo. Logo, “os poucos homens livres que por aqui viviam tinham suas vidas controladas pelo latifúndio, fossem eles das cidades ou das áreas rurais e, sobre estes últimos, a pressão e a dominação pessoal do latifúndio era mais intensa”. (MAZZEO, 1988, p. 13)

O capitalismo recai sobre o campo desde o início, expropriando dos escravos e camponeses e consolidando, através da mais-valia adquirida, um novo modo de produção, favorecendo o mercado e os burgueses, mediante as grandes produções agrícolas; diz Mazzeo (1988, p. 8) que:

[...] o sistema produtivo implantado no Continente americano no qual o Brasil se insere está muito longe de ser uma forma capitalista clássica, na medida em que estão presentes o trabalho escravo e uma produção baseada na agricultura monocultora e no latifúndio exportador.

Nessa dinâmica, o Brasil herda sua natureza colonial e acaba por refletir em toda sua estrutura e relações, diz ainda Mazzeo (1988, p. 23): “o Brasil independente, organizado como Estado nacional, não alterou, como ficou evidenciado, suas formas produtivas herdadas do período colonial”. A problematização do Brasil traz consigo raízes do passado colonialista e escravista, fortalecendo, segundo este autor, a burguesia agrária agroexportadora que predomina até os dias de hoje, portanto, a questão agrária brasileira incide suas raízes nessa estrutura, não é algo que seu deu recentemente. Segundo Mazzeo (1988, p.10), temos “um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral”.

Nesse contexto, ainda da acumulação primitiva, Marx descreve que esse movimento envolveu uma série de lutas episódicas e violentas. O nascimento do capital nada teve de tranquilo. Foi inscrito na história do mundo, como disse Marx, “em letras de sangue e de fogo” (apud HARVEY, 2014, p. 133).

É a partir da continuidade das expropriações, aliadas às privatizações, regulações do Estado, linhas de crédito e das financeirizações, por meio do capital financeiro, que se tem, contemporaneamente, uma acumulação primitiva lapidada. (HARVEY, 2014)

Possuímos, então, um cenário favorável para o desenvolvimento das problematizações acerca da Questão Agrária e Questão Social brasileira, elementos esses essenciais para o estudo e a atuação da categoria dos assistentes sociais, assim sendo, a questão agrária é uma expressão da questão social no campo e o Serviço Social tem como matéria-prima de seu trabalho o enfrentamento das expressões da questão social. Nesse viés, no Brasil, a questão agrária está intimamente ligada à questão social devido, especialmente, à expropriação de terras que foi – e ainda é – inerente à nossa formação social colonizadora, latifundiária e escravista.

Como a questão agrária é uma particularidade da questão social no campo, podemos verificar que, em relação a seu surgimento, Costa e Viana (2018, p. 5) dizem que:

No Brasil a questão agrária tem sua gênese no processo de colonização do território, quando colonizadores portugueses passaram a ter o domínio das terras à medida que criaram grandes unidades produtivas voltadas para a exportação, com intensa exploração de mão de obra, principalmente a indígena e a escrava. Ao longo de muitos anos, a temática da questão agrária apareceu em diferentes contextos e com características próprias de cada momento histórico.

À vista disso, percebemos que a gênese da questão social e questão agrária estiveram intimamente ligadas ao processo de colonização, ao regime escravista e à consolidação do modo de produção capitalista. A questão agrária do nosso país é caracterizada também pela posse de uma grande quantidade de terras nas mãos de poucos, os mais privilegiados, que prevalece até hoje. Essa característica da questão agrária é muito explícita e é através dos grandes latifúndios que essa condição de apropriação de terras pelos grandes burgueses se materializa. Os latifúndios funcionam expandindo o capitalismo através da concentração de terras, logo, desembocando na concentração de espaços na tentativa de permanecer hegemônico. Assim, trata Santos (2018, p. 40):

Este encadeamento da formação socio-histórica do país traz em suas raízes, a colonização e invasão das terras pelos portugueses, que se apropriaram e fatiaram as terras brasileiras por meio das sesmarias. Emergindo neste cenário, expressões da questão social decorrente da questão agrária.

Portanto, os latifúndios são um exemplo agudo dessa questão de recrudescimento do modo de produção capitalista, ele é, também, um dos fundamentos da particularidade do capitalismo brasileiro, pois, para empreender as colônias e conseguir extrair mais-

valor, esse sistema ofensivo necessitou empreender latifúndios como método de concentração de capital (MARX, 2013).

Outro ponto que colaborou para o recrudescimento do modo de produção capitalista e a problemática da Questão Agrária brasileira foi a colonização. À vista disso, os colonizadores foram a via principal através da qual os produtos e matérias primas exploradas passaram para os países europeus, assim, foi por meio das colônias, principalmente nos países da América Latina, que o capitalismo encontrou um terreno fértil para concentrar capital e alicerçar seus fundamentos de produção. Como disse Mazzeo (1988, p. 6):

Vemos, então, que a colonização da América e, conseqüentemente do Brasil, está no bojo da própria expansão e sedimentação do capitalismo. Dessa forma, o capitalismo chega ao Novo Mundo juntamente com os colonizadores — os conquistadores — que irão explorá-lo com intuítos de fornecer produtos aos mercados e centros produtores europeus mais importantes.

Nesse ínterim, entendemos que a exploração é algo historicamente ligado à formação social brasileira e inerente ao capitalismo. Com as raízes cada vez mais cravadas do modo de produção capitalista, alcançamos um patamar mais elevado de exploração, a superexploração da força de trabalho.

Ora, se o modo de produção capitalista que estava sendo introduzido no Brasil no percurso de sua colonização foi um processo intenso e favorável ao movimento de acumulação primitiva na Europa, em contrapartida, esse mesmo processo, alinhado ao capitalismo comercial, promovia a escravatura no Brasil. Como disse Ianni (1978, p. 4):

Estes são os elementos do paradoxo: o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada.

O escravismo colonial é uma caracterização da formação social brasileira, onde a expropriação dos camponeses e dos próprios povos originários obteve destaque nessa dinâmica, principalmente no que corresponde à expropriação dos meios de produção camponesa e em consequência das terras comunais. Essa dinâmica foi uma das estratégias empregadas para o firmamento do capitalismo nas colônias. No capítulo XXV de O capital de Marx, notamos (novamente) que a base do modo de produção capitalista é a expropriação e, nesse nosso capítulo, Marx nos auxilia a abordar mais especificamente como se deu a expropriação dos povos originários e dos negros que foram trazidos a força

e vendidos para se tornarem escravos. Assim, além de perceber que “[...] a expropriação da massa do povo, que é despojada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 1019), evidenciamos neste primeiro capítulo, que a expropriação das terras dos povos originários da América favoreceu a “partilha” de terras para os Europeus, a fim de se tornarem grandes celeiros de latifúndios para o exercício do trabalho escravo nas colônias, mas, após a primeira fase de acumulação primitiva e a consolidação da Revolução Industrial, o próprio capitalismo subverte o escravismo nas colônias, pois, “sua colonização sistemática é um mero **pis aller** [paliativo], já que ele tem de se haver com homens livres, não com escravos.” (MARX, 2013, p. 1019).

Ilustrando um pouco mais essa questão da transferência do escravismo para os homens livres, entendemos que, após a Revolução Industrial, a partir da transição e consolidação para o modo de produção especificamente capitalista na Europa, juntamente com a concentração de capitais nas mãos da burguesia emergente e a necessidade de ampliar as exportações de mercadorias para as colônias, o modelo de produção escravista presente nas colônias – antes tão valorizado – vai perdendo a sua funcionalidade para o capital e, por isso, tem início o processo de decadência do sistema escravista, logo, os escravos se converteram no operário livre oprimido e mal remunerado pela sociedade capitalista, advindo da exploração das colônias. (IANNI, 1978).

Ora, é importante evidenciarmos também que, ainda conforme Ianni (1978), esse processo de tráfico e trabalho escravo até a sua decadência durou muito tempo, e ele foi o assento de nossa formação social, juntamente com os latifúndios e monoculturas para a exportação. Ianni (1978, p. 6) nos afirma que a condução desse processo foi “desde o século XVI, quando se iniciou o tráfico de africanos para o novo Mundo, ao século XIX, quando cessou esse tráfico e terminou a escravatura [...]”.

Outro fator essencial dessa época foi que, o capitalismo implantou no país uma nova forma de escravismo, um escravismo colonial baseado na exploração de recursos e monoculturas que já começavam a existir como forma de manutenção do mercado exterior. Logo, o que temos hoje no processo da agricultura brasileira é uma extensão do que aconteceu em sua colonização, uma agricultura que nasceu através da exploração e com fins mercadológicos baseada na produção de alguns produtos alimentícios através da monocultura. Assim, considera Mazzeo (1988, p. 12):

A nova escravidão - a escravidão capitalista - implantada na América, através do latifúndio moderno, marcará profundamente o desenvolvimento histórico-social do Brasil (e de todos os países que a vivenciaram), onde as ricas famílias rurais dominarão quase que

exclusivamente o poder político, com seus maneirismos aristocráticos somados à típica sede de lucros da burguesia.

A monocultura, bem como toda a administração política, era assim conduzida pelas famílias ricas burguesas já existentes, essas famílias possuíam influência sobre todos os aspectos, principalmente na questão agrária que, por sua vez, era exercida através dos latifúndios. Nesse meio tempo, o açúcar e o café eram as bases das monoculturas existentes; para o mercado, o café se configurou no mais importante eixo econômico para o país durante um bom tempo (MAZZEO, 1988). Enfim, a formação da estrutura agrária do Brasil foi concentrada na formação dos latifúndios, na monocultura e na exportação como pré-requisitos do modo de produção capitalista, ganhando novas formas de subordinações internacionais e forjando a nossa particularidade socio-histórica e econômica. Ainda segundo Mazzeo (1988, p.13):

[...] as relações de produção escravista e o predomínio do latifúndio (com seu conseqüente baixo nível técnico, no que se refere às atividades agrícolas) darão à superestrutura brasileira seu caráter histórico-particular, isto é, a própria marca da sua nacionalidade: uma sociedade conservadora e rígida, cuja classe dominante, pela própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial.

Essas especificidades que fazem o escopo da formação social brasileira acabam tendo um impulso maior a partir das subordinações internacionais com a economia periférica de berço que nos estruturaram, influenciando na permanência de elementos que fizeram parte da acumulação primitiva e alimentando a agroexportação em contrapartida da agricultura familiar.

Assim, através da movimentação do capital internacional, a economia brasileira sempre objetivou à produção e comercialização de produtos para a exportação, “essa necessidade estrutural de manter a economia nacional subordinada aos interesses internacionais constituía-se no próprio cerne da economia agroexportadora” (MAZZEO, 1988, p. 30). O papel da economia estrangeira se deu inicialmente demarcando as exportações frente à política cafeeira nacional, logo essa tendência agroexportadora tomou impulso com a chegada do capitalismo financeiro. Nesse sentido, evidencia-se, portanto, um vínculo da economia dependente com a agroexportação, desde a manufaturação do café (MAZZEO, 1988).

À vista disso, o Brasil, desde a manufaturação do café, mantém sua posição na economia agroexportadora; segundo os dados de Serafim (2011, p. 37):

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial, em termos de volume, de café, açúcar, etanol e suco de laranja. Além disso, ele lidera as vendas externas do complexo de soja (grão, farelo e óleo), que é o principal gerador de divisas cambiais. Vale destacar que a produção de grãos, em especial de soja, no país foi a que mais cresceu nas últimas três décadas, representando a “*commodities*” com maior peso na balança comercial brasileira.

A terra foi (e é) a via principal do desenvolvimento capitalista e todas as produções de *commodities* necessita dela; é através das expropriações dos meios de trabalho e do solo que tais condutas são conduzidas; segundo Marx (2013, p. 963), “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo”. Logo, evidencia-se que, desde o século XVI, com o surgimento do capitalismo, nasce também a expropriação dos trabalhadores e, como somos economias dependentes e nascemos nesse berço de colônia subordinada, essa característica ganha uma roupagem acentuada, marcada pela perpetuação da concentração latifundiária; pela monocultura e pela produção voltada, prioritariamente, para a exportação.

Esses elementos iniciais caracterizam as particularidades que o capitalismo provocou no campo brasileiro, gerando um quadro de tensões que vem se recrudesando entre a agricultura familiar e o fomento do agronegócio especialmente tensionados na conjuntura contemporânea, com a transição do capital para a sua fase ultraneoliberal, assentada no acirramento de espoliações e expropriações, as quais se desdobram sobre as economias dependentes, para alcançar a classe trabalhadora na sua dimensão planetária.

Nesse sentido, a crise estrutural do capital, que vem se arrastando desde a década de 1970, suscitou as transformações societárias impostas pelas ofensivas de mundialização financeirizada, reestruturação produtiva e neoliberalismo, que implicaram, especialmente, na precarização das condições de trabalho e desemprego estrutural; na retração da oferta de políticas sociais públicas pelo Estado; na desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas; na privatização de instituições estatais e na liberalização dos mercados, conforme evidenciam vários autores, tais como Mota (2007) e Netto (2008).

Mais recentemente, a crise de 2008 e seus desdobramentos vêm também sendo evidenciados, por vários teóricos da área, a exemplo de Silva, L. (2021) e Silva, S. (2021), como ponto de partida da transição do capital para a sua fase ultraneoliberal, na qual se acirram as características acima e se agregam novas ofensivas, tornando ainda mais severas e rápidas as práticas de espoliações e de expropriações dos trabalhadores, que vão

ter desdobramentos sobre as já históricas discrepâncias entre o agronegócio e a agricultura familiar, que veremos de modo mais específico adiante.

Essa transição para o ultraneoliberalismo e, para além disso, esse “movimento” acirra ofensivas do capital, tais como uma alta concentração de capital monetário; o modelo de monopólios; recolonizações, exportação de capitais e dívida pública, que foram originados no imperialismo e que agora acirram, também, a questão de dependência, para que haja a reprodução ampliada e a acumulação do capital a nível mundial (SILVA, 2021).

Essa reprodução ampliada e acumulação do capital tomou força com as demandas aneladas pelo ultraneoliberalismo. No Brasil, especialmente, as pautas que fazem parte dos compromissos transpassam as privatizações; as destituições de políticas de defesa das mulheres, da população LBGTQIAPNB+, dos indígenas, quilombolas etc.; e implicam em repressões contra a própria democracia e desmontes de políticas sociais. (LOPES DA SILVA, 2021); entre outros aspectos que tensionam de alguma maneira a relação agricultura familiar e agronegócio, uma vez que esse sistema atinge a sociedade na íntegra.

Além desse cenário, houve o advento da pandemia da Covid-19, em que circunstâncias como desemprego em massa ocorreram (aliás, foram aprofundadas); aprofundamento da desigualdade social, sem mencionarmos nesse momento o quantitativo de óbitos. Para a Silva L. (2021), tais questões conseguiram chegar nesse tom devido a uma má administração por parte do governo Bolsonaro. Nesse mesmo contexto, Silva, S. (2021) afirma que as desorientações sofridas pelo Novo Imperialismo foram ampliadas no pós-*crash* 2008 e tomaram proporções com novos desafios a partir da Covid-19, as quais merecem serem estudadas.

No país, o ultraneoliberalismo é ancorado pela extrema direita e, segundo Silva, L. (2021, p. 4), ela “tem tido grande ascensão no mundo, em anos recentes, inclusive no Brasil. Isso causa preocupação e impõe a necessidade de esforços para compreender este fenômeno e as características que ele apresenta na atualidade.”. Observamos que foi no Governo de Bolsonaro que o ultraneoliberalismo se concretizou, ampliando a violência no campo e com os demais setores, como também afetando a classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, o que prevaleceu foram traços fascistas e conservadores, interrompendo (daqueles que tinham) um pensamento otimista da crise de 2008, assim com afirma Silva,S (2021). Sendo assim, o ultraneoliberalismo expresso nesse Governo significa:



[...] dizer que o uso desta terminologia é uma forma de expressar a fase mais bárbara e perversa do desmonte dos direitos, da precarização e privatização de empresas e serviços públicos vivida pelo país. É a forma de expressar o aprofundamento veloz e destrutivo do projeto neoliberal. (SILVA, L., 2021, p.7)

## ***2.2. Agricultura familiar: aproximações iniciais***

É inegável que há um conjunto de diversas interpretações acerca da agricultura familiar, sobre o que seria esse conceito; sobre como ele toma uma posição, ao mesmo tempo, distinta e não distinta do campesinato e, sobretudo, como esse conceito, juntamente com a Questão Agrária, anda transpassando e ganhando espaço no Serviço Social.

Por isso, inicialmente, buscaremos aclarar quais os pontos em que há concordância e divergência entre agricultura familiar e campesinato e, também, exprimir como a agricultura familiar, através dos aparatos legais e mudanças sociais, se faz tão importante para os trabalhadores do campo e a sociedade de modo geral.

É curioso notar que, segundo Ghizelini e Araguão (2019), o significado do conceito de agricultura familiar dá aos atores sociais uma dimensão de pertencimento ao grupo que compõem, diferentemente do que acontece com outros conceitos estudados no meio acadêmico. Assim sendo, reiterando a assertiva de Ghizelini e Araguão (2019, p. 91), podemos dizer que:

O ator social, ao qual a categoria diz respeito, consegue se enxergar, ter identificação e se reconhecer no conceito atribuído externamente, sobretudo por esse fazer referência de modo tão específico e generalizante ao mesmo tempo, ao que emerge de mais importante nesse modo de vida de fazer e viver no campo.

Ora, mesmo que os sujeitos sociais possuam certa afeição ao termo “agricultura familiar”, tem havido algumas imprecisões e discrepâncias entre os produtores rurais e os teóricos que estudam essa realidade. Para Serafim (2011, p. 9), “não se poderia esperar que fosse diferente, dada a própria complexidade do tema e a indissociabilidade das formas particulares que assume em cada contexto social”.

O Brasil passou por diversas transformações, mas foi por volta da década de 1950 que o debate da questão agrária começou a tomar forças através da nova fase econômica que o país começa a viver. O episódio que marcou a nova fase econômica do Brasil foi o

sistema primário-exportador que passou a conviver e ter uma relação íntima com o sistema urbano industrial. Nesse mesmo meio, ainda existiam as imprecisões teóricas a respeito dos produtores rurais, onde se observa que todos os tipos de produtores eram vistos como um só, todos sendo julgados como camponeses. Ainda, para o mesmo autor:

A necessidade de abastecer os centros urbanos e gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização fez com que a questão agrária brasileira, a partir dos anos 1950, passasse a ser discutida (SERAFIM, 2011, p.10).

Nesse mesmo cenário, acontecia o fortalecimento da luta pela proteção e defesa dos direitos trabalhistas no campo, através da constituição das Ligas Camponesas, que, além dessas defesas, ainda lutavam por uma efetiva reforma agrária no Brasil. Contudo, mesmo através dessas lutas, o conceito de campesinato sofreu um retrocesso e os mesmos começaram a ser tratados levando em consideração apenas o tamanho dos estabelecimentos, se qualificando, portanto, como “pequenos produtores”. Isso aconteceu devido a “[...]um processo de desmobilização da esquerda e das Ligas Camponesas por parte dos militares [...]. O intuito era obscurecer os conflitos existentes relativos à terra” (SERAFIM, 2011. p. 10).

Nesse contexto, com o capital se inserindo cada vez mais no campo, houve uma propensão de os estudiosos do tema hiperdimensionarem uma subordinação do campesinato, assim, “quanto ao campesinato, a muitos ele parecia excluído desse futuro e se anunciava a sua ‘decomposição’ ou os processos da sua subordinação às novas formas de capital no campo”, criticava Wanderley (2004. p. 43), Quanto aos estudos que, levando em consideração a influência da modernização e a consequente industrialização, à qual diversos produtores rurais tiveram que se “alinhar”, deduziam um suposto desaparecimento ou esgotamento do campesinato. Concordando com a crítica de Wanderley, Ghizelini e Araguão (2019, p. 93) afirmam:

[...] durante a década de setenta, do século XX, importantes abordagens teóricas davam como certo o prognóstico de que o campesinato iria invariavelmente se decompor e se desfazer. Estas teses davam como certo que em função do avanço dos processos de modernização da agricultura e o crescimento de uma agricultura industrial e intensamente integrada a complexos agroindustriais, os camponeses, pequenos agricultores, meeiros, caipiras, colonos entre outras denominações da agricultura tradicional, tenderiam à conversão em mão de obra assalariada, num processo de proletarização no campo. No entanto, à rigor isso não se realizou como previsto.

Ou seja, o pressuposto de que haveria uma proletarização total dos produtores de base familiar não se efetou integralmente, mas exigiu desses produtores uma adequação ao capitalismo industrial. Portanto, embora o campesinato continuasse a existir, foram injetadas estimulações partidas do modo de produção capitalista e alguns desses produtores moldaram sua forma de produção mediante o sistema emergente, enquanto o campesinato não foi excluído, assim como alguns teóricos apontam (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019). Esse processo de adequação da forma de produção de alguns produtores, ainda conforme Ghizelini e Araguão (2019, p. 93) geram uma:

[...] inserção [de camponeses] na agricultura empresarial e industrial; [...] aceleração do processo de êxodo rural daqueles ‘não aptos’ a estes novos tempos para o fazer agricultura; [...] esta moderna agricultura passou a exigir maior eficiência a partir de padrões de produção baseados na eficiência capitalista industrial; [...] passaram a se modernizar, seja no processo produtivo a partir da intensificação produtiva, até mesmo nos processos de comercialização.

A partir dessas consequências, citadas acima, o camponês começa a ser visto pelo modo de produção capitalista como não mais necessário ao novo modelo de produção que estava emergindo nos anos de 1970, no contexto da modernização (WANDERLEY, 2004). A modernização conservadora<sup>1</sup> do campo tinha como objetivo, para Oliveira (2015, p.22), “[...] transformar a agricultura baseada em técnicas tradicionais e métodos ainda rudimentares em uma agricultura mecanizada, com a utilização de equipamentos e insumos produzidos pela indústria”. Logo, com essa reorganização do modelo de produção agrário, fica evidente que a condição era a introdução de modo mais pujante, do capitalismo no campo.

Desta maneira, os efeitos da modernização deixam as atividades rurais cada vez mais tecnológicas, e aquele camponês considerado tradicional demais sob o crivo do capitalismo é “excluído” (no sentido literal e figurado, já que não houve a exclusão total dos campesinos); com a “colaboração” de tais justificativas:

Assim, por exemplo, a imposição do uso do trator introduziu no campo a noção do tempo abstrato, predominante no mundo industrial, ao contrário do tempo diferenciado, associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola. O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao

---

<sup>1</sup> Para Mazzeo (1988, p. 50) a modernização conservadora significa e traz para a época muitas alterações no campo, ele desataca que “nesse contexto de significativas mudanças sociais, surge uma nova classe trabalhadora, mais moderna. Nas cidades, um proletariado urbano especializado. No campo, o antigo “camponês” sofre o processo de proletarização. O “bóia-fria” é a expressão do proletariado rural, fruto da modernização das relações de produção capitalistas no campo.”

trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2004, p. 46).

O processo de modernização, que se originou em meados da década de 1970, como visto anteriormente, demonstrou que foi um ordenamento puramente de interesses. Wanderley (2004, p. 57) assim o qualifica como “as credenciais, no entanto, eram políticas e não necessariamente econômicas e técnicas” e a evidência dessa circunstância é demonstrada quando os camponeses não são convidados para compor o projeto de modernização, com a justificativa de que essa categoria era contraditória aos interesses da modernização agrícola, no entanto, um fato no mínimo intrigante, levantado por Wanderley, é que os grandes latifundiários, “cuja atividade agrícola sempre teve uma forte marca extensiva e predatória, também não deveriam ter credenciais para assumir tal projeto” (WANDERLEY, 2004, p. 57).

Quanto à questão de que não houve a eliminação do camponês, Wanderley diverge de alguns autores que abordam a agricultura familiar como algo tipicamente novo para ela, esse tipo de produção familiar tem uma história que foi marcada por um passado camponês de lutas e defesas, e não originada pelo Estado e através da modernização. O ponto em questão é que não houve “rupturas definitivas (um rasgo de tempo do campesinato para a agricultura familiar), mas de que devemos tratar de pontos de rupturas e convergências, de continuidade entre o passado e o presente” (GHIZELINI E ARAGUÃO 2019, p. 94).

Agora, ainda sobre o quesito da subordinação a que o campesinato estava sujeito ao modo de produção capitalista, observa-se que o debate sobre categorizar o campesinato em pequena produção, tratado anteriormente, teve sua difusão, aproximadamente até o ano de 1980, não somente entre os sujeitos e atores sociais envolvidos diretamente no setor de produção agrícola, mas, essa categorização tomou proporções com certa proeminência entre o corpo social acadêmico da época, onde a principal classificação originava-se apenas do tamanho dos estabelecimentos. (SERAFIM, 2011)

De acordo com Serafim (2011), com o encadeamento da redemocratização, por meio dos anos de 1980, e mediante um novo arranjo e a recuperação de forças dos movimentos sociais vinculados ao campo, a luta e defesa dos direitos dos trabalhadores no campo se tornam mais pujantes, intensificando o que antes era predominantemente

conduzido pelas Ligas Camponesas; agora, alguns movimentos são resgatados e passam a configurar esse ambiente de “requerimentos”. Veja-se, por exemplo, alguns desses movimentos: “[...] o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) passam a compor também o espaço de reivindicação”. (SERAFIM, 2011, p, 12)

Com o reforço desses movimentos sociais na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e na busca por uma política agrícola que objetivasse os ideais desses trabalhadores, o conceito de agricultura familiar começa a se difundir entre os teóricos nas academias, deixando de lado a caracterização de pequeno produtor tomada apenas pelo tamanho dos estabelecimentos. Segundo Serafim (2011, p.12), “[...] várias pesquisas acadêmicas passaram a ter como objeto de estudo a compreensão dos produtores familiares e o seu papel na estrutura político-econômica do País”.

Por conseguinte, com a complexificação da correlação de forças entre agricultores familiares e agronegócio, a categoria da agricultura familiar, conceitualmente falando, vai adquirindo espaço entre os debates teórico-metodológicos; assim, foi a partir da década de 1990 que o conceito de agricultura familiar obteve espaço como uma categoria de evidência no Brasil (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019). Reiterando, Ghizelini e Araguão (2019, p. 90), “a partir da década de 90 a categoria agricultura familiar surge e alcança lugar de destaque enquanto um ator social, político e econômico no Brasil.”

Além disso, a agricultura familiar se tornou um conceito que remonta à realidade dos envolvidos, que é algo tangível e de fato; portanto, o conceito não se qualifica em algo subjetivo. Esse conceito demonstra a realidade dos sujeitos que ordenam suas vidas incluídas no meio rural e andam lado a lado do meio urbano e industrial, que, por consequência, esses últimos são capitalistas e, logo, a concepção mercadológica dessa forma de produção tende a rejeitar a realidade rural como um eixo importante. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019).

### ***2.3. Aproximações e divergências entre a Agricultura Familiar e o campesinato***

Apesar desses avanços no reconhecimento da agricultura familiar enquanto uma categoria de importância, é necessário compreendermos quais os pontos de aproximação e divergência com o camponês.

A agricultura familiar, assim como o modo campesino de produção, tem a família como base, como eixo central de toda sua manufaturação; porém, existem diferenças que hora os aproximam, hora os afastam. Entretanto existem alguns teóricos que contradizem essa concepção; segundo Ghizelini e Araguão (2019, p. 93), “para estes teóricos, seguindo uma espécie de linha evolutiva, a agricultura familiar foi pensada para a modernidade assim como o camponês está para o passado, para o arcaico, atrasado, aquele que ficou para trás no carrossel da história”.

De modo mais ilustrativo, muitos entendem a agricultura familiar sendo um “campo” onde os sujeitos não possuem uma história, desprovidos de princípios e sujeitos ao Estado, que, para muitos, foi quem os criou (WANDERLEY, 2004). Indo de encontro a esse entendimento, Ghizelini e Araguão, (2019, p. 94) dizem que, “nesta perspectiva de ruptura, a agricultura familiar passa a ser um sujeito passivo, sem história, sem projetos coletivos para sua realização enquanto sociedade, dependente das ações de políticas públicas, que o criou e deu forma”.

Ilustrando, agora, o camponês passa a ser aquele grupo composto de sujeitos que ficou no passado, e seu modo de produção já não é mais válido e não representa a manufaturação exigida pelo modo de produção capitalista (WANDERLEY, 2004). Assim sendo:

[...] o campesinato, que mais uma vez é colocado num cenário em que a existência, permanência e sua reprodução social não é uma possibilidade; é, antes, um resquício do atraso, um incômodo para o desenvolvimento pleno da agricultura familiar (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 94).

Essa é a ótica de alguns pesquisadores e por isso surge o debate sobre aproximações e divergências entre a agricultura familiar e o campesinato, defendido predominantemente por Wanderley (SERAFIM, 2011). Por volta dos anos de 1995, segundo Serafim (2011, p.16), através de contribuições notórias de estudos da mesma autora, o termo começa a ter certa consensualidade, à vista disso:

[...] procuraram transpor as barreiras metodológicas e conceituais da Agricultura Familiar a partir de seus estudos de caso e reflexões teóricas, a Agricultura Familiar foi sendo delimitada conceitual e empiricamente, o que possibilitou que o termo alcançasse um acordo consensual entre grande parte dos pesquisadores, deslocando o uso de outras categorias como —camponeses, —produção familiar e —pequena produção.

De modo conseqüente, conforme Wanderley (2004), a agricultura familiar é uma categoria que possui uma memória originada do camponês, ela não foi concebida do nada,

através do Estado e para suas satisfações (mesmo sabendo que há interesses políticos e econômicos por detrás; sobretudo com a chegada da modernização).

Considerando, portanto, as afirmações de Wanderley, os autores Ghizelini e Araguão (2019, p. 94) reiteram que, “a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida camponês”.

Ainda que acabemos por expressar nosso ponto de vista sobre o “surgimento” da Agricultura Familiar e a partir disso entendamos que a Agricultura Familiar é uma categoria em desenvolvimento, com “raízes históricas”, onde o camponês foi seu suporte no início (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019). Entretanto, é eminentemente importante citarmos que há outra via, onde diversos teóricos se apoiam. Nessa via é compreendido que Agricultura Familiar foi gerada pelo Estado, - como já dito anteriormente- através da modernização, se caracterizando (desta forma) uma “nova” classe de sujeitos que produzem através da base familiar, numa lógica capitalista. Ghizelini e Araguão, (2019, p. 95) reiteram que coexistem duas concepções:

[...] uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas, e que tem no campesinato base e sustentação para esse processo de transformação.

Mesmo o campesinato sendo considerado base de sustento para a Agricultura Familiar, há pesquisadores que se apoiam no argumento de que o camponês se extinguiu com a evolução do capitalismo e criou-se, a partir desse fato, a Agricultura Familiar (pensamento, portanto, totalmente oposto ao que é proposto nesse estudo e já indicado em outro momento). Por conseguinte, em sua discussão, Ghizelini e Araguão (2019) criticam a ideia de que o campesinato tenha desaparecido definitivamente - em função da expansão e hegemonização do capitalismo – e sido suplantado por novas formas de fazer agricultura, as quais – e dentre elas, notadamente, a Agricultura Familiar – estariam fundadas na lógica moderna capitalista.

Para esses autores, houve, na verdade, uma complexificação do campesinato, frente ao avanço capitalista no campo, que deu origem à Agricultura Familiar, como uma nova forma de produção e de resistência a essa lógica capitalista.

Assim, agora, ficaram mais evidentes quais as categorias que giram em torno do “surgimento” da Agricultura Familiar e a qual nos identificamos. Com isso, também é

notável que tanto o campesinato, como a agricultura familiar possuem como eixo central a base familiar. A agricultura familiar, segundo Wanderley (2004), é uma categoria que, ao mesmo tempo em que possui persistência e nada contra a maré do modo de produção capitalista, ela dispõe a caracterização de se adequar a algumas conjunções do sistema. Assim, Wanderley (2004, p. 48) afirma:

Deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional [...].

Mesmo diante dessas circunstâncias, o fundamento da família continua sendo o eixo central, como já dito, e esse fundamento é vindo do seio camponês, não alterando, portanto, a condição de agricultura familiar. Porém, perante o cenário que esse tipo de agricultura está incorporado, ele acaba sendo direcionado e influenciado por novas formas de produção; que serão vistas mais adiante. De antemão,

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. (WANDERLEY, 2004, p. 48).

Conforme Ghizelini e Araguão (2019), verificaram-se diversos processos de mudança no campo, com a inserção do capitalismo e seu modelo empresarial-industrial no meio da produção agrícola, demandando da agricultura algumas circunstâncias que envolveu desde a forma de manufaturação até a lógica mercadológica no meio rural. Em vista disso, essas mudanças alteraram algumas condições, mas não anularam a presença do fundamento familiar na agricultura, espelhando, dessa maneira, o mesmo pensamento de Wanderley (2004).

E, do mesmo modo, Serafim (2011, p.12) reitera que “[...] o termo agricultor familiar seria atribuído à exploração moderna, com base no trabalho familiar, orientada pela lógica empresarial capitalista [...]”, já o campesinato não recebeu as mesmas influências capitalistas. Wanderley (2004) afirma que a agricultura familiar possui um relacionamento entre os eixos da produtividade, família e o trabalho, que juntos vão caracterizar o modo que é conduzida a manufaturação agrícola, tanto vista pelo lado econômico como social. Ademais, Serafim (2011, p. 12) alega:



A Agricultura Familiar, em termos gerais, é uma noção que designa o interrelacionamento entre trabalho, terra e família numa unidade de produção. A Agricultura Familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Diante desses fatos, a agricultura familiar é um conceito que abrange diversas formas de produção, onde a forma campestina está incluída nesse processo de agricultura familiar, porém, ao mesmo tempo, não quer dizer que todo tipo de agricultura familiar é um modo campestino, temos, portanto, um conceito capaz de abranger múltiplas formas de produção (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019).

Para Ghizelini e Araguão (2019, p. 96, 97), “[...] a organização da produção e do trabalho familiar, assim como a relação da lógica de mercado e a lógica familiar influenciam diretamente nas formas de reprodução social”; esses elementos caracterizam as múltiplas formas de produção da agricultura familiar, abarcando diversos modelos.

Dialogando com as diversas contribuições de Wanderley, Chayanov e Lamarche, Ghizelini e Araguão (2019, p. 96, 97) propõem uma sistematização das diversas formas de produção da Agricultura Familiar, conforme sintetizamos no Quadro 1, abaixo:

#### **Quadro 1- Caracterização das formas/modelos de produção da agricultura familiar**

MODELOS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	CARACTERIZAÇÃO
1) Modelo empresa	Se caracteriza principalmente pela função objetiva de gerar lucro, e está baseado na forte dependência de insumos e tecnologias e na fraca predominância do trabalho familiar. Neste modelo é factível a presença preponderante da racionalidade instrumental sobre a subjetividade, descaracterizando as relações homem natureza, que é sobreposta pela lógica do mercado.
2) Modelo empresa familiar	Diferencia-se do primeiro no que se refere ao trabalho, pois há uma forte predominância da mão de obra familiar, no entanto, possui uma acentuada dependência do exterior e forte relação com a dimensão técnica da produção.

3) Modelo agricultura camponesa <sup>2</sup>	A agricultura camponesa, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. Neste terceiro modelo, muitas vezes, a opção por manter-se na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto agricultor familiar.
4) Modelo agricultura familiar moderna	Este modelo representa, em certa medida, o agricultor familiar que está entre a agricultura tradicional e a moderna, pois, ao mesmo tempo em que tenta resguardar a família do trabalho com a utilização de tecnologia moderna, busca manter certa autonomia.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados de Ghizelini e Araguão (2019, p. 97).

À vista desse exercício, de modo mais ilustrativo, é possível perceber o posicionamento dos autores e, também, de Wanderley (2004), quando a autora propõe que o conceito de agricultura familiar é imbuído de raízes históricas do campesinato, onde não há uma categoria nova, criada através do Estado, mas que na realidade o que existe são pontos de aproximação e divergência entre as duas categorias e, nesse contexto, há momentos em que o campesinato complementa a agricultura familiar, outros não; essa é a paisagem natural das evidências do campesinato e, sobretudo, dos diversos modelos de produção que são acolhidos pela agricultura familiar. Esses modos de produção agrícola sofrem as inflexões do processo de modernização do campo, conforme veremos a seguir.

#### ***2.4. Modernização como um processo de transformação no campo brasileiro***

Através do adensamento do modo de produção capitalista no campo, estendeu-se ainda mais um procedimento que anteriormente já estava em difusão, dando voz e vez à mecanização do campo, resultando no processo de modernização. Esse procedimento “[...] expandiu processos e técnicas anteriormente em desenvolvimento: a mecanização agrícola, a adubação química e a manipulação genética.” (SERAFIM, 2011, p. 23).

---

<sup>2</sup> Nesse caso, consideramos agricultura camponesa de subsistência ou autoconsumo.

Com as novas formas de produção na agricultura familiar impulsionadas pela modernização com o modelo empresarial-industrial, observa-se que, por vezes, são recursos que os agricultores passam a adotar e antes eram até desconhecidos, onde nem todos conseguem caminhar e acompanhar na mesma cadência. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019). Para isso, os mesmos autores (2019, p.94) citam algumas das diversas alterações, tais como:

[...] os cálculos complexos advindos da financeirização dos bancos e juros; o planejamento sistemático da jornada de trabalho; a especialização da produção; o menor poder decisório sobre o que e como plantar; dependência dos *in puts* externos; e a influência dos mercados internacionais na formação dos preços.

Considerando Serafim (2011), essas novas formas de produção na agricultura acabaram por coagir a agricultura familiar a atender demandas não só econômicas, mas, sobretudo, demandas que estavam apoiadas sobre a lógica de “[...] uma forte concentração de renda e terra e em políticas agrícolas orientadas aos grandes produtores [...]” (SERAFIM, 2011, p. 28).

Ainda sobre as demandas que não se restringem apenas à condição econômica, Serafim (2011, p.28, 29) assegura que, “ao lado da lógica econômica, funcionam outras lógicas, que têm por objetivo atender às mais diversas necessidades da família, nem todas vinculadas à renda monetária da propriedade”.

Mediante essas transformações no campo, injetadas pela modernização, Wanderley (2004) afirma que o resultado dessas transformações no meio rural não decorreu de uma maneira uniforme. Veremos adiante que, para a mesma agricultura familiar, impulsionada pela modernização e gerida pelo sistema empresarial-industrial, há distintas formas de produção no meio rural. Wanderley (2004, p. 43), ainda sobre tal condição, sustenta:

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial.

Desta maneira, a modernização continuou ganhando vitalidade na agricultura, sendo, portanto, um processo que adquiriu uma intensidade também devido à Revolução Verde que culminou no Brasil e nos países da América Latina, em meados dos anos de 1960 e 1970. Tratou-se, então, de um movimento que foi além da modernização e

mecanização do campo; ele alinhou a agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros, logo, também esse movimento preconizava utilizar dos benefícios da tecnologia que estava em ascensão em favor do avanço econômico. (SERAFIM, 2011).

Com o desenvolvimento da Revolução Verde, houve também a expansão das monoculturas, tal condição requeria um suporte tecnológico, de mecanização, além de defensivos agrícolas e afins, resultando numa agressividade inerente a essa inserção capitalista no campo (SERAFIM, 2011). Sendo assim, a Revolução Verde trouxe alguns aspectos desfavoráveis, exemplificamos: “[...] o uso crescente dos insumos modernos, a mecanização pesada e concentrada, a predominância da produção de extensas áreas de monocultura provocaram problemas ecológicos e ambientais imensos [...]” (SERAFIM, 2011, p. 29).

Esses aspectos citados acima foram desfavoráveis e ocorreram de modo generalizado tanto na Europa como na América; agora demonstrando como tal circunstância afetou o Brasil, de forma mais específica, observamos que:

[...] conforme informações do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), um bilhão de tonelada de solo por ano é deteriorado (AGUIAR, 1993). Essa deterioração, devido à ação predatória do homem e ao desgaste natural do meio, em menor grau, constituem os principais fatores responsáveis pela redução da biodiversidade e pela desertificação em vários países, inclusive no Brasil. (SERAFIM, 2011, p. 29).

A despeito desses aspectos negativos trazidos pelos avanços das tecnologias e da mecanização do campo, “discursava-se que esse movimento não podia ser freado, correndo-se o risco – caso o fosse – de atrasar o avanço tecnológico que estava em efervescência nessa época no setor agropecuário e, por conseguinte, atrasar o desenvolvimento econômico” (SERAFIM, 2011, p. 24, 25).

Logo, a respeito da Revolução Verde, ela pode ser compreendida como “[...] um processo de continuidade das transformações tecnológicas originado na expansão da lógica capitalista na agricultura, observada nas Revoluções Agrícolas”. (SERAFIM, 2011, p. 24). Verificamos, pois, que a modernização foi além da mecanização e inovações tecnológicas no campo, a Revolução Verde foi um exemplo desse movimento que a modernização transportou, causando um impacto diretamente aos agricultores. Observa-se que foram diversas as alterações que o campo necessitou transcórrer; Ghizelini e Araguão (2019, p. 93) afirmam que:

Apesar de todas as transformações ocorridas no meio rural, derivadas do processo de modernização que injetou o modelo empresarial-industrial na agricultura, pressionando e exigindo constantes mudanças

e adaptações, tal fato não suprimiu a produção de base familiar, não se efetivando assim o integral processo de proletarização que estava no horizonte (durante a década de 70).

Entender todos esses aspectos e como eles influenciam na agricultura familiar nos levará a entender as diferenças que giram em torno do campesinato e da agricultura familiar, bem como, as diferenças existentes entre a produção e cultivo de determinados produtos que são fornecidos pela agricultura familiar e a causa de alguns agricultores aderirem a algumas técnicas, ou não, que serão demonstradas através dos Censos Agropecuários implicados nessa dissertação.

É meritório falar que, mesmo com esses tensionamentos, a agricultura familiar – mediante sua forma de produção mais justa, por contemplar os eixos social e econômico e beneficiar toda a população envolvida, no campo e na cidade – é uma categoria validada, pois,

[...] é reconhecida por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que atestam a capacidade que esse modo de fazer agricultura tem contribuído de forma importante para a soberania alimentar dos povos, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que se caracteriza por uma forma de agricultura que tem como premissa uma perspectiva de ser socialmente justa economicamente viável e ambientalmente sustentável (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 91).

Como uma produção justa para todos os eixos envolvidos na agricultura familiar, podemos observar que a modernização não afastou a responsabilização que os agricultores possuem com o campo, do mesmo modo, a grande parte dos agricultores tem a sua produção compreendendo os variados aspectos que envolvem a terra e o setor agropecuário, de forma geral. Enfim, “O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza [...]”. (WANDERLEY, 2004, p. 54).

Em contrapartida, “a necessidade de oferta de alimentos para abastecer as engrenagens das sociedades capitalistas fez com que a mecanização e os insumos químicos passassem a ser a base necessária para [...] o aumento da produção e da produtividade [...]”. (SERAFIM, 2011, p. 34). Logo, as alterações no setor agropecuário brasileiro foram ocorrendo de acordo - e paralelamente - com o progresso do modo de produção capitalista, onde, ironicamente, o próprio sistema gera algumas demandas, que põem os interesses hegemônicos em pauta.

Nesse contexto de modernização, de conflito e de resistência, a agricultura familiar foi adquirindo cada vez mais respaldos teóricos e normativos, ganhando expressividade através de leis e órgãos que foram surgindo com a finalidade de corroborar ainda mais com essa categoria; a título de exemplo, podemos citar o decreto 1.946/1996, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei 11.326/2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Paralelamente a esse cenário, os próprios agricultores foram estabelecendo maneiras de se organizarem internamente nas suas produções e tais circunstâncias foram adquirindo evidências bem expressivas, no que se refere à importância da produção da agricultura familiar no país.

É relevante, nesse contexto, estabelecermos alguns princípios para debater a agricultura familiar de modo mais justo diante das suas diversas formas de produção; como já vimos. E, por conseguinte, observamos perante esses princípios que, na agricultura familiar, o agricultor e sua família são os proprietários ao mesmo passo em que realizam o trabalho manual e técnico de toda a produção, unificando assim, o que nas propriedades maiores seriam de terceiros assalariados, de tal modo que a diferença consiste em o “[...] produtor rural de médio e grande porte, que se utilizando de mão-de-obra assalariada, se reproduz a partir da lógica da empresa capitalista”. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 96).

Como na agricultura familiar o eixo central é a família, todas essas atividades são inerentes aos seus próprios componentes, unificando assim as atribuições que vão desde o ambiente de trabalho à própria vivência dos familiares na propriedade, desta forma, “[...] na agricultura familiar não há uma separação significativa entre a ‘empresa’ e a família, pois o lucro obtido do trabalho físico e mental do agricultor é considerado renda para a reprodução social de sua estrutura familiar.” (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 96).

Outra condição que move a agricultura familiar é a respeito da reprodução social da categoria, ela está estreitamente conectada à força de trabalho e ao que a família requer consumir para seu sustento, para que dessa forma haja sua reprodução social. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019).

À vista disso, conforme já destacamos, um dos primeiros avanços na história da concretização da categoria da agricultura familiar no Brasil foi a criação do PRONAF; a

primeira iniciativa de nível federal que abarca todo o território nacional e surge para acrescentar melhoras na agricultura familiar. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019).

Portanto, de modo mais prático, “o PRONAF se destina ao financiamento de projetos individuais ou coletivos que visem à geração de renda e melhoria das condições de produção para os agricultores familiares”. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 92).

O Governo Federal afirma que o PRONAF:

[...] envolve um conjunto de ações destinadas a aumentar a capacidade produtiva, geração de emprego e elevação da renda dos agricultores familiares, com o intuito de promover o desenvolvimento no meio rural. O acesso ao crédito rural é uma das ações direcionadas aos agricultores do segmento agropecuário conhecido como agricultura familiar, que administram, gerenciam e trabalham no desenvolvimento das suas atividades, conforme classificação definida na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. (BRASIL, 2022).

Momentos após esses avanços na história, o conceito de agricultura familiar se torna mais preciso através de outro marco legal, a Lei 11.326, aprovada em 24 de julho de 2006, como citada acima e, segundo Ghizelini e Araguão (2019, p. 92), “[...] ficou conhecida como a lei da agricultura familiar, por delimitar formalmente o conceito, estabelecendo os critérios de enquadramento e características distintivas dessa categoria”.

Por meio, agora, dessa formalidade que a agricultura familiar obteve, demonstramos que a própria Lei nº 11.326 em seu escopo valida a categoria referida; no seu Artigo 3º estão dispostas as considerações sobre quem se enquadra em agricultor familiar e empreendedor familiar rural; sendo necessário que:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; [...]

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo [...]

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.  
§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;  
 IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [...]

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [...]

Isso posto, observamos que, para além de tantas funções que o campo jurídico possui, ele efetiva de maneira legal a agricultura familiar, fazendo com que avance o debate acerca do tema. E, devido à sua importância, esse debate ganha uma notoriedade maior, sendo transpassado por diversas áreas, estimulando assim a formulação de novas propostas e políticas públicas que são inerentes à categoria; esse movimento, segundo Ghizelini e Araguão (2019, p. 92), “exerce influência nas estratégias de desenvolvimento, na construção das identidades coletivas, na pauta dos movimentos sociais, na agenda do sistema político, demandando ações e até mesmo na forma como se dá a relação campo x cidade”.

Outra definição do conceito de agricultura familiar pode ser observada diante de um estudo realizado em parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), onde a centralidade da família como personagem principal desse setor continua explicitamente:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996 apud GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 97, 98).

A centralidade da família na agricultura familiar pode ser contemplada também no Censo Agropecuário de 2006, segundo o qual:

Para fins de coleta, foi considerada como produção de subsistência aquela em que os alimentos produzidos foram utilizados para suprir as necessidades do produtor e de sua família, ou quando parte da produção tivesse sido eventualmente comercializada, através de venda ou troca, para subsidiar outras necessidades de consumo desse núcleo familiar,



dependendo, totalmente ou em sua maior parte, da atividade agropecuária para sua sobrevivência econômica. (IBGE, 2006, p. 40, 41).

Ficando evidente, portanto, mais uma vez; a questão da família e a subsistência ou autoconsumo de seus componentes. Desse modo, partindo para observarmos alguns dados da produção de alimentos dessa categoria, ressaltamos que a agricultura familiar exerce uma importância e sua notoriedade pode ser comprovada a nível mundial. Por exemplo, segundo Ghizelini e Araguão (2019), os dados da produção de alimentos da agricultura familiar no mundo foi uma porcentagem de 80%, já no Brasil, a produção de alimentos que essa categoria promove é de 70%; são esses 70% da produção da agricultura familiar que são responsáveis pelo abastecimento interno do país, destinado à alimentação da população brasileira. Convém observar de maneira mais ilustrativa o que compõe essas produções da agricultura familiar:

Ela participa de forma considerável na composição da cesta básica, produzindo 87,0% da produção nacional de mandioca; 70,0% da produção de feijão; 46,0% do milho; 38,0% do café; 34,0% do arroz; 58,0% do leite; 59,0% do plantel de suínos; 50,0% do plantel de aves; 30,0% dos bovinos; e 21,0% do trigo. (SERAFIM, 2011, p. 41)

Dando continuidade, em uma perspectiva pontual – pois veremos com mais detalhes adiante – a agricultura família dispõe de uma alta concentração de estabelecimentos agropecuários, mas contrapõe com a quantidade de área que abrange esses estabelecimentos. Como o estabelecimento agropecuário parte das caracterizações investigadas nesse estudo, o Censo Agropecuário de 2006 identifica esse termo da seguinte maneira:

É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006, P. 40, 41)

Com relação à quantidade de estabelecimentos agropecuários, tratada acima, sinalizamos que, “dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, 4,4 milhões (ou cerca de 85% do total dos estabelecimentos rurais do país) se enquadram na categoria da Agricultura Familiar.” (SERAFIM, 2011, p. 41). Agora, em relação à área ocupada por todos esses estabelecimentos agropecuários que compõem a agricultura familiar, temos a

contraposição, onde o IBGE no Censo Agropecuário de 2006 demonstrou que essa área era apenas de 24%. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019).

Nesse contexto, podemos interpretar com esses dados que a Questão Agrária brasileira tem muitos resquícios pendentes, a serem solucionados. Serafim (2011, p. 41) diz que “estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não pertencentes à Agricultura Familiar, apesar de representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada”.

Ainda podemos afirmar que esses fatos evidenciam os “[...] velhos problemas não resolvidos da nossa questão agrária, como a concentração de terras e a permanência dos latifúndios improdutivos.” (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 91); o que nos resta a ponderar que, apesar da agricultura familiar indicar uma intensa contribuição e atuação no setor agropecuário, existe ainda alguns elementos que são desfavoráveis à sua condição no campo brasileiro.

Alguns fatores desfavoráveis à agricultura familiar no território brasileiro podem ser especificados de maneira mais ilustrada a partir do quadro 2, apresentado no próximo item, demonstrando as diferenças que são agudas entre a agricultura familiar e a não-familiar, observadas no Censo Agropecuário de 2006.

## ***2.5. Agronegócio e agricultura familiar: tensões, disputas e correlação de forças***

O agronegócio se diferencia da agricultura familiar por se caracterizar como uma forma de produção que se utiliza de tecnologias intensivas, através do advento da modernização do campo que ocorreu, como já dito, por volta dos anos de 1970. O foco desse setor são as produções das grandes monoculturas (mediante o uso de fertilizantes e agrotóxicos), com vistas às exportações, abastecendo assim, o mercado externo. Portanto, o agronegócio no Brasil é qualificado:

[...] fundamentalmente pela integração das cadeias produtivas que organizam a produção e circulação de mercadorias de origem agrícola em larga escala, comandadas por grandes empresas transnacionais que controlam os territórios. Tudo isso associado a um forte pacote tecnológico que inclui desde grandes máquinas agrícolas e pesquisa científica em áreas como genética e biotecnologia, ao uso intensivo de venenos e fertilizantes químicos, sistemas de transportes, além de um forte processo de financeirização da agricultura [...]. Representa, quase sempre, uma aliança de classe que associa latifundiários, empresas transnacionais, capital financeiro e mídia burguesa, com forte apoio de políticas de estado. (CHÃ, 2016 apud SANTOS E SILVA, 2021, p. 353)

Com relação à tecnologia, citada acima, ela é apenas uma das técnicas utilizadas por esse setor, partindo também para as particularidades das mecanizações e o uso de químicas, todos esses dispositivos são meios para ampliar a produtividade e produção do agronegócio, fundamentados na produção intensiva, abordada anteriormente. Ou seja, “[...] a opção por um sistema produtivo baseado no uso intensivo de técnicas, conseqüentemente voltado apenas para um pequeno segmento ‘altamente capitalizado’ (graças aos subsídios governamentais, obviamente).” (SAUER, 2008, p. 8). Interessante pontuar que o uso desses instrumentos, herdados também da Revolução Verde, desemborcou para que tivéssemos o modelo agropecuário vigente. (SAUER, 2008)

Em contrapartida, a agricultura familiar possui diversas possibilidades de reprodução, porém, ela é altamente permeada de impossibilidades no decurso de um processo histórico advindo das discrepâncias entre os dois setores (agricultura familiar X agronegócio) esse movimento entre as duas formas de produção acabam exercendo um papel de altas (des) proporções na forma como elas produzem e se diferenciam, tendo ao lado do agronegócio a grande burguesia agroindustrial, logo, essa dinâmica afeta toda a sociedade. Observemos algumas dessas discrepâncias:

#### **Quadro 2- Elementos que compõem a diferença entre a Agricultura Familiar e a não-familiar no território brasileiro**

<b>Categorias</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Agricultura não familiar</b>
Número de estabelecimentos	4,4 milhões	776 mil
Estabelecimentos (%)	85%	15%
Área cultivável ocupada	24,3%	75,7%
Tamanho médio dos estabelecimentos	18,37 hectares	309,18 hectares
Proporção da mão-de obra empregada	74,4%	25,6%
Estabelecimentos dirigidos por mulheres	13,7%	7%
Receita média anual, por estabelecimento	R\$ 13 mil	R\$ 136 mil

Montante de financiamento <sup>3</sup>	7,8 bilhões	13,2 bilhões
% do financiamento total	30,4%	69,3%
Número de Estabelecimentos financiados	810 mil (781 mil familiares e 29 mil de pequeno porte)	110 mil
Valor médio de financiamento por estabelecimento	R\$ 9,6 mil	R\$ 120 mil
Principal destino da produção	Mercado interno	Mercado externo

Fonte: SERAFIM (2011, p. 46)

Esse quadro nos proporciona alguns detalhes importantes nesse movimento de discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, que foram observados em 2006 com os resultados do Censo Agropecuário. Essas discrepâncias nos ilustram algumas tensões e correlações de forças exercidas diante dessas formas de produção, que serão vistas mais detalhadamente na análise de dados deste estudo, mas como, a título de exemplo, podemos citar alguns elementos.

Então, observamos que o principal destino das produções da agricultura familiar é o mercado interno, enquanto o mercado externo é o foco das produções do agronegócio. Segundo Bruno (2016), o agricultor familiar, mesmo com a grande importância de produzir para abastecer o mercado interno, nunca foi tratado de forma igualitária em comparação com os grandes produtores do agronegócio, assim, o debate de igualdade que gira em torno desse cenário se diz incoerente com a prática dessas duas formas de produção, conotando uma realidade utópica para nossa sociedade.

Como dito acima, o agronegócio tem como alvo o mercado externo, sendo responsável pelas principais *commodities* agrícolas exportadas pelo país, tais como soja, milho, açúcar, café e algodão (SANTOS E SILVA 2021).

Estudos recentes sobre o agronegócio e as investidas do capitalismo no campo nos indicam que, mesmo em tempos de pandemia, as mercadorias brasileiras continuaram nutrindo o mercado externo; ratificando, esses dados “demonstraram que nem a pandemia

<sup>3</sup> Quanto à obtenção de financiamento, o Censo aponta que, do total de estabelecimentos agropecuários, 17% dos estabelecimentos receberam financiamento provenientes de programas governamentais no ano-base. (SERAFIM, 2011 p. 45)

de COVID-19 foi capaz de impactar fortemente os índices de exportação das *commodities* brasileiras no mercado internacional”. (Comissão Pastoral da Terra, 2021, p. 24).

E mais, outro exemplo concreto de que a inserção do capitalismo no campo se materializou e ampliou a produção de mercadorias brasileiras foi outro atual dado demonstrado pela Comissão Pastoral da Terra (2021, p. 24): “no mês de novembro de 2020, a soja, carro-chefe das exportações brasileiras, já somava mais de 80 milhões de toneladas, fechando o ano com valores de 82,273 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec)”.

Logo, a mesma realidade utópica de que o “agro é pop” se desmonta quando voltamos para o quadro e reparamos que o número de estabelecimentos de agricultura familiar é bem maior quando comparado com os de agricultura não familiar, ou seja, do agronegócio: sendo 4,4 milhões para 776 mil, respectivamente. Esses dados nos levariam a pensar que a área cultivada seria proporcional ao número de estabelecimentos, porém o quadro nos revela, também, que a diferença é intensa, se expressando em: 24,3% em área cultivável ocupada pela agricultura familiar para 75,7% em área cultivável ocupada pela agricultura não-familiar, esses dados são contrários a tudo que empiricamente ouvimos sobre os avanços positivos do agronegócio no Brasil, quando os dados dos censos agropecuários evidenciam que a produção obtida pela agricultura familiar, em menos de 25% da área cultivável, é responsável por 70% do abastecimento interno do país, chegando, efetivamente, às mesas da população brasileira; enquanto o agronegócio – detentor de quase 76% da área cultivável, distribui apenas 30 % da sua produção para a população interna. Resta-nos perguntar: quem é “pop”, afinal?

Nesse sentido, o agronegócio foi se estabelecendo como o personagem principal da modernização da agricultura e economia brasileira, o que, por consequência, leva à existência de um jogo de interesses por meio da concentração de capital, orientado pelo capital financeiro. (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS, 2013). Logo, a lógica do agronegócio se torna benéfica para a burguesia agrária, dado em vista que ele é altamente produtivo, diferentemente dos grandes e antigos latifúndios, nos quais a lógica é a improdutividade.

Todavia, mesmo com a lógica de improdutividade dos latifúndios, eles tiveram um papel fundamental para a formação do nosso atual modelo agropecuário, servindo, portanto, de base para a constituição da modernização agropecuária que o campo sofreu, isso ocorreu de modo que os latifúndios foram capitalizados pela elite agrária do país, que empregou o uso das trocas de favores, mediante a aplicação dos subsídios e incentivos

fiscais, e logo alguns dos resultados foram a compensação econômica, bem como a inserção tecnológica no campo. (SAUER, 2008)

No Brasil, o nosso território se revela para o modo de produção capitalista como um local característico de apropriações, que passam desde os recursos naturais até a ampliação do sistema. (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS, 2013); “Sendo assim, os recursos naturais continuam sendo vitais para a manutenção da expansão capitalista. E o capital se apropria do território de acordo com as condições possíveis de extrair tais recursos”, dando prosseguimento, conforme previra Marx (2013), aos processos de expropriações. (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS, 2013, p. 2)

Para além das apropriações dos recursos naturais, existem também os insumos, as novas tecnologias e o acesso ao crédito, que inviabilizam os agricultores familiares de concorrer com o montante da produção do agronegócio; nesse interim é bom perceber que a propriedade da terra improdutiva tem também um papel importante no monopólio da produção agrícola, uma vez que, a destituição dessas terras no setor da agricultura familiar e dos trabalhadores do campo em geral é mais um elemento que os tornam sujeitos expropriados.

Para tal propósito, a retirada de recursos e ou produtos do nosso território é almejada para desenvolver as economias centrais, logo, daqui “retira-se os produtos em sua forma bruta para serem industrializados em outros espaços, ou seja, tal qual no período colonial [...]”. (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS, 2013, p. 5). Portanto, como uma das principais preconizações de exportação do agronegócio, temos os recursos naturais, logo, as expropriações dos recursos naturais se tornam o eixo central da formação financeira do agronegócio, reiterando, conforme Santos e Silva (2021, p. 346), que “[...] o Brasil está exportando recursos naturais em grande volume, sendo a terra (solo e subsolo) e a água os principais”. É necessário enfatizar aqui, ainda conforme Santos e Silva (2021), que as expropriações no campo brasileiro se tornaram massivas com a combinação desses três fatores: Estado brasileiro, burguesia nacional e capital internacional.

Com essa “aliança” se qualifica o projeto que atinge o campo brasileiro, que diz respeito a um projeto nutrido pelo capitalismo, onde a condição mercadológica é o indicador determinante dessa relação, mas a ingerência política reflete em uma manifestação de interesses muito forte, esses fatores se consumam nos camponeses através de uma condição de desigualdade e pobreza extrema no campo (SANTOS, 2018).

Com essas circunstâncias e a infiltração do capital internacional, acrescentamos que a posse de propriedade de terra passou a ser alvo e “[...] interesse de todos os setores fortes da economia como, por exemplo, bancos, empresas multinacionais, grupos econômicos, etc.” (SAUER, 2008, p. 41).

Nesse viés, dentre tantas consequências dessa relação para expropriações, vejamos um caso historicamente conhecido pela apropriação do capital dos recursos naturais e de posse de propriedades de terras no Brasil que é a região amazônica, por exemplo. “As expropriações nessa região sempre ocorreram sob mecanismos de extermínio, violência e expulsão de indígenas de suas terras [...]” (SANTOS e SILVA, 2021, p. 348)

Portanto, são difundidos ao longo da história traços característicos dessa barbaridade e é no adensamento do modo de produção capitalista que o simples direito de acesso à terra se converte em desigualdade social (e regional) e se integra às expressões que configuram a questão social na particularidade na economia brasileira- dependente e periférica. O relatório “conflitos no campo Brasil”, de 2020 e divulgado em 2021, da Comissão Pastoral da Terra, diz que a violência nas áreas rurais se concretiza em atos que partem de agressão física a uma matança em grande escala, por exemplo, ameaças, violações de direitos, bem como em expulsões, que são realizadas em sua grande maioria de forma ilegal.

Muitas vezes essa violência alcança a esfera do genocídio, como por exemplo, o massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no ano de 1996 e resultou na morte de 21 trabalhadores rurais. Esse episódio aconteceu como forma de protesto em relação a uma fazenda improdutiva em que as famílias haviam ocupado e não recebiam respostas dos órgãos responsáveis sobre a desapropriação dessas terras. (BARBOSA, 2020). Além do mais, as características desse ato foram:

Os trabalhadores foram cercados. De um lado policiais do quartel de Parauapebas, do outro, policiais do batalhão de Marabá. Dos 19 mortos, oito foram assassinados com seus próprios instrumentos de trabalho: foices e facões, os outros 11 foram alvejados com 37 tiros, uma média de quatro tiros para cada pessoa. Outras 79 pessoas ficaram feridas. Duas delas faleceram no hospital. (BARBOSA, 2021).

A intensidade desse cenário é colaborada com a figura do Estado, que sempre teve sua imagem atrelada aos interesses do capital, assim “o Estado responde com a moralização e a militarização da vida social fazendo acentuar os níveis de violência; o

individualismo e a competitividade se espraíam por todos os interstícios da vida” (SANT’ANA, 2018, p. 7).

Com todas essas características postas, percebemos que o setor do agronegócio se tornou um pilar fundamental para a acumulação de capital, necessitando dos recursos naturais, utilização da violência como também a apropriação de terras para produzir e se incluir no meio competitivo do mercado global, esse setor também está ligado à modernização e seu processamento se dá através de resultados expressivos e positivos na magnitude da sua produção, por meio de grandes tecnologias, que veremos mais adiante, mas, também, por meio de um abundante uso de agrotóxicos, muitos deles proibidos em países de economia avançada e destinado aos pratos das famílias pobres brasileiras, sob o argumento de que seria a única forma de “produzir barato” o alimento<sup>4</sup>.

A natureza, portanto, possui um papel fundamental para a acumulação de capital, reiterando ainda as afirmações de Nascimento; Rodrigues e Santos, (2013, p. 3), “nessa perspectiva, a natureza se constitui ao mesmo tempo, instrumento e objeto de trabalho a serviço do capital. E sobre ela se dita o tempo e o modo de trabalho necessário, e esse processo difere de país para país, de território para território.”

Nesse cenário, segundo Sauer (2008) foi nos anos de 1990 que a forma de produção do agronegócio se difundiu no Brasil, “[...] desde o início, a carga do modelo, designando um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra [...]”. (SAUER, 2008, p. 15). Ainda sobre a modernização, que esse setor está atrelado, Sauer (2008, p. 15) afirma que a modernização “[...] passou a ser usado para indicar eficiência, ganhos em produção e produtividade e, um elemento chave, inserção competitiva [...]”. O agronegócio então necessita de uma série de condutas para poder “sobreviver” nesse meio:

O agronegócio é concebido como a personificação das necessidades de reprodução do capitalismo. Simboliza a competitividade sistêmica. Abrange todos os agentes direta ou indiretamente envolvidos com a atividade agrícola e agroindustrial. Exige de todos uma postura de mercado e uma cultura empresarial. (BRUNO, 2016, p. 150)

No meio da reprodução do agronegócio dentro do modo de produção capitalista o lucro se qualifica como sua meta principal, “dessa forma, não basta saber produzir, é necessário ser racional, possuir uma cultura de poupança, desejar acumular, saber tomar a iniciativa.” (BRUNO, 2016, p. 150). Com o cenário do agronegócio concretizado, se

---

<sup>4</sup> Esse argumento foi reverberado, por exemplo, pela Senadora, agropecuarista e ex-Ministra Kátia Abreu, em fala exibida no documentário “O Veneno Está na Mesa”, de Silvio Tendler.



afirma também o aumento da concentração de terras e até mesmo de conflitos com vistas à instalação das grandes empresas com capitais estrangeiros. (DOURADO E MESQUITA, 2010).

As fortes influências das empresas de capitais estrangeiros no campo brasileiro mobilizaram o cultivo de produtos para a exportação em larga escala por meio do agronegócio, a agroexportação; facilitando, segundo Santos (2018, p. 3):

[...] a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade<sup>5</sup>.

Logo, através das agroexportações, há uma maior acumulação de capital e as estruturas se organizam com essa finalidade. Sendo assim, “em tempos de globalização diversos mecanismos supranacionais se interligam nas redes e estruturas que compõem os processos moleculares de acumulação do capital.” (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS, 2013, p. 4). Inclusive, é a partir dessa lógica que as empresas monopolistas se organizam, tornando o processo de concentração da produção em empresas cada vez maior e mais competitivo, excluindo, portanto, as empresas que são menores do mercado. Entretanto, como essas estruturas se organizam ficará mais claro no próximo capítulo.

Nesse viés, com a instalação das grandes empresas do agronegócio em determinadas regiões, ocorrem algumas consequências para a população, principalmente as que exercem mão-de-obra nas produções dos produtos desse setor, desse modo, com essa implementação há um alargamento desmedido na utilização de insumos agrícolas como é o caso dos fertilizantes, por exemplo, além do uso de máquinas e tecnologias e de agrotóxicos que são altamente nocivos, tanto às áreas rurais como à população.

Fazendo um parêntese aqui, é interessante notar que as expropriações conduzidas pelo agronegócio possuem características “do tempo” da acumulação primitiva, em sentido figurado: as expropriações ganham uma nova roupagem. Sobre isso, Fabrini (2008, p. 43) afirma:

Além das intervenções políticas feitas por meio de ações estatais para garantir a existência dos agronegócios, eles praticam, assim como os latifundiários, um conjunto de relações de trabalho típicas da “acumulação primitiva” de capital, não regulada pelo mercado, como a

---

<sup>5</sup> Acrescente-se a tudo isto a superexploração da força de trabalho dos trabalhadores rurais e sua expressiva extração de mais-valia absoluta, conforme evidencia Carcanholo (2008).

superexploração do trabalho, violências, peonagem, trabalhos análogos à escravidão<sup>6</sup>.

Dando seguimento ao texto, registramos que uma dessas consequências, retratadas no penúltimo parágrafo, pode ser observada por meio da matéria do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que saiu em novembro de 2022, ou seja, através de um estudo bem recente. Essa matéria aborda o fato da questão de contaminação por agrotóxicos ter crescido drasticamente, mais especificamente com os dados atualizados, o crescimento foi de 161,3% no Brasil, apenas no primeiro semestre do ano. Esses dados foram realizados por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em que dizia também que o número de famílias afetadas pelo uso de agrotóxicos do setor do agronegócio foi cerca de 5.637. (FERREIRA, 2022). Corroborando a análise desse estudo quanto aos desdobramentos nefastos da gestão ultraneoliberal do Estado brasileiro, pelos governos Temer e Bolsonaro e, mais intensivamente, por este último.

Outra consequência observada através desse relatório da CPT, diz respeito às ocorrências de conflito no campo, que são inúmeras, sendo assim, “os números correspondem a 601 ocorrências de conflitos por terra, 105 de conflitos pela água, 42 conflitos trabalhistas, sendo 41 casos de trabalho escravo, 10 conflitos em tempos de seca e uma de conflito em área de garimpo.” (FERREIRA, 2022).

Outro fator apontado por Dourado e Mesquita (2010, p. 299) é que, com as instalações dessas empresas, as famílias, em busca de melhorias, acabam se “[...] mudando para as áreas periféricas da cidade em busca de emprego, engrossando a massa de trabalhadores desempregados e subempregados [...]” e, ainda, instalados em áreas de risco, sob fortes ameaças de alagamentos, enchentes e desabamentos, conforme temos assistido nos últimos meses, em Pernambuco e São Paulo, por exemplo, reiterando a procedência da íntima relação entre a Questão Agrária e a Questão Social brasileira, juntamente com tantos outros elementos abordados nesse trabalho.

Reiteramos, ainda, acrescentando outras circunstâncias acerca desse movimento que podem ser ilustradas, como é o exemplo do aumento da concentração fundiária e as exorbitantes expropriações que acontecem no campo por meio dos recursos naturais.

---

<sup>6</sup> Um caso ilustrativo de trabalho análogo a escravidão foi a apreensão dos trabalhadores em Bento Gonçalves, cerca de 215 homens foram encontrados trabalhando em torno de 15 horas diárias e com más condições de trabalho e infraestrutura de alojamento. Eles trabalhavam na colheita de uvas e abate de frangos nessas circunstâncias, foi através de denúncias que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal conseguiram chegar ao local registrado e apreender o proprietário e fazer o resgate desses trabalhadores. (MARKO, 2023)

Nascimento; Rodrigues e Santos (2013, p. 6) adicionam outro fator danoso às famílias implicadas pelo agronegócio, que é a expansão do “[...] contingente da população latente, sobretudo juvenil, que não encontra oportunidades no tão decantado desenvolvimento - gerador de emprego e renda.”

Desse modo, as estratégias utilizadas pelo agronegócio refletem, sobretudo, na agricultura familiar e no projeto defendido pelos mesmos, ocasionando uma refinação em “concentração de terra, a produção agropecuária e florestal em larga escala, o monocultivo, o uso intensivo de agrotóxicos, hormônios, transgênicos, além do desrespeito às características socioculturais dos povos do campo e expropriação de camponeses”. (OLIVEIRA, 2015, p. 32).

Nesse viés e reforçando uma matéria no “Brasil de fato”, um site de notícias, em que é iniciado com um título bem objetivo: “‘O Agro não é pop’: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio”; sobre a relação do agronegócio com a geração de emprego, consultando dados do IBGE, a autora afirma que “[...] quem gera menos postos de trabalho com carteira assinada e tem o menor salário é a agropecuária. Então o discurso do agro de que gera emprego e renda é uma falácia.” (MONCAU, 2021).

Esses elementos já nos levam a observar o quão danoso pode ser a instalação dos empreendimentos do agronegócio para os sujeitos; com isso, Nascimento; Rodrigues e Santos (2013, p. 3) afirmam que “nessa dinâmica de concentração do capital no campo, os territórios bem como os sujeitos que neles habitam são tratados diferentemente pelo capital.” Nessa orientação fica evidente que a expansão e valorização do agronegócio, juntamente com o não privilégio do Estado, contribuem para as adversidades que a Questão Agrária brasileira atravessa, tornando a agricultura familiar um setor excluído pelo projeto econômico e político do país.

Logo, com a agricultura familiar excluída do projeto econômico e político, ameaçada pelo crescimento do capitalismo no campo brasileiro e a sua consequente expropriação, a força de trabalho que os agricultores possuem acaba sendo vendida como sua última opção para as grandes empresas. (DOURADO E MESQUITA, 2010). Nesse movimento, poucos são os produtores rurais da agricultura familiar que conseguem se manter nos postos, produzindo para “alimentar” o mercado interno e, sobretudo, as mesas dos brasileiros e, ainda, com alimentos orgânicos, não-saturados de veneno.

Nessa mesma dinâmica chamamos atenção para a denúncia de muitos agricultores de que essa redução contínua dos pequenos agricultores rurais tem implicado na quase

extinção das chamadas “sementes crioulas” que são aquelas não dependentes de defensivos químicos (agrotóxicos).

Vamos fazer um parêntese sobre a venda da força de trabalho que alguns agricultores tiveram que se submeter, para trazer a reestruturação produtiva do capital que ocorreu após os anos de 1970, como um fator que contribuiu para que houvesse alterações no setor agropecuário brasileiro, impulsionando a venda da força de trabalho tratada acima. Conforme Dourado e Mesquita (2010), a reestruturação produtiva do capital com ações políticas-estratégicas conduziu os agricultores para se manterem nos postos de trabalho, ao invés de lutarem por seus direitos e defenderem melhorias nas condições de trabalho:

[...] visto que diante da crise estrutural do capital, muitos postos de trabalho deixaram de existir ao passo que houve um crescimento significativo no número de trabalhadores desempregados, passando estes a compor o exército de reserva. (DOURADO E MESQUITA, 2010 p. 302)

À vista disso, diante dessa lógica, a reestruturação do capital alterou os propósitos de lutas dos trabalhadores, o que antes o foco era pra se ter uma melhoria em todas as circunstâncias no trabalho, com esse momento, a questão se torna contraditória e o que acarreta diversas defasagens no mundo dos trabalhadores do campo.

É significativo entender que esse processo de firmamento do agronegócio se deu através de uma série de movimentos que foram acontecendo ao decorrer do tempo, um desses movimentos, por exemplo, que levou à consolidação inicial do agronegócio, foi a origem da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag). Conforme Sauer (2008), a fundação dessa associação se deu em meados do primeiro semestre de 1993 na Câmara dos Deputados, o objetivo dessa associação, segundo Bruno (2016), era de guindar a lógica produtivista da agricultura brasileira, orientada por planos políticos e econômicos.

Essa guinada na lógica produtivista brasileira, através da modernização no campo, contou com um fundamento baseado na concentração fundiária e exclusão dos trabalhadores do campo que é utilizada desde a acumulação primitiva, mas que acaba se reproduzindo de diversas maneiras. Nesse sentido, como disse Sauer (2008), existem alianças, no âmbito entre o campo e o capital, que são feitas de tal modo que contribuem para a ampliação desses fatores, uma delas são as costumeiras trocas de favores, que sempre repassam à política poderes para delegar sobre a terra, dilatando a concentração fundiária e a expulsão dos trabalhadores do campo, resultando em um crescimento

econômico satisfatório para a elite agrária e o setor com poder político rural do nosso país.

Nesse “universo”, a agroindústria brasileira revela a imagem dos grupos dominantes que são a hegemonia no país. “A sua matriz discursiva é conservadora, elitista e autoritária. O conservadorismo não necessariamente é contra a tecnologia e a modernização dos processos produtivos. É contra, sim, o exercício dos direitos e da cidadania.” (BRUNO, 2016, p. 154).

A face conservadora do agronegócio diz respeito ao fato de que, mesmo com as tecnologias, maquinários e técnicas ao dispor desse setor, o agronegócio se utiliza da força de trabalho dos sujeitos de maneira fragilizada, “temos uma mesclagem de técnicas modernas de produção [...] com a utilização de mão de obra mal remunerada e extremamente precarizada, havendo, pois, a coadunação entre o moderno e o arcaico” (DOURADO e MESQUITA, 2010, p. 299), aspecto central dos históricos episódios de modernização conservadora no país.

Colaborando com Bruno (2016) e Dourado e Mesquita (2010), com relação à face conservadora do setor do agronegócio, identificamos que o moderno e conservador, em sentido figurado, se tornam “homogêneos” quando aplicados nessa forma de produção. E, nesse contexto, segundo Nascimento; Rodrigues e Santos (2013, p. 6), no “[...] agronegócio com tecnologias avançadas coexistem práticas rudimentares de exploração e humilhação do trabalho humano, isto quer dizer que o agronegócio não apenas retrai mão-de-obra como a usa de forma degradante em muitas situações.”

O resultado de tal homogeneização, que é o uso degradante da mão-de-obra, nos faz recorrer, conforme já alertamos, à histórica superexploração da força do trabalho nos países periféricos, segundo Carcanholo (2008), as economias periféricas são postas como condições necessárias para a acumulação de capital, logo não se espera que essa condição de dependência seja algo momentâneo; esse é o pilar da perspectiva capitalista da dependência. O autor (2008) ainda nos dá algumas caracterizações de como se dá a superexploração da força do trabalho nas economias periféricas, como no caso do Brasil, ou seja, ela é produzida por meio do aumento da jornada de trabalho, compressão dos salários, além das condutas de transferências de valores que são bastante utilizadas nessa relação entre os países dependentes e os países imperialistas, de capitalismo avançado.

Assim sendo, a superexploração da força do trabalho é condição prevista e reproduzida permanentemente no agronegócio, remontando à ideia de trabalho escravo; Fabrini (2008, p. 48) afirma:

A superexploração do trabalho e a manutenção de condições análogas à escravidão são outro expediente adotado pelos “modernos” empresários do agronegócio para acumulação capitalista, sobretudo no setor sucroalcooleiro.

Dando continuidade, são com esses elementos que se monta o enredo “perfeito” de uma das principais tensões entre a agricultura familiar e o agronegócio: a carência de obter políticas sociais e subsídios financeiros e as condições precarizadas ofertadas pelo agronegócio.

Em vista disso, os agricultores familiares necessitam do apoio de políticas sociais, assistência técnica e até mesmo de assistência financeira, recorrendo aos subsídios, mas nem sempre obtendo-os (a diferença dos financiamentos que são empregados aos dois setores também pode ser observada no Quadro 2); porém ao empregar esse tipo de assistência, visto que boa parte de sua produção é para a subsistência ou autoconsumo, a agricultura familiar, segundo Bruno (2016), além de ser excluída de todo o processo de modernização no campo, ela agora é interpretada com diversas conotações negativas, nesse sentido, ainda segundo Bruno (2016, p. 154), observa-se que a tensão dos agricultores familiares possui dois lados:

De um lado, o profundo desprezo pelo agricultor familiar pobre, que produz para sobrevivência. De outro, a subordinação e dependência da agricultura familiar integrada aos ditames dos proprietários/empresários agroindustriais. Há sempre a possibilidade de excluí-los caso se mostrem “incapazes de integrar-se aos parâmetros financeiros e tecnológicos do novo paradigma em vigor” (PINAZZA, 2007).

Contudo, convém observarmos que, mesmo com essa conjuntura desfavorável para a agricultura familiar, destacamos que essa forma de produção possui um forte crescimento social e, o mais interessante, com altas proporções de participação política. (SAUER, 2008)

Dando seguimento, outra tensão observada e foi brevemente pontuada acima, mas que será melhor retratada na análise de dados, é sobre as condições precárias de trabalho a que os agricultores são acometidos pelo agronegócio. “Sabe-se que apenas 21% dos trabalhadores possuem carteira assinada, fato este mais comum nos lotes dos grandes produtores que geralmente contratam pessoas para morarem na propriedade.” (DOURADO e MESQUITA, 201, p. 305)

Há uma alteração no processo de manufatura dos produtos e conseqüentemente no modo de vida dos agricultores que são atingidos diretamente por essas produções, ora,

se antes a primazia era dos cultivos campestres de subsistência que eram direcionados para o mercado interno e abastecimento das regiões por meio de feiras livres no comércio, com a consolidação das agroexportações, os agricultores submetem sua força de trabalho por meio de condições fragilizadas e, muitas vezes, até residirem no local de trabalho com essas mesmas condições, como declarado acima por Dourado e Mesquita.

Esse é um processo vantajoso para o agronegócio e o modo de produção capitalista; subordinando os agricultores a condições precárias de trabalho e baixos salários e, por não restarem alternativas, eles “acatam”, tornando o Brasil um cenário perfeito e fecundo para a acumulação de capital. Observa-se, conforme Nascimento; Rodrigues e Santos, (2013, p. 4), que, “nesse sentido, países de capitalismo periférico ou em vias de desenvolvimento podem se tornar espaços vantajosos à acumulação de capital desde que possuam internamente vantagens locais (mão-de-obra abundante e barata, recursos naturais disponíveis, infraestrutura etc.)”.

Um elemento decisivo de fortalecimento da burguesia agrária do país e do avanço do agronegócio é a representatividade da bancada ruralista no Congresso Nacional, bem como a influência de representantes dessa elite na mídia. Com esse fortalecimento, Nascimento, Rodrigues e Santos (2013, p.2) afirmam:

[...] o agronegócio apresenta um campo político de identidade e confluência de interesses entre as classes e grupos dominantes no espaço rural buscando apresentar-se como homogêneos em meio aos conflitos internos, funcionando assim, como uma forma de construção das vontades coletivas; daí a necessidade de ter representantes e intelectuais que enunciem o seu discurso e construam a sua imagem de símbolo da modernidade.

Ou seja, quem comanda os interesses do agronegócio são as elites do espaço rural, essas representações entram em conflito com os produtores de pequeno porte, porém, devido à influência que o agronegócio possui, é formado um cenário em que seus interesses são vistos vantajosos para toda a sociedade. Para fazer parte desse “cenário” são utilizados alguns meios, por exemplo: a caracterização da bancada ruralista no Congresso Nacional, os intelectuais, como também a configuração da mídia.

Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), esse é o nome da bancada ruralista organizada no Congresso Nacional, também conhecida como a bancada do boi. Essa bancada promove reuniões com pautas semanais e suas representações “[...] são financiadas pelo setor privado, [o] Instituto Pensar Agro (IPA), por sua vez sustentado por entidades do setor, como a Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja) e

a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho)”. (CASTILHO, 2018). O que fica visível também é o apoio do setor industrial e suas partes interessadas.

Assim, com o fortalecimento dessa bancada, se concretiza a expansão do agronegócio em detrimento das comunidades de povos tradicionais e evidenciando a histórica centralidade do Estado brasileiro em prol dos interesses das classes dominantes (MAZZEO, 1988), bem como o seu papel de mediar e legislar sobre o processo de expropriação dos trabalhadores, em benefício do capital (MARX, 2013).

**Figura 1- Configuração da bancada ruralista em 2018**



**Fonte:** (CASTILHO, 2018, snp)

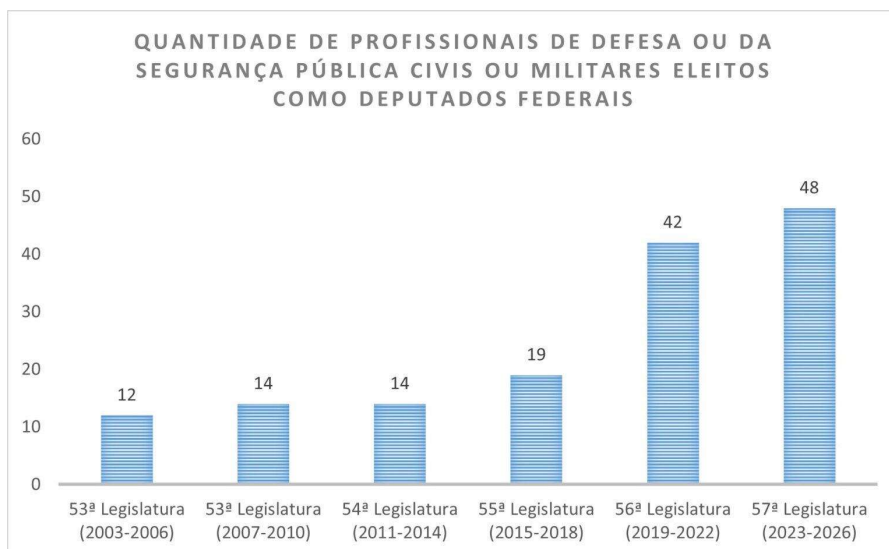
Nas eleições de 2022, a influência da bancada do boi continuou no Congresso Nacional, sendo 65% a taxa de reeleição desses candidatos. O intuito dessa frente parlamentar é alcançar novos aliados durante a legislatura para fortalecer e defender o agronegócio, além de pautas conservadoras e relativas à família. (RESENDE, 2022). Contudo, outras representatividades parlamentares caminham lado a lado com a bancada do boi, formando o que ficou conhecido como a bancada “BBB” (bancada do boi, da bala e da bíblia). É possível entender o posicionamento da bancada da bala, por exemplo, apenas observando as iniciativas dessa frente no Congresso:

[...] foi criada comissão especial para discutir o projeto que inclui as ações de movimentos sociais como atos terroristas; foi aprovada a extensão da posse de armas para caçadores e colecionadores, tema que



aguarda deliberação do Senado; e foi aprovada a ampliação do armamento em propriedades rurais, que virou lei. (LACERDA, 2022)

**Figura 2- Demonstrativo da evolução da bancada da bala**



**Fonte:** (LACERDA, 2022, snp)

Por fim, esse movimento de implicações e tensões no campo transpassa também pelo setor político e se torna acentuado na conjuntura ultraneoliberal do Governo de Bolsonaro, tornando o agronegócio (um setor de exploração) a benesse da tríade vista acima, que diz respeito à burguesia agrária nacional, Estado nacional e o capital internacional. Sobre essa conjuntura e seus rebatimentos na questão agrária e na agricultura familiar, veremos com mais elementos no capítulo seguinte.

### 3. DETERMINAÇÕES UNIVERSAIS E AS TENSÕES ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO NA CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

#### *3.1 Continuidade e fortalecimento da ofensiva ultraneoliberal: o Governo Bolsonaro*

Como já adiantado no capítulo anterior sobre a intensificação das tensões entre a agricultura familiar e o agronegócio, observamos que a conjuntura de acirramento do ultraneoliberalismo no Brasil resulta de determinações dadas na ordem da universalidade do capital, as quais implicaram no recrudescimento das violências, tensões, desigualdades sociais e expropriações que vimos assistindo no Brasil, desde o governo Temer e, com maior vigor, no Governo Bolsonaro. As principais determinações da conjuntura do capital, na sua universalidade, são a sua crise estrutural e as estratégias de seu enfrentamento, tais como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, e o acirramento dessas estratégias de restauração, a partir da severa crise financeira de 2008, que conduziu o capital para uma fase ultraneoliberal, a qual impacta fortemente nos países dependentes e periféricos<sup>7</sup>.

Estendendo para o Governo Bolsonaro, apenas com os indícios desse Governo em 2018, já era evidente que a conjuntura do resultado das eleições não seria favorável às camadas populares, aos explorados e oprimidos, aos trabalhadores rurais em específico e aos trabalhadores em geral, logo, a situação se concretizou em 2019, com a sua posse. (SANTOS E SILVA, 2021). Segundo os mesmos autores (p. 344, 2021), o que esse governo anunciava mesmo antes de sua posse era o “direcionamento antidemocrático, neoliberal e de extrema-direita”. É interessante pontuarmos essa caracterização, pois foi nesse quadro em que houve um acirramento ainda mais intenso da Questão Agrária brasileira e conseqüentemente, incluído nesse cenário, o aumento do setor do agronegócio, bem valorizado por Bolsonaro e seus apoiadores e do lado avesso à agricultura familiar, vista por muitos como um setor inviável para o desenvolvimento econômico do país.

---

<sup>7</sup> Aproveitando para fazer um adendo sobre as crises, segundo Borges e Matos (2020, p. 74), “ela não é um defeito do capitalismo, mas é-lhe inerente, até necessária ao equilíbrio no desequilíbrio da dinâmica do capital e muitas vezes, é até provocada.”

Como já sinalizado anteriormente, todavia repisando nesta seção, mediante a posse de Bolsonaro foi possível realçar alguns predicados que já haviam sido plantados no período anterior, intensificando as

[...] manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo. (BORGES E MATOS, 2020, p. 73)

Nessa condição, vamos observar uma questão, o capitalismo no Brasil para se desenvolver, prepondera a expropriação, isto é, a expropriação se torna a própria personalidade do modo de produção capitalista, nesse contexto ainda surgem as crises do capital dando uma abertura ainda maior para a apropriação dos bens naturais, o governo de Bolsonaro, portanto, desde suas investidas já provocara uma fissura enorme de intimidações diante desse quadro, como também do fortalecimento da burguesia agrária. (SANTOS E SILVA, 2021)

No entanto, é interessante tomar como nota inicial que essa conjuntura não foi originada do vazio, a extrema direita, através da interceptação do Governo Dilma, em 2016, já demonstrava fortes indícios de possibilidades do projeto ultraneoliberal. (BORGES E MATOS, 2020)

O Governo Temer foi a primeira gestão pós-Dilma que abriu as portas para a ascensão do ultraneoliberalismo, retomando o trato da Questão Social como caso de polícia, bem como estimulando o mercado armamentista e priorizando a força em nome da ordem no país, com tendências de segurança militar nas favelas com o discurso mais uma vez de “ordem”. (BORGES E MATOS, 2020) A mesa estava posta para o Governo de Bolsonaro, a conjuntura para quem luta por uma sociedade mais justa não era favorável, a fissura era gigante, principalmente porque haviam pessoas que exerciam uma influência direta para a ascensão desse esse governo, “dito de outro modo: sem Globo, Moro, Fux, Barroso, Carmem Lúcia, Maia, Mandetta e todos os senhores da Casa Grande, não haveria o governo Bolsonaro”. (DEMIER, 2020, P. 93)

Havia, então, uma tendência conservadora na sociedade, originada mesmo antes do Governo Bolsonaro e é portanto com a administração desse governo que muitos eixos ganham força, assim como diz Borges e Matos (2020, p. 73):

Essas ideias, entretanto, não nasceram de Bolsonaro, já germinavam na sociedade, ele e seus aliados souberam capitalizá-las e transformar em poder, unindo-se às forças reacionárias, de matriz fundamentalista; foi buscar no recôndito da sociedade, de raiz escravocrata, racista e elitista.

O conservadorismo presente nesse Governo é expresso, deliberadamente, no seu projeto político e econômico que, por consequência, intensificou as tensões existentes no campo brasileiro, uma vez que a elite reacionária e conservadora do agronegócio foi uma das suas grandes beneficiadas. Sendo assim, corroborando com o último autor, em relação ao conservadorismo fortemente presente na sociedade, Santos e Silva (2021, p. 350) alegam que “o conservadorismo é um traço constitutivo histórico do capitalismo e da sociedade brasileira, que conforma o *modus operandi* do Estado e os projetos políticos hegemônicos das classes dominantes subalternas ao capital internacional.”

Desta maneira, a subida da rampa desse Governo veio representar a particularidade da elite burguesa e neofacista do país, entretanto, esse contexto de violência e repressão entre os sujeitos ficou pior com o advento da Pandemia da Covid-19, quando a morte, segundo Demier (2020), passou a ser encarada frente a frente e, para o autor, as mortes literalmente contabilizadas tinham em sua grande maioria o retrato de trabalhadores que viviam às margens da sociedade. Vejamos um panorama total dos óbitos dados em consequência do Coronavírus, em uma tabela do Painel da Coronavírus no site do próprio Governo Federal (desconsiderando a subnotificação desses dados, denunciada por organismos científicos nacionais e internacionais):

### Quadro 3-Panorama geral das mortalidades da Covid-19

Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade

Pesquise uma localidade Brasil

	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab	Atualização
Brasil	36.794.261	696.759	17508,8	331,6	29/01/2023 16:48
Centro-Oeste	4.244.191	65.814	26042,7	403,8	29/01/2023 16:48
Sul	7.830.370	110.363	26122,1	368,2	29/01/2023 16:48
Norte	2.860.925	51.461	15522,4	279,2	29/01/2023 16:48
Nordeste	7.278.729	134.201	12753,7	235,1	29/01/2023 16:48
Sudeste	14.580.046	334.920	16498,6	379,0	29/01/2023 16:48

Fonte: (BRASIL, 2023)

Esses dados, atualizados em 29 de janeiro de 2023, às 16:48, são informações espantosas quando pensamos que muitos “números” não deveriam estar nessa contabilidade, mas nela terminaram devido ao discurso de ódio, negacionismo e neofacista gerado por esse Governo, incapaz de administrar uma sociedade necessitada de atendimento e tratamento médico em que o seu sistema de saúde já é desfasado.

Logo, com o advento desse cenário o sistema entra em colapso e se torna insuficiente para tratamentos intensivos das necessidades geradas durante a pandemia, de outro modo: esses dados foram e continuam alarmantes, devido às condutas do então presidente, das quais tomamos como exemplo: os discursos negacionistas, a dispersão de Fake News contra a vacina, o adiamento da compra de vacinas, não propondo também subsídio de garantia do isolamento social, nem subsidiando o afastamento dos trabalhadores autônomos, como também, estimulou a não garantia do momento de lockdown e as experiências de “imunidade de rebanho”, vista em Manaus.

Sendo assim, a pandemia representou no mundo segundo Ramos (2020, p.10) [...] uma paralisação parcial da economia mundial, limitando o processo de produção e circulação de mercadorias e de acumulação de capitais, o adoecimento e óbito em massa e o estrangulamento dos sistemas de saúde em escala global. Contudo, essa realidade não foi a mesma para muitas empresas que, mesmo diante desse cenário, conseguiram aumentar estratosféricamente os seus lucros, a exemplo da Amazon, emergindo também novos superbilionários no mundo. É notadamente curioso observamos que os números acumulados por essas empresas e novos bilionários chegam a US\$ 3,9 trilhões, indo contra toda desigualdade social que estava sendo tensionada no período pandêmico. (AMARAL, 2021).

A população mais afetada pela pandemia foi a classe trabalhadora, os desempregados que necessitavam sair em busca do pão, especialmente os trabalhadores autônomos; ou seja os mais vulneráveis. A situação da população brasileira em relação a pobreza em 2018, um ano antes da pandemia, segundo o IBGE, já não estava favorável. (RAMOS, 2020)

Vejam agora um exemplo, reiterando a assertiva acima e segundo o mesmo autor, “[...] em 2018 havia 25,3% da população brasileira em situação de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, vivendo aproximadamente com R\$ 420 mensais, critério definido de pobreza pelo Banco Mundial (BM) para o Brasil.” (RAMOS, 2020, p. 7) Incluímos juntamente esses dados o cenário de calamidade pública

instaurada com mais uma administração paralisada mediante os fatos, resulta-se nesse aspecto genocida, que conduziu o país ao registro de mais de 700 mil óbitos por Covid-19.

Dando seguimento, observamos que as particularidades desse governo “[...]incluía não só as contrarreformas neoliberais, [...] o fim da cultura, o desprezo pelo pensamento, o avanço da repressão à esquerda, o aumento do preconceito, a perseguição aos oprimidos[...]”, mas, sobretudo o lucro e mercado a frente de qualquer vida, qualquer contexto que ponha em “xeque mate” a burguesia do país, que é majoritariamente agrária. (DEMIER, 2020, p. 93)

Fazendo adendo aqui, com relação à burguesia do nosso país, Demier (2020, p. 98) afirma que “hostil à democracia, [...], nossa burguesia parece se realizar na pandemia e, no seu íntimo, deve gozar com a nossa dor.” O que nos levar a observar que o “ápice” da burguesia no Brasil foi durante a pandemia, o que conseqüentemente eleva o agronegócio também.

Com essas observações já é possível inferir que a agenda econômica e política do ultraneoliberalismo tomou força no campo e os desafios dos trabalhadores rurais transpassaram a problemática de acumulação de terras, portanto, se é em nosso passado escravocrata e colonial que a questão agrária tem suas raízes, no atual contexto ultraneoliberal ele conseguiu romper barreiras e “aflorar”, negativamente, lamentavelmente.

Além das problemáticas já existentes no campo brasileiro, a violência é uma das pioneiras nesse quesito, muito visto a partir da acumulação primitiva de Karl Marx, entretanto, com as medidas condizentes do Governo Bolsonaro, verificou-se que houve um aumento significativo da violência no campo, gerada pelo apoio do então presidente às expressões de conflitos do setor do agronegócio. De acordo com Santos e Silva (2021, p. 344), desde a formação social brasileira se expressa em nosso território uma “inegável complacência com ações ilegais e violentas relacionadas ao agronegócio e à atividade mineradora, setores do capital cujos interesses, há décadas, provocam conflitos socioambientais no território nacional, em especial na Amazônia.”

Para além das divergências sofridas durante a pandemia, percebeu-se um aumento expressivo do agronegócio durante a gestão Bolsonaro, uma vez que, nesse período,— “[...] o agro não parou: bateu recorde de produção. E o desemprego no agro continuou crescente.” (MONCAU, 2021) A pandemia não afetou diretamente as exportações do agronegócio, segundo Shneider (2020, p. 172), “[...] o Brasil possui um agronegócio

competitivo que funciona como instrumento de inserção comercial e ingresso de divisas externas”. Ainda conforme o autor (2020), o agronegócio no Brasil se situa e tem algumas particularidades que influenciam favoravelmente suas exportações, assim como as questões macroeconômicas, a geopolítica mundial, seu tamanho e o potencial de oferta oferecida pelo Brasil

De acordo com Santos e Silva (2021), o agronegócio foi privilegiado mediante alterações nas medidas econômicas do governo, possibilitando um crescimento nas terras disponíveis para a exploração desse setor. O avanço no crescimento dessas terras disponíveis pode ser verificado “[...] nas constantes tentativas de ampliação das áreas disponíveis para exploração desses setores avançando sobre terras públicas da União, Unidades de Conservação, comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos”. (SANTOS E SILVA, 2021, p. 351); um exemplo dessas tentativas de ampliação das áreas de exploração do agronegócio pode ser reparado com o Projeto de Lei 510/21 ou a “PL da grilagem”; que visa beneficiar o aumento de posse de terras, privilegiando o setor do agronegócio principalmente na região da Amazônia, local em que se verifica uma extensa área de terras públicas. (SANTOS E SILVA, 2021).

Prontamente, já explicitamos que o agronegócio brasileiro encontra possibilidades super viáveis de sua expansão através das deficiências das medidas legislativas, “seja como for, o fato é que o agronegócio do Brasil se situa no “global food trade game” como um importante player em face de seu tamanho e potencial de oferta” (SHNEIDER, 2020, p. 173); logo, um país como o nosso que lida com o comércio global através de sua agricultura, saberia utilizar bem das medidas de ampliação do setor agroexportador.

Em contrapartida, como ficaram as produções da agricultura familiar nesse contexto pandêmico? Houve um crescimento tal qual aconteceu com o agronegócio ou foi refreada pelo cenário de calamidade pública?

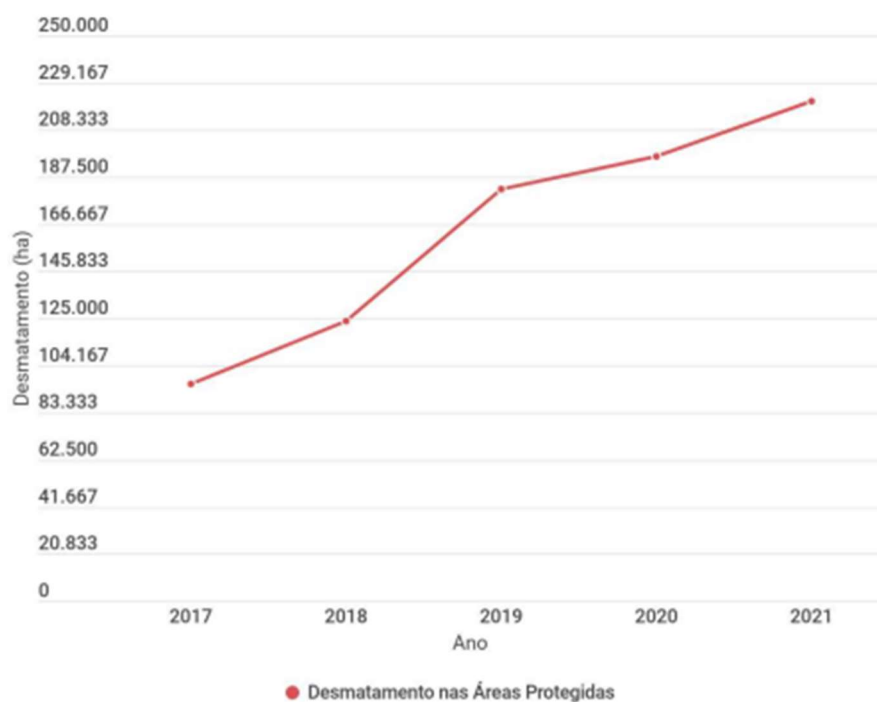
Nesse sentido, o autor Shneider (2020) afirma que na agricultura familiar nesse contexto pandêmico houve uma contração em suas produções, prejudicando toda a cadeia de produções desse setor, portanto:

Há consenso de que a retração geral da demanda por alimentos, decorrente da perda do poder de compra dos consumidores, do desemprego crescente no país e da suspensão e fechamento de mercados tradicionalmente acessados, terá efeitos particularmente impactantes sobre os agricultores familiares. Esse grupo de produtores depende das cadeias curtas e dos mercados locais de abastecimento para comercialização de sua produção. (SNEIDER, 2020, p. 175)

Na verdade, assumindo explicitamente o seu caráter de extrema direita e proferindo diversos discursos contra os direitos, as necessidades e até mesmo a vida dos trabalhadores, o Governo Bolsonaro intensificou largamente o projeto ultraneoliberal, tomando para si essas condutas de ampla defesa da propriedade privada; subordinação às economias imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, e de favorecimento do agronegócio, tomando-o como centro da economia brasileira.(SANTOS E SILVA, 2021). Fazendo um trocadilho com o lema desse governo: “Brasil acima de tudo, agronegócio acima de todos”.

Vejamos um exemplo desse alargamento da facilitação de terras para a exploração, de modo específico na Amazônia.

#### Quadro 4- Ampliação do desmatamento na Amazônia no Governo Bolsonaro



Fonte: (OVIEDO et al, 2021, p. 4)

Ao olharmos esse gráfico, percebemos que houve um aumento significativo nos desmatamentos nessas áreas na Amazônia e incrivelmente tiveram um pico durante a



pandemia, crescendo consecutivamente entre os anos de 2020 e 2021, contudo, ao observarmos o quadro abaixo o cenário se torna mais palpável visivelmente falando.

### Quadro 5- Desmatamento na Amazônia equivalente a 1,6 milhão de campos de futebol



Fonte: (ARAGÃO E SILVA, 2021)

Assim, particularidades como os conflitos no campo, saques de riquezas naturais, apropriação de terras, acirramento do mercado para as exportações do agronegócio, são algumas das características conduzidas mediante as expropriações e espoliações do modo de produção capitalista. Vejamos no próximo tópico como foram as discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio.

### 3.2 Discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio

As expropriações sempre estiveram presentes no modo de produção capitalista desde a acumulação primitiva, assim como visto no capítulo anterior, porém é interessante sinalizarmos novamente, visto que essa condição continua acompanhando as diferentes formas de “expressão” do capitalismo e, como afirma Fontes (2010), ela é uma condição

necessária para compreendermos esse modo de produção e suas implicações na agricultura, que é o nosso terreno.

Assim, foi a partir dos anos de 1970 que as expropriações tomaram um aspecto mais agressivo e, conforme Santos e Silva (2021, p. 348), o motivo pelo qual houve um aumento significativo dessa condição foi que:

As expropriações tomaram proporções avassaladoras a partir do estrondo da crise do capital da década de 1970, momento em que este ficou mais agressivo nos retrocessos de suas já limitadas possibilidades civilizatórias e passou a requerer novas e crescentes escalas de separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção.

Reiteramos também que as expropriações sempre tiveram um aspecto de violência em seu gene; conforme Marx (2013, p. 980), os sujeitos foram “expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras[...]”, o que denota que desde a acumulação primitiva através da legislação sanguinária esse modo de produção já desenhava uma manifestação violenta no seu modo de ser.

Desse mesmo modo, ao mesmo passo que as expropriações provocavam nos sujeitos uma condição de vida pauperizada, o capital se utilizava (e ainda continua nessa mesma lógica, dessa circunstancia para criar o mercado interno para o capital industrial, e hoje vemos o quanto o setor agrícola, através das exportações do agronegócio, se fortalece se utilizando da população rural expropriada em instrumentos para a lógica de mercado. (MARX, 2013). Reprisando, segundo Marx (2013, p. 994):

A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno. De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno.

As expropriações funcionam como uma condição para a expansão das condições sociais capitalistas, assim, concordando como Marx, Fontes (2010, p. 43) afirma que “a produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista.” Em outras palavras, “[...] a massa da humanidade expropriou a si mesma para a glória da ‘acumulação do capital’”. (MARX, 2013, p. 1018)

É interessante voltarmos sempre nessa condição e observamos que juntamente com outros aspectos que se desenvolveram no percurso da humanidade contribuíram para

as interferências na agricultura familiar, por exemplo, Harvey (2014) aborda que existem condutas contemporâneas que são herdeiras da acumulação primitiva e por consequência de sua expropriação. O agronegócio, segundo o autor (2014), substitui a produção familiar, a escravidão é utilizada com uma nova vestimenta, porém, continua presente e além das partilhas de recursos, há um alargamento das privatizações, contribuindo que haja uma maior acúmulo de capital.

Contudo, o que chama atenção é que o setor do agronegócio além de se tornar um impulsionador das particularidades citadas acima é que esse cenário contribui para que “[...]muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação[...]”. (HAVEY, 2014, p. 121)

O que seria incogitável ganha uma concretude com o panorama já conhecido do agronegócio, o que dificulta ainda mais o acesso a “coisas basilares” para a produção na agricultura familiar, como é o caso do uso da água. No próximo capítulo teremos a ocasião de expor que a depender da localização dessas pequenas produções o acesso a água se torna um empecilho para aquele pequeno produtor familiar que luta por sua permanência na terra.

Considerando todo esse encadeamento, o autor em outro momento alega que só é possível que haja essa legitimação devido à figura do Estado. O Estado, portanto, “[...] tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado.” (HARVEY, 2014, p. 121)

Logo, a ocorrência da concentração de capital depende das condutas de expropriações que são realizadas das diversas formas, dificultando a “sobrevivência” dos pequenos agricultores familiares, Fontes (2010, p.39) reitera que a “[...] concentração de capitais sob a forma monetária impulsiona as mais variadas e perversas expropriações.”

Diante dessa circunstância, o agronegócio realiza a instalação de grandes empresas que têm a finalidade de explorar todos os recursos naturais existentes para o cultivo de determinadas monoculturas de exportação; segundo Santos e Silva (2021, p. 346), “esse processo se faz para transformá-los em áreas de exploração de megaempresas de extração de recursos naturais ou do agronegócio (monocultura e pecuária).” O que reitera as altas concentrações de terras que o agronegócio possui em relação as da agricultura familiar, que teremos a oportunidade de observarmos pontualmente no próximo capítulo.

Essa ânsia do agronegócio pela extração dos recursos naturais e a busca de território para exploração transformam algumas regiões, (assim como citado o caso da Amazônia na região Norte do país e ainda fazendo fronteira com alguns países e o MATOPIBA que abrange quatro estados brasileiros: Maranhão, Tocantins, Piauí e a Bahia) em “alvo de grandes empreendimentos do agronegócio e da mineração predatória que necessitam expulsar as comunidades tradicionais dos territórios ricos em recursos a serem potencializados por ambos os ramos da produção capitalista.” (SANTOS E SILVA, 2021, p. 346)

Assim, exemplificando o caso da Amazônia que é historicamente conhecida e surrupiada, o capitalismo e o agronegócio agem:

[...] seja pela sua ocupação inicial em busca de produtos diretos da floresta amazônica (extração de borracha e madeira, por exemplo) ou pela biopirataria em busca de princípios ativos de plantas patenteadas pela indústria farmacêutica, entre outros vários recursos naturais apropriados privadamente. (SANTOS E SILVA, 2021, p. 346)

Nesse viés, é interessante abordar que as patentes são um dos alvos do setor do agronegócio; de acordo com Harvey (2014), originaram-se novas formas de acumular capital e uma delas é através da acumulação por espoliação, dessa forma a acumulação por espoliação tem alguns aspectos, um desses exemplos é a questão das patentes que são vendidas, ocasionando uma maior destruição na natureza por meio da escassez dos recursos naturais, repelindo diversas práticas, exceto a produção agrícola por meio do agronegócio. A interessante articulação de Harvey sobre esse processo da acumulação por espoliação nos diz o seguinte:

A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. (HARVEY, 2014, p. 123)

Além do mais, as espoliações ganharam proporções altas, elas saem do campo das patentes e vão para setores como a cultura, músicas, atividades intelectuais, em diversos

ambientes da sociedade, assim, esse mecanismo se apropria desses setores, inclusive dos bens das comunidades e realizam as expropriações. O Estado, mais uma vez, é visto como regulador desse processo, bem como no início com o processo da acumulação primitiva. (HARVEY, 2014) Concluindo, “a acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais.” (HARVEY, 2014, p. 124)

O agronegócio impulsionado nesse ambiente capitalista avançado provoca uma devastação ambiental gigantesca, como já visto, Meszaros (2011, p. 8), por exemplo, afirma que ela é “[...] proibitivamente devastadora [no] nosso modo de reprodução sociometabólica não mais sustentável no mundo planetário finito, com a exploração voraz dos recursos materiais não renováveis e a destruição cada vez mais perigosa da natureza.”

O agronegócio ganhou vitalidade principalmente nas principais potências econômicas, construindo assim, um esquadrão mais forte com a acumulação por especulação juntamente, também, com a ascensão do neoliberalismo e as privatizações. Esse cenário, segundo Harvey (2014), se desenhou de modo mais agudo a partir do ano de 1973, mediante a financeirização internacional e o comércio livre que passaram a ganhar vigor.

Portanto, o Estado tem uma atribuição importante nessa conduta da acumulação por espoliação, que é evitar que haja um enfraquecimento nesse processo de acumulação, esse processo acaba sendo organizado conjunturalmente pelo FMI, determinando que as potências capitalistas consigam manter seu capital hegemônico

Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Essa é a essência de tudo o que está no programa de ajuste estrutural administrado pelo FMI. (HARVEY, 2014, p. 126)

É necessário sinalizarmos aqui que todo esse cenário que está sendo traçado, ao pontuarmos elementos como, por exemplo, o ultraneoliberalismo e a conjuntura do Governo Bolsonaro, juntamente com o contexto trágico da pandemia e a intensificação das expropriações e espoliações, contribuirá para implicar na relação entre os setores da agricultura familiar e o agronegócio. Contudo, existem outros elementos que estão circunscritos nesse movimento, um deles são as crises capitalistas que assolam totalmente nossa sociedade.

Assim, é totalmente normal e vital para o capitalismo que se tenha crises dentro do próprio sistema, parece contraditório, mas a via de regra para que haja crescimento a partir de explorações é essa: uma dinâmica contínua de crises cíclicas.

Para Carcanholo (2008), essa é a tendência do capitalismo, crises cíclicas que se configuram através de uma superprodução incapaz de aumentar a geração do aumento da taxa de lucro, gerando consequências positivas para os detentores de capital e ocasionando acirramentos na classe trabalhadora. Para o mesmo autor (2008), esse movimento das crises causam as reestruturações produtivas do capital como parte de sua reação a esse enredo todo. Um exemplo dessa reação foi dada com a crise dos anos de 1970, quando, segundo Carcanholo (2008, p. 251):

Adicionalmente, implementou-se um processo de reestruturação produtiva baseado na aceleração da rotação do capital, de forma que, para um mesmo período, fosse possível a ampliação da produção do excedente, mantendo-se o volume de capital aplicado, o que eleva as taxas de lucro nesse período.<sup>7</sup> Por isso, a resposta do capital a esse primeiro aspecto de sua própria crise foi: (i) pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, em especial do mercado de trabalho; (ii) política tributária regressiva, desonerando os altos rendimentos; e (iii) redução do tempo de rotação do capital.

É interessante notar que a reestruturação produtiva do capital acaba impactando todos os setores da sociedade, inclusive o setor agropecuário brasileiro, uma vez que segundo Dourado e Mesquita (2010) ela causa uma nova moldura no sistema, dando origem a novas formas de produzir com a mesma quantidade de materiais, ou, talvez, havendo até a diminuição de despesas para a produção dos produtos, viabilizando, desse modo, a elevação dos lucros. Nesse sentido, por isso a bancada ruralista, por exemplo, aborda tanto a questão da produção do agronegócio como setor importante, uma vez que através da suas grandes produções, há grandes beneficiários com os lucros obtidos.

Reiterando a questão que a reestruturação produtiva advinda das crises impactam todos os setores da sociedade, Meszaros (2011, p.3) afirma que “[...] devemos focar a atenção na crise do sistema do capital em sua inteireza, pois a crise do capital que ora estamos experimentando é uma crise estrutural que tudo abrange.” Portanto, as crises que vivemos devem ser analisada globalmente, ela é uma crise que afeta toda sua estrutura e não só em suas particularidades.

De acordo com Borges e Matos (2020) as crises do capitalismo também estão intimamente ligadas com a reestruturação produtiva, esse cenário para os autores, é imbuído de algumas particularidades, tais como a “[...] expulsão de força de trabalho,

com consequente aumento do desemprego e da exploração[...]. (BORGES E MATOS, 2020, p. 74)

Nesse viés, fica evidente que, além das consequências da reestruturação produtiva, as crises cíclicas do capitalismo nos assolam durante toda a formação social brasileira e elas não são inerentes apenas ao tempo atual, segundo Meszaros (2011), elas fazem parte de sua estrutura e não representam risco vital ao sistema.

Contudo, ainda existem as crises estruturais, essas sim colocam um tom de ameaça, Meszaros, (2011, p. 2.3) afirma sobre essas crises que “deve-se também enfatizar que a crise estrutural de nosso tempo não se originou em 2007 com a ‘explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos’, mas sim, pelo menos, quatro décadas antes.” Sendo assim, elas não surgem do nada, em meio ao vácuo, mas são resultantes de condutas realizadas lá atrás.

Ainda sobre as crises cíclicas do capitalismo, a mais recente, no caso, se deu pelos desdobramentos da crise de 2008 e seus agravos à crise estrutural que se arrasta desde a década de 1970, ocasionando um aumento da agenda ultraneoliberal em nosso país em diversos setores da sociedade, como já visto. Com isso as consequências são as mais diversas e afetam os sujeitos como um todo e como essa agenda está presente em todos os setores não seria diferente para o setor de produção familiar, do qual tratamos nesse estudo. Conforme Borges e Matos (2020, p. 74), alguns elementos para refrear a crise são utilizados conforme a conveniência do capitalismo, tais quais:

[...] redução e congelamento de salários, demissões, privatizações, elevação de impostos, flexibilização das regulações do mercado de trabalho, cortes de gastos sociais, aumento da idade para aposentadoria, reformas tributária, trabalhista, ou seja, tendências regressivas. Em síntese, o governo atual só está realizando uma agenda programada e em consonância com os interesses do capital financeiro.

No primeiro capítulo observamos um quadro com a caracterização dos modelos de produção familiar, agora de maneira ilustrativa, novamente, veremos um quadro com as caracterizações e definições da crise estrutural que se difere das crises cíclicas.

### Quadro 6- Caracterização da Crise Estrutural

CRISE ESTRUTURAL E SUAS DEFINIÇÕES	CARACTERIZAÇÃO
1) Seu <i>caráter</i> é <i>universal</i>	[...] em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.);
2) Seu <i>escopo</i> é <i>verdadeiramente global</i>	[...] (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
3) Sua <i>escala de tempo</i>	[...] é extensa, contínua – se preferir, <i>permanente</i> – em lugar de limitada e <i>cíclica</i> , como foram todas as crises anteriores do capital;
4) Seu <i>modo</i> de desdobramento [é] <i>gradual</i>	[...] desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro; isto é, quando a complexa maquinaria agora ativamente engajada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua força.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados de Mészáros (2011, p. 3, 4).

A crise estrutural, portanto, pode ser observada a partir dessas quatro particularidades, por isso a importância de conhecer suas implicações, pois são esses um dos fatores que influenciam na relação e pressão que o agronegócio exerce sobre a agricultura familiar. Desse modo, assim como a reestruturação produtiva é uma das respostas, como consequências das crises capitalistas, a condição neoliberal e o capital fictício também funcionam como respostas. Cada elemento desse é encarregado de realizar determinados meios para que se garanta a acumulação do capital.

Assim, conforme Carcanholo (2008, p. 252), a reestruturação produtiva:



[...]se encarregou da rotação do capital, o neoliberalismo, como aspecto político, ideológico e econômico, teve o papel de garantir as condições de lucratividade interna (desregulamentação e flexibilização dos mercados — principalmente o de trabalho) e externa (pressão por desregulamentação e abertura dos mercados comerciais e financeiros).

Em função disso, como visto, o neoliberalismo garante a financeirização do capital; para Fontes (2010), esse processo juntamente com a globalização estão incluídos em um processo chamado de mundialização. Assim, a mundialização para Fontes (2010, p.154) se determina sendo “um viés fortemente crítico, associando-a à expansão de um certo tipo de capitalismo (financeirizado), a um certo tipo de política e de ideologia (neoliberal) sem eliminar as características do imperialismo.”

Indo para as notas finais desse capítulo, esses e outros elementos estão incluídos nesse movimento de tensão entre os dois setores de produção agrícola. Todavia, em meio a esse cenário de incertezas e mudanças que são conduzidas em benesse do capitalismo, Mézáros (2011) aborda que o que devemos fazer é que além de compreendermos todo o processo global de tais circunstâncias citadas não podemos, segundo o mesmo autor, (2011, p. 5) “perdemos de vista as mudanças realmente significativas e as correspondentes alavancas de potencial intervenção estratégica para afetá-las positivamente, no interesse da transformação sistêmica necessária.”

É nessa perspectiva que os elementos abordados até este momento nos subsidiarão na análise comparativa dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, a qual faremos no capítulo a seguir.

## 4. OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017 E AS IMPLICAÇÕES DO ULTRANEOLIBERALISMO PARA A QUESTÃO AGRÁRIA

### *4.1 Censos agropecuários: breves apontamentos*

A estratégia que se dará para a construção desse capítulo tem como finalidade a captura dos efeitos da transição para o ultraneoliberalismo sobre as discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, a partir da comparação crítica dos Censos Agropecuário de 2006 e de 2017 e da interlocução com a literatura científica sobre o tema. O Censo de 2006 é de suma importância, pois reflete o período precedente ao ultraneoliberalismo, já o Censo de 2017 se dá sob a transição para o período ultraneoliberal, o que nos traz indicadores importantes para a reflexão proposta nessa dissertação.

A princípio, destacamos que essa análise é extremamente importante e vem se desenhando como uma área de interesse daqueles que têm a Questão Agrária como eixo central de suas pesquisas, pois, o setor agrícola brasileiro é permeado de interferências e interesses da economia, portanto, sendo um setor significativo do nosso país, se faz necessário conhecermos o perfil daqueles que fazem o alimento chegar em nossas mesas.

Os Censos agropecuários de 2006 e 2017 irão nos subsidiar nessa análise, sobretudo, queremos fazer um parêntese destacando que a realização dos Censos Agropecuários, através do IBGE, vem sendo pioneiro nesse quesito, se destacando não apenas pelo recolhimento de dados metodológicos; mas de contextos históricos, transformações na história da agricultura e na realidade do agricultor, desde aquele pequeno produtor rural aos grandes empresários, que impactam diretamente no avanço (ou retrocesso) da Questão Agrária brasileira.

Os Censos Agropecuários nos forneceram uma visão da realidade agrária que pode ser analisada mediante, por exemplo, e como já visto, os conceitos e categorias de acumulação primitiva e expropriações; dependência, agroexportação, trocas desiguais e superexploração da força do trabalho; neoliberalismo e suas fases etc.; sendo assim, o início desse trabalho de recolhimento dos dados foi árduo e cheio de percalços, o primeiro Censo se deu no ano de 1920, completando um século em 2020, (durante o contexto pandêmico), sendo o próximo a ser realizado em 1940, vejamos a linha do tempo da realização dos Censos Agropecuários:

[...] eles voltaram a ser executados em 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e em 1985. Pretendia-se manter a periodicidade quinquenal após 1975, o que chegou a ser objeto de lei, mas os contextos político e macroeconômico não o permitiram. O Censo posterior ao de 1985, foi programado para 1990 e depois adiado para 1991, mas acabou não sendo efetuado. Na verdade, após 1985 o próximo Censo Agro foi o de 1995-1996, 11 anos depois[...]. (SENRA, 2014, p. 14).

A realização dos Censos Agropecuários auxilia diversos pesquisadores e estudantes da área a conhecer a realidade agrícola brasileira, desvendando de forma mais específica, os avanços e retrocessos que atingem a produção familiar, ou a de grande porte, como o caso do agronegócio, por exemplo. “Um dos principais instrumentos que de que se tem em mãos para avaliar [...] é certamente o conjunto de Censos Agropecuários realizados com grande empenho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.” (SENRA, 2014, p.14).

É interessante notar que a forma de recolhimento dos dados dos Censos Agropecuários passaram por algumas alterações, afinal, não se tem como analisar de uma maneira só aquilo que naturalmente sofre mudanças constantemente, como é o caso do setor agropecuário brasileiro; um setor complexo, onde uma pequena parcela do mesmo setor é mais beneficiada do que outra, como também mais valorizada por grupos políticos, nutridos de interesses econômicos por trás de todo discurso de “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, aliás, esse foi o tema da campanha publicitária bastante difundida, (coincidentalmente ou não) em meados do ano de 2017. Para Senra (2014, p. 15, 16), essas alterações na forma de execução e evolução dos Censos Agropecuários se deram “porque tiveram que se adaptar às mudanças intrincadas da sociedade e da agropecuária brasileiras e das metodologias que surgiram e lhe eram providas.”

Agora, ao tocarmos no assunto das campanhas publicitárias, vale advertir que as campanhas publicitárias através das mídias são capazes de inviabilizar o setor da agricultura familiar, ainda mais devido a seu aparato existente, como por exemplo, as grandes emissoras que transmitem a favor do agronegócio. Os autores Maciel, Santos e Silva fizeram uma análise a respeito dos difusores de propaganda do agronegócio no Brasil e eles alegam que o papel das informações midiáticas serve para a “sustentação das diferentes formas do modo de produção capitalista, responsáveis pelo auxílio à reprodução do capital para a realização de valor das mercadorias.” (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019. p. 51)

A agricultura familiar, portanto, não possui o apoio das informações midiáticas e tal fato pode ser observado quando os autores acima afirmam que “[...] o mundo da agricultura familiar envolve muito mais camponeses do que é reconhecido e que é ignorado tanto pela ciência quanto pela mídia”. (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019. p. 51). Então, surge a pergunta: será que se a mídia favorecesse a produção familiar o tanto quanto favorece o agronegócio haveria tanta ignorância a respeito desse setor?

O efeito nos espectadores, causados pelas campanhas publicitárias busca “[...] criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo, ao mesmo tempo em que oculta as desigualdades presentes no Brasil rural e, conseqüentemente, valoriza a concentração fundiária. (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019. p. 57). Vejamos agora o Quadro 07, destacando as maiores empresas que mais investem em peças publicitárias nas emissoras de TV.

#### Quadro 7- Principais empresas que investiram em propagandas no ano de 2016

Ranking	Anunciante	2015		2016	
		R\$	U\$	R\$	U\$
1	GENOMMA	3.951.520	1.217.980	3.448.380	995.401
2	VIA VAREJO	2.823.010	862.261	2.488.190	726.826
3	UNILEVER BRASIL	2.493.100	792.622	2.277.120	661.196
4	HYPERMARCAS	1.526.860	471.034	1.927.190	576.589
5	CAIXA GFC	1.545.520	470.032	1.229.430	360.166
6	PROCTER E GAMBLE	653.748	192.609	1.125.490	333.372
7	AMBEV	1.089.740	334.071	884.572	258.089
8	TELEFÔNICA	746.778	220.629	791.182	235.163
9	BRF BRASIL FOODS	703.573	218.713	791.123	233.487
10	GENERAL MOTORS			733.699	213.261
11	COCA-COLA			726.721	218.261
12	CERVEJARIA PETRÓPOLIS	691.602	208.954	705.525	205.419
13	CLARO			685.520	204.854
14	BCO DO BRASIL (GFC)	749.387	210.022	677.457	199.326
15	DOLLY	606.348	185.064	667.326	192.284

Fonte: (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019. p. 58)

O quadro acima demonstra empresas dos mais diversos ramos da economia brasileira, porém, curiosamente, a BRF BRASIL FOODS, que é do setor do agronegócio e ocupa a 9ª posição, chegando no ano de 2016 a investir R\$ 791.123,00, agora nos permitam mais um questionamento: qual o pequeno produtor que teria as mesmas chances de emplacar nas peças publicitárias?

Ademais, esses canais possuem programação com cerca de 18, 22 horas diárias, com conteúdos exclusivos para o agronegócio; ora, sabendo desses dados, não é estranho

sabermos que as emissoras são financiadas por empresas conectadas a esse setor, conseguindo angariar cada vez mais espaço nas mais diversas vias da sociedade. Alguns desses canais com uma maior representatividade do agronegócio são o “[...] Canal do Boi (1995); Canal Rural (1997); TV Terra Viva (2005), canal de bastante destaque na televisão fechada e em plataformas na internet; e o pioneiro programa jornalístico Globo Rural (1980), da Rede Globo de Televisão.” MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019. p. 52).

Quanto a isso Nascimento; Rodrigues e Santos, (2013, p. 2) reiteram que “[...] cabe destacar o espaço que os representantes do agronegócio têm alcançado na mídia e no Congresso Nacional nos últimos anos.” Confirmando novamente a importância que o agronegócio tem conseguido alcançar com suas campanhas publicitárias nas mídias.

Como já foi apontado nesse estudo anteriormente, o agronegócio é responsável por grande parcela das exportações do Brasil, ocupando o primeiro lugar em diversos segmentos do mercado externo de alimentos, desse modo, não tem como os empresários soltarem a mão da mídia que se tornou uma grande aliada ao sistema, basta ligarmos em qualquer programação que veremos imagens de cultivos “prósperos”, levando a imagem da agricultura brasileira como grande fornecedor de alimentos. Vejamos abaixo:

**Quadro 8- Maiores exportações do Brasil em 2020**



**Fonte:** (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil- CNA. 2021)

Esse quadro constata o fato levantado nos capítulos anteriores, em que dizíamos que nem o contexto pandêmico foi capaz de parar a ânsia dos ruralistas; milhares de pessoas morrendo, a crise de saúde assolando o mundo e o Brasil vibrando porque acabava de ocupar importantes posições no ranking mundial de produções e exportações.

E para agravar um pouco mais a situação, além das grandes mídias não favorecerem a agricultura familiar, a leitura e análise do próprio Censo Agropecuário ainda não consegue chegar a uma boa parcela da sociedade, com isso, segundo Senra (2014, p.16), o Censo Agropecuário:

[...] trata-se de obra extraordinária, bem ajustada à tarefa de exposição e análise de um empreendimento formidável, mas que nem sempre é bem compreendido por parcelas da sociedade brasileira e, nem mesmo, por alguns segmentos que, direta ou indiretamente, mais dele se beneficiam.

Cabe a nós pesquisadores interessados nessa pauta, desvendarmos a realidade para os sujeitos de forma justa e igualitária, sem deixar a balança pesar mais para um lado ou outro, apenas analisar a realidade tal como é.

#### ***4.2 Indicadores ilustrativos das tensões entre a Agricultura Familiar e o Agronegócio***

Um aspecto interessante a ser levado em consideração é o que diz respeito às más condições de trabalho, e, nesse caso, nos referimos diretamente aos baixos salários pagos aos trabalhadores do agronegócio. A literatura científica da qual nos apropriamos (mesmo com todas as dificuldades) nos deu a possibilidade de analisar esse fato. Dourado e Mesquita (2010), em um estudo realizado na Bahia, no município de Livramento de Nossa Senhora, afirmam que a remuneração dos trabalhadores é baixíssima, no exemplo citado pelos autores, em um cultivo de manga, há uma diferenciação da remuneração recebida pelos trabalhadores: aqueles que conseguem exercer um papel na seção de empacotamento de mangas ganham um pouco mais, porém aqueles que exercem um papel na linha de frente no cultivo recebem inferiormente.

Dourado e Mesquita (2010, p. 306) também afirmam que não resta outra alternativa de melhores condições de trabalho:

[...] 48% dos trabalhadores afirmaram que pretendem abandonar o serviço e procurar outro emprego. Em contrapartida, 52% dos entrevistados responderam que pretendem continuar trabalhando na lavoura de manga, pois, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, esta acaba sendo a única oportunidade de emprego para a população local não assimilada pelo setor público ou de prestação de serviços.

Não restando outra saída, os trabalhadores permanecem em condições depredatórias nos grandes cultivos. Enquanto na agricultura familiar todo o trabalho e rendimento é dividido entre a família, o que produzem é deles e para sua subsistência ou autoconsumo e o rendimento conseguido é de todos, logo, não há essa discrepância. Já no agronegócio, “o território aparece para cada vez mais para o capital como “um lugar de apropriações”, tal qual em sua forma primitiva de acumulação. (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS. 2013, p. 2).

Em um outro estudo realizado na zona rural do Maranhão os autores constatarem a não valorização da agricultura familiar e a precarização das condições de trabalho do agronegócio, as quais são “[...] cada vez mais adversas, decorrentes tanto do agronegócio quanto da opção do governo estadual e da maioria dos governos municipais em não priorizarem a agricultura familiar como parte estruturante do desenvolvimento do Maranhão.” (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS. 2013, p. 6)

Essas apropriações do agronegócio se tornaram mais agudas na passagem para o governo ultraneoliberal, nos remontando que o papel exercido pelo Estado, desde a acumulação primitiva, é primordial. Sendo assim, o Estado com “[...] sua ausência ou a sua menor participação não tem se constituído um obstáculo intransponível para que a acumulação de capital se efetive. (NASCIMENTO; RODRIGUES E SANTOS. 2013, p. 4).

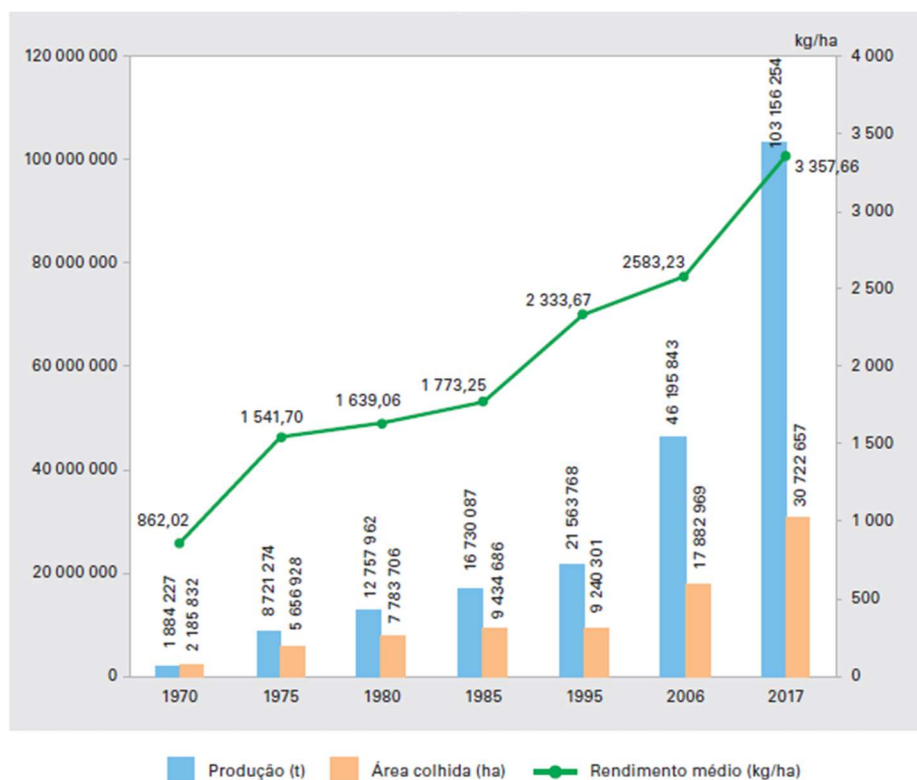
Um exemplo do prenúncio do ultraneoliberalismo e seu respaldo no agronegócio se deu quando o então presidente Jair Bolsonaro, “[...] teve explícito apoio do agronegócio e da mineração – que, juntos, constituem importante fração da burguesia nacional. (SANTOS E SILVA, 2021, p. 344). Assim, os mecanismos de acumulação do capitalismo foram ganhando novas roupagens, transpassando a “[...] violência direta de grileiros, garimpeiros, latifundiários e empresas[...]” e nesse governo se acentuou com o apoio estatal através dos “[...] dos mecanismos institucionais materializados na violência policial e/ou aparato jurídiconormativo-legal.” (SANTOS E SILVA, 2021, p. 348).

Nesse sentido, para analisarmos pontualmente o fato do agronegócio ter se tornado prioridade nos últimos anos na economia em relação à produção interna da agricultura familiar, vamos observar o caso da soja, que é uma das principais *commodities* do agronegócio, o quanto ele obteve um crescimento deliberado.

Nesse sentido, “[...] as principais *commodities* brasileiras (soja, cana e milho) concentram mais de 61,43 milhões de hectares, o que significa, na mesma medida,

diminuição da área de plantio dos alimentos básicos dos brasileiros (feijão, arroz e mandioca)”. (SANTOS E SILVA, 2021, p. 351), conforme demonstra o Quadro 09:

### Quadro 9-Aumento da produção de soja entre os anos de 1970 e 2017 no Brasil



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970/2017.

O Quadro nos revela claramente que o salto no aumento da produção de soja foi devido “[...] a prioridade do uso das terras para o agronegócio exportador, deixando em plano secundário a produção de alimentos para os brasileiros. (SANTOS E SILVA, 2021, p. 351). Enquanto no agronegócio observou-se esse crescimento, na agricultura familiar, segundo Serafim (2011), a soja no ano de 2006 obteve apenas 16, 0% da produção total, retratando assim ainda mais essa discrepância entre os dois setores analisados.

Sendo assim, a alta crescente da produção de soja (que é uma das maiores *commodities* exportadas do Brasil), juntamente com a concentração de terras elevada se caracteriza o casamento perfeito do agronegócio.

Deste modo, no que concerne ao aumento de concentração de terras para tais fins, o Censo Agropecuário de 2006 nos diz:



[...] os estados da Região Nordeste exprimem elevados níveis de concentração de terras na porção leste do Maranhão e em grande parte do Piauí, do Vale do São Francisco e do oeste da Bahia. Na região convivem, tanto as motivações históricas de desigualdades que marcaram o processo de ocupação do território nordestino desde o período colonial, como a economia escravista e as grandes propriedades pastoris do sertão, quanto as regiões de cerrado do oeste baiano, nas quais a expansão da soja inserida em um pacote tecnológico e o elevado grau de articulação com o comércio mundial de *commodities* agrícolas impõem uma escala de grande produção como pressuposto para inserção no mercado. (IBGE, 2006, p. 110)

A afirmação acima, do Censo Agropecuário de 2006, no contexto de aumento de concentração de terras compreende uma parte da região do MATOPIBA, território que vem sendo um celeiro do agronegócio, sofrendo investidas de grandes empreendimentos desse setor, como já visto anteriormente. Outro fator já registrado aqui nesse estudo, mas que vale a pena voltarmos, já que muitos indicadores foram “beneficiados” e sofreram alterações drásticas devido à sua gestão e, isso implica diretamente em nossa pesquisa, que foi no período do Governo de Jair Bolsonaro. Nesse viés, acabamos de observar que houve um crescimento elevado da produção de soja para exportação, bem como de altas concentrações de terras, agora podemos perceber que a própria política fundiária desse Governo prejudicou muitos povos tradicionais, além de facilitar que as terras dos indígenas e quilombolas fossem “disponibilizadas” para o alargamento do agronegócio. (SANTOS E SILVA, 2021)

Conforme Santos e Silva (2021, p. 362), “a produção do agronegócio, repleta de sangue do genocídio dos povos originários, só alimenta a engrenagem do capital[...]”. Desse modo, o governo Bolsonaro retrata características que revelam como é o capitalismo em sua natureza universal e de modo mais violento, como já dizia Marx “inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 787).

Tais condições se tornaram mais agudas no Governo Bolsonaro, mas essa situação de ocupação dos territórios de povos tradicionais e desigualdade na distribuição de terras é uma situação antiga e acabara por ser tornar “[...] uma característica central da história de ocupação do território brasileiro e da formação de sua sociedade[...]”, como já foi bem visto que essa característica se estruturou desde a acumulação primitiva, colonização e escravismo brasileiro. (IBGE, 2006, p. 107). Ademais, podemos observar de maneira mais detalhada essa evolução da má distribuição de terras através dos Censos agropecuários de 1985, 1995 e 2006, retratada no Quadro 10 abaixo.

### Quadro 10- Evolução da má distribuição de terras nos anos de 1985, 1995 e 2006

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
<b>Total</b>	<b>374 924 421</b>	<b>353 611 246</b>	<b>329 941 393</b>
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478
1 000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218

**Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário (2006)

Desta maneira, ao observamos o quadro acima entendemos que a elevação das áreas dos estabelecimentos agropecuários mantém assegurada a condição de desigualdade na distribuição de terras.

Neste sentido, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais nos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995-1996 e 2006 –, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1 000 ha concentram mais de 43,0% da área total nestes anos. (IBGE, 2006, p. 107).

Para além da má distribuição de terras, um outro indicador importante e passível de avaliação que demonstra mais uma tensão entre o agronegócio e a agricultura familiar é sobre o uso de agrotóxicos. Esse termo se popularizou bastante nos últimos anos, porém, será que há realmente um uso tão efetivo assim dos agrotóxicos pelos grandes empreendimentos e é suscetível para provocar danos à saúde humana?

Em 2006, o uso de agrotóxicos chegou a representar 66,1% das técnicas de produção mais utilizadas nos estabelecimentos agropecuários, enquanto o uso de práticas agroecológicas e orgânicas chegou a 1,8%. (SERAFIM, 2011) Agora, curiosamente, segundo a mesma autora (2011), o grupo de produtores do qual faziam parte das práticas agroecológicas e orgânicas, cerca de 41,6% possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, e desse grupo 36,6% faziam parte de sindicatos e associações, “podemos inferir, a partir desses dados, que a maioria dos agricultores de produtos orgânicos pertence ao grupo de agricultores familiares.” (SERAFIM, 2011, p. 44).

### Quadro 11- Principais técnicas de produção dos estabelecimentos agropecuários em 2006

Técnicas de produção	% do total de estabelecimentos
Uso de tração animal ou mecânica	54,6%
Apenas tração animal	24,8%
Apenas tração mecânica	18,8%
Tração mecânica e animal	11,4%
Uso de irrigação	6,3%
Uso de agrotóxicos	66,1%
Uso de rotação de culturas	12,4%
Uso de práticas agroecológicas e orgânicas	1,8%
Uso de práticas alternativas de controle biológico	1,3%

Fonte: (SERAFIM, 2011, p. 44)

Mediante todos esses dados, a agricultura familiar majoritariamente é quem faz o uso de práticas orgânicas, produzindo mercadorias orgânicas para o consumo interno. Nesse mesmo contexto, agora, vamos observar no Quadro 12 abaixo o aumento do uso de agrotóxicos entre os anos de 2006 e 2017.

### Quadro 12- Uso de agrotóxicos declarados no Brasil

Uso de agrotóxicos	Censos Agropecuários					
	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Estabelecimentos	1 456 127	1 981 269	1 947 786	1 714 169	1 396 077	1 681 740
Percentual com declaração de uso (%)	29,2	38,4	33,6	35,3	27,0	33,1

Fonte: (IBGE, 2017, p. 75)

Observa-se, então, um crescimento na declaração do uso de agrotóxicos entre os anos de 2006 e 2017, “[...] comparando 2006 com 2017 temos como resultado um aumento de 20% no total de estabelecimentos com uso de agrotóxicos[...]”, resultado esse muito expressivo, que provoca agravos tanto na saúde humana, bem como na

contaminação ambiental. (IBGE, 2017, p. 75). Mais expressivo ainda é quando pensamos nesse percentual “isolado”, por exemplo, entre as regiões que mais utilizam os agrotóxicos podemos citar o Sul com cerca de 70% da região fazendo o uso desses insumos, o que se caracteriza um percentual muito alto. Imaginemos as consequências que essa conduta é possível gerar então. (CASTRO E PEREIRA, 2021)

O agronegócio porém faz o uso dessas práticas com o discurso de que seria para “[...] potencializar a qualidade do solo – em geral desgastado e sem a reposição natural dos nutrientes, devido às características da monocultura.” (SANTOS E SILVA.2021, p. 353); contudo, esse setor faz o uso demasiado desses produtos, provocando grandes danos, que podemos observar através do estudo de Pessoa e Rigoto. Ainda conforme esses autores, o uso demasiado desses produtos:

[...] tem ensejado consequências sobre a produção associadas à exploração do trabalho de moradores e migrantes e à contaminação ambiental, promovendo impactos na saúde humana, ocasionando mortes, intoxicações agudas e efeitos crônicos dos agrotóxicos, entre outros agravos (2022, p.66) .

É importante observarmos que o agronegócio impõe esse tipo de exposição ao uso de agrotóxicos e não há uma preocupação vinda do Estado, e instituições implicadas diretamente nesse processo, contribuindo então para um ambiente desfavorável na melhoria da condição de trabalho nesses grandes empreendimentos agrícolas do agronegócio. (PESSOA E RIGOTO, 2022).

Para evidenciar que essa prática do uso de agrotóxicos está assumindo um caráter cada vez maior, observamos no estado do Ceará que esse aumento de deu em torno de 100%, saindo de 1.649 para 3.284 toneladas no ano de 2009. (PESSOA E RIGOTO, 2022). Foram captadas substâncias como “[...] organofosforados (39%), de derivados do ácido fenoxiacético (14%), de piretroides (12%), carbamatos (7%), organoclorados (4%).” (PESSOA E RIGOTO, 2022, p. 66)

Nesse contexto, mesmo com a alternativa de não declarar o uso de agrotóxicos, afinal o Censo Agropecuário é auto declaratório, o percentual foi alto e constatamos um aumento entre os anos de 2006 e 2017, como visto acima, logo, a maior parte dos estabelecimentos utilizam os agrotóxicos nos plantio, e, conforme Serafim (2011, p. 43), “[...] são poucos aqueles que utilizam práticas agroecológicas/orgânicas, e técnicas alternativas para controle biológico, respectivamente 1,8%, e 1,3% do total.” O que caracteriza um percentual baixíssimo em contraponto com a utilização do recurso do agrotóxico nos plantios.

Desse modo, há uma estreita relação entre o aumento no uso dos agrotóxicos e as queixas e notificações na área da saúde, resultando no aumento de doenças de intoxicações agudas, causadas pelos agentes químicos desses compostos, pois, sendo esses compostos utilizados em altas proporções pelo setor produtivo do agronegócio eles acabam interferindo na qualidade de vida dos trabalhadores diretamente implicados no plantio agrícola e, também, daqueles que compram e consomem os produtos agrícolas não-orgânicos, disponíveis nas prateleiras dos supermercados populares. (PESSOA E RIGOTO, 2022). E aqui deixamos um relato interessante de trabalhadores rurais do agronegócio:

[...], as pessoas que vêm de fora explora a nossa situação sem limite, sem nenhuma responsabilidade e hoje nós estamos sofrendo [...] porque o índice de câncer está aumentando muito de um certo tempo para cá [...] várias consequências para saúde física do trabalhador encarecendo o sistema de saúde municipal. (PESSOA E RIGOTO, 2022, p. 71)

Com esses dados, segundo Serafim (2011), majoritariamente quem mais utiliza as práticas agroecológicas e orgânicas no Brasil são os agricultores familiares, por essa razão e outras, a agricultura familiar é vista como (em sentido figurado) um bálsamo para conter o êxodo rural, além de minimizar, de outras formas, as Questões Agrárias e também Urbanas; possibilitar uma boa alimentação, no sentido de segurança alimentar e promover a preservação social do campo; contudo, segundo a mesma autora (2011, p. 47) “[...] as políticas públicas orientadas a esse segmento ainda estão longe de suprirem as necessidades e as demandas colocadas para que essa agricultura se reproduza e se fortaleça.”

Sendo assim, a política econômica capitalista, em especial na realidade brasileira, possui uma tendência de atender mais as expectativas do mercado e aos setores de alta produção. Significa dizer que as demandas de alimentação da população brasileira não são caracterizadas como eixo primordial das políticas públicas, como visto acima, nem da política econômica.

O que a população brasileira almeja é que a segurança alimentar se torne realidade; comida na mesa dos brasileiros sem agrotóxicos e a consequência dos seus malefícios, em relação a isso, Santos e Silva (2021, p. 362), em uma afirmação dura, mas que é a realidade, escrevem:

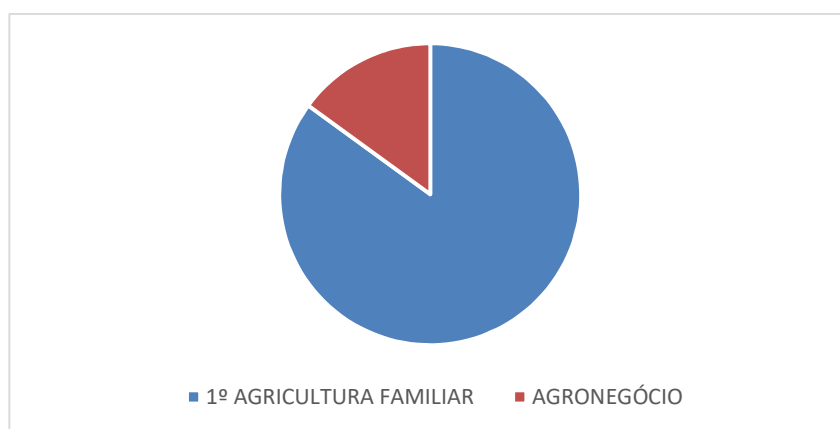
O potássio da mineração transformado em fertilizante que potencializa as *commodities* agrícolas exportáveis não mata a fome da população brasileira que, aliás, cresceu assustadoramente no último ano em decorrência da pandemia e do projeto econômico do Governo

Bolsonaro. Comida de verdade, que chega na nossa mesa, é produzida pela agricultura familiar e já se sabe disso a bastante tempo.

Aliás, além da “comida de verdade” que é produzida pela agricultura familiar, (que chega a contemplar cerca de 70% do consumo interno), esse setor tem a maior representatividade da mão-de-obra, abrangendo cerca de 74% e, com apenas 24,3% de terras próprias para o cultivo. (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019). Já o agronegócio, mesmo possuindo 75,7% da área cultivável, não produz com a mesma intensidade para o mercado interno. (SERAFIM, 2011)

Para melhor visualizarmos, e entendermos esse abismo de diferença entre os dois setores, queremos remeter a mais uma discrepância que é o número total de estabelecimentos, sendo o agronegócio com apenas 15% do total de estabelecimentos e a agricultura familiar com 85%. É uma diferença absurda, principalmente quando comparamos com o total da produção que é destinada para o mercado interno. (SERAFIM, 2011). Observemos o quadro abaixo:

**Quadro 13- Número de estabelecimentos agropecuários**



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados de Serafim (2019)

É espantoso olharmos para esses dados e constatar que, mesmo com pouca área cultivável em relação ao agronegócio, a agricultura familiar consegue colocar na mesa dos brasileiros 70% dos alimentos que são consumidos, no entanto, para Maciel; Santos e Silva (2019), mesmo sendo a maior abastecedora de alimentos e com pouca área de terras para o cultivo, a agricultura familiar é o setor com uma maior mão-de-obra no campo brasileiro. Outro ponto interessante sobre esses percentuais é que na região do Nordeste se concentra um elevado número de estabelecimentos agropecuários, chegando

a 45,8% em 2017, um número alto, para uma Região com carência hídrica em várias localidades. (CASTRO E PEREIRA, 2021).

Retornando aos 74% da mão-de-obra empregada na Agricultura Familiar, que equivalem a cerca de 12,3 milhões de trabalhadores rurais e que contrapõem-se a apenas cerca de 25% inseridos no agronegócio, observemos que, literalmente, a agricultura familiar admite muito mais trabalhadores do que o setor do “agro é pop”. (SERAFIM, 2019). Sendo assim, “[...] o mundo da agricultura familiar envolve muito mais camponeses do que é reconhecido e que é ignorado tanto pela ciência quanto pela mídia. (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019, p. 51)

Na sua maioria, os principais veículos de mídia como já pontuado nesse estudo, formam um esquadrão perfeito para a propagação de “informações” beneficiando o setor do agronegócio, visto que o financiamento das emissoras são realizados por pessoas ou empresas associadas a esse setor, desse modo, citamos alguns: Jovelino Carvalho Mineiro Filho (Fazendas Sant’Anna e conselheiro da Sociedade Rural Brasileira), José Carlos Costa Marques Bumlai (pecuarista) e Anwar Damha (Grupo Encalso Damha). (MACIEL; SANTOS E SILVA, 2019). Conforme os mesmos autores (2019, p.54), “esses empresários trabalham com pecuária e melhoramento genético de animais e possuem negócios e atividades econômicas vinculadas ao agronegócio.” O vínculo que esses empresários possuem com as mídias se constata através dos “subsídios” financeiros repassado em grande parte para as emissoras com o intento de “popularizar” o agronegócio.

Caminhando agora para analisarmos o que diz respeito sobre a utilização das terras, constatamos que, dentre as diversas atividades no campo, as terras são utilizadas para fins de lavouras permanentes e as temporárias, para as pastagens naturais e as plantadas e as matas naturais e as plantadas. Observemos com mais detalhes no quadro abaixo:

**Quadro 14- Utilização das terras entre os anos de 2006/2017**

Grandes grupos de utilização das terras (ha)	Ano		Diferença	
	2006	2017	Absoluta	Relativa (%)
Lavouras permanentes	11 679 152	7 755 817	(-) 3 923 335	(-) 34,0
Lavouras temporárias (1)	48 913 424	55 761 988	6 848 563	14,0
Pastagens naturais	57 633 189	47 323 399	(-) 10 309 789	(-) 18,0
Pastagens plantadas (2)	102 408 872	112 174 148	9 765 275	10,0
Matas naturais (3)	95 306 715	106 574 867	11 268 152	12,0
Matas plantadas	4 734 219	8 658 850	3 924 631	83,0

**Fonte:** (IBGE, Censos Agropecuários 2006/2017, p. 64)

Notamos o decréscimo de algumas atividades e a elevação de outras, contudo denotamos a importância de todas as atividades para o cultivo brasileiro. Ademais, para que sejam realizadas tais atividades, é necessário que elas tenham acesso a algumas “práticas de produção”, tais como o acesso à água para que haja uma irrigação viável dos cultivos. Nem toda pequena produção familiar dispõe abundantemente desse recurso para sua produção e uma das condições para que possibilite esse acesso é a localização de sua propriedade, afinal sabemos que o Nordeste brasileiro acaba sendo afetado por essa escassez/estiagens em alguns períodos dos anos. Enquanto isso, para os grandes empreendimentos não é diferente, o que modifica, no entanto, é a facilidade que eles possuem para o acesso, segundo Pessoa e Rigoto (2022, p. 73):

Para que uma empresa agrícola se acomode confortavelmente, ela precisa de terra e água para garantir sua ascensão e competição no mercado, pois elas funcionam como substrato para o uso intensivo de agroquímicos e fertilizantes, garantindo uma safra de toneladas de frutas e, portanto, o lucro. Somado a isso, ela precisa que o Estado lhe ofereça condições essenciais, como a oferta de subsídios que lhe permitirá obter mais lucros, além, é claro, de um elemento fundamental que é a mão-de-obra.

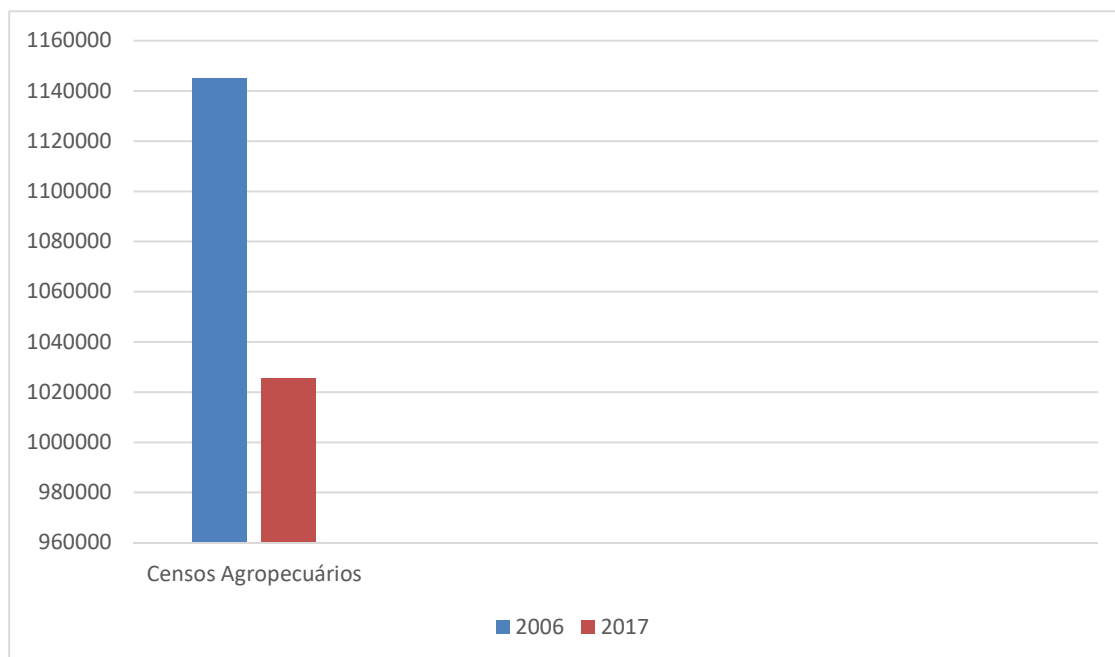
Assim, nos Censos Agropecuários, “pesquisou-se se houve irrigação no estabelecimento e, em caso positivo, qual a área total irrigada e os respectivos métodos de irrigação utilizados, e se havia disponibilidade de água durante todo o ano.” (IBGE, Censo Agropecuário, 2017. p. 23) Foram encontrados diversos meios de irrigação: inundação, sulcos, sutopropelido/carretel enrolador, pivô central, aspersão convencional (portátil, semiportátil, fixo, semifixo, canhão hidráulico, malha), gotejamento, microaspersão, xique-xique, potejamento, subsuperficial, molhação e outros (corrugação, faixa etc.) (IBGE, Censo Agropecuário, 2017).



O setor da agricultura familiar possui impossibilidades no que concerne a recursos hídricos e irrigação, o que denota uma discrepância muito desnivelada com relação ao setor do agronegócio, uma vez que esse setor tem acesso a recursos que facilitam o acesso à água até em regiões mais escassa. Um dos fatores que justifica essa discrepância até no acesso à água entre a agricultura familiar e o agronegócio é o que Pessoa e Rigoto (2022) abordam quando afirmam que na maioria das regiões brasileiras a reserva hídrica está contida no subsolo, quando os pequenos produtores se deparam com essa situação lhes faltam recursos para perfurar poços com a finalidade de aumentar seu plantio, além da falta de recurso eles defrontam-se com os trâmites de autorização para obter as normas de utilização desse recurso hídrico, para os mesmos autores as políticas de apoio a esses produtores rurais também não são eficazes.

Além da ausência de políticas de suporte aos pequenos produtores, já mencionamos anteriormente que há uma escassez em relação à assistência técnica, cuja carência pode ser explicada por dois fatores: o primeiro, relacionado ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários, o segundo, se relaciona com quem é mais capitalizado. (SERAFIM, 2019). Ao observarmos os dados dos Censos Agropecuários notamos que, ao invés das orientações técnicas terem obtido um aumento, elas decresceram, vejamos abaixo:

#### Quadro 15- Decréscimo das orientações técnicas entre os anos de 2006 e 2017



**Fonte:** (Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Agropecuário 2017, p. 68)

Ao repararmos o quadro acima, constatamos que a orientação técnica pode ser realizada através de várias origens, além do mais, observamos o quantitativo de cada uma realizada no ano de 2017, nesse sentido, é possível compararmos esses dados com o Censo Agropecuário de 2006. Portanto, observamos que cerca de 22% do total receberam orientação técnica em 2006, e cerca de 20% do total obtiveram essa orientação em 2017, sendo esses resultados em números: 1 145 049 para 1 025 443, respectivamente para os anos de 2006 e 2017. (IBGE, Censos Agropecuários, 2006/2017). Esses fatos sinalizam instantaneamente a redução desse tipo de cobertura e a afirmação de Serafim (2019) acerca da carência de assistência técnica muito em função do tamanho dos estabelecimentos agropecuários e a sua capitalização.

Além do mais, foi possível verificarmos que a agricultura familiar se qualificou com um percentual de 85% de estabelecimentos agropecuários e a receita anual dela em comparação à da agricultura não-familiar é muito discrepante, sendo o rendimento anual médio, no ano de 2006 para a agricultura familiar de 13 mil *versus* 136 mil do setor do agronegócio, para cada estabelecimento. (SERAFIM, 2019). Esse fator também se deve à “perda de área” constante que caracteriza a agricultura familiar, resultando numa crescente posse de terras do agronegócio.

Nesse sentido, podemos observar que a posse de terras entre os anos de 2006 e 2017 aumentou de 76% para 81%, o que sugere o crescimento de terras próprias, contudo, sucedeu que houve uma redução na “[...] participação da área de terras próprias [...] de 90% para 85%, caracterizando uma constante movimentação de terras em sua modalidade de uso. [...]”. (IBGE, Censo Agropecuário, 2017). Repararmos esse dado com mais detalhes no quadro ilustrado abaixo:

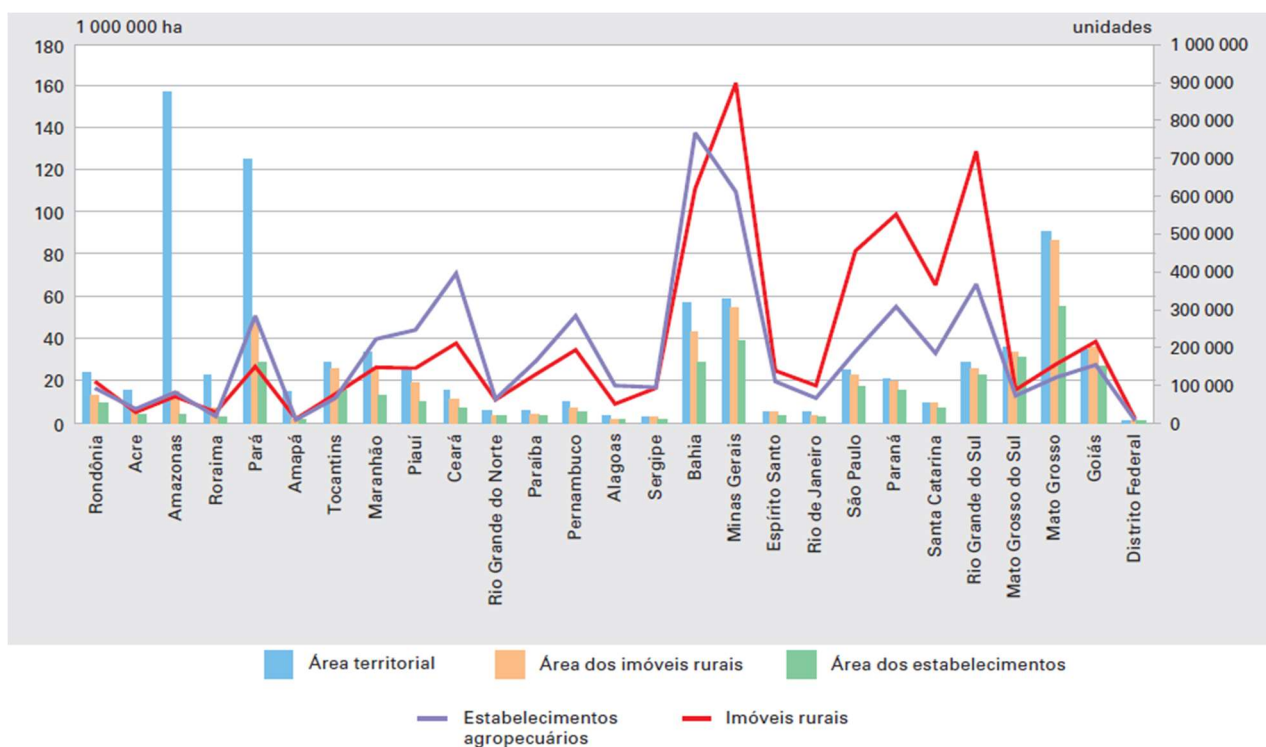
**Quadro 16- Condição legal de terras segundo estabelecimento e área nos anos de 2006 e 2017**

Modalidades	Censos Agropecuários	
	2006	2017
<b>Estabelecimentos</b>		
<b>Total</b>	<b>5 175 636</b>	<b>5 073 324</b>
Próprias	3 946 411	4 107 762
Sem titulação definitiva	194 867	266 910
Arrendadas	333 975	320 263
Parceria	186 363	177 803
Ocupadas (1)	474 133	464 253
<b>Área (ha)</b>		
<b>Total</b>	<b>333 680 037</b>	<b>351 289 816</b>
Próprias	302 138 391	298 323 489
Sem titulação definitiva	5 957 124	6 165 766
Arrendadas	15 127 498	30 171 451
Parceria	3 240 841	7 830 479
Ocupadas (1)	7 216 236	8 798 642

Fonte: (IBGE, Censos Agropecuários 2006/2017, p. 67)

É importante evidenciarmos mais uma vez que o que vem decrescendo na agricultura familiar é a participação em áreas de terras próprias, o que difere do aumento do número de estabelecimento agropecuários desses setor, assim como já vimos. Logo, é através disso que demonstramos no Quadro 17, abaixo, o crescimento dos estabelecimento agropecuários (de modo geral), em cada Estado brasileiro:

**Quadro 17- Evolução dos estabelecimento agropecuários em cada Estado Brasileiro no ano de 2017**



Fonte: (IBGE, Censo Agropecuário, 2017, p. 63)

Há, naturalmente, diferenças entre cada Estado, em relação ao quantitativo dos estabelecimentos agropecuários de maneira geral, porém, ainda queremos destacar que, mesmo com essas discrepâncias entre os Estados, os autores Pessoa e Rigoto (2022) afirmam que a posse de terras para a caracterização do estabelecimentos agropecuários do agronegócio ainda é crescente e esse processo é excludente e doloroso, pois aspectos como a permanência da estrutura fundiária, trabalhadores rurais vendendo sua força de trabalho para os grandes empreendimentos ( com as más condições como já sinalizamos),

a não participação desse trabalhador no processo, a concentração de riquezas e o aumento da desigualdade são características que se conservam, agravando toda a Questão Agrária que já bem conhecemos.

A essa altura, já foi possível verificarmos que o modelo de produção adotado pelo agronegócio provoca muitos danos à sociedade, natureza e todos os sujeitos envolvidos nesse processo, com vista dessa condição, corroboramos com Schneider (2020, p. 175), quando o autor cita que sim existem riscos desse modelo de produção e que temos que ficar atentos a fatores como:

[...] a) o risco sanitário de propagação da Covid-19 e de outras doenças decorrentes do modo como os animais são armazenados, transportados e abatidos; b) o risco econômico de um setor concentrado e a ponto de colapsar; c) o risco nutricional relacionado ao consumo exagerado de proteínas de origem animal e de alimentos ultraprocessados.

Indicamos já nesse trabalho que o agronegócio, através das más condições de trabalho e do uso de agrotóxicos (como também outros elementos), é altamente invasivo na saúde dos seus próprios trabalhadores e, para agravar a situação, observamos que os riscos do modelo industrial de produção que é adotado por esse setor afeta a saúde pública do país inteiro, logo, é necessário ficarmos atentos ao que está chegando em nossas mesas.

Além dos riscos citados acima, que o modelo industrial de produção do agronegócio possui, existe um elemento importante que é considerado uma consequência desse modelo de produção, estamos falando do desuso das terras após a exploração dessas empresas. Ao chegar nas mãos do agronegócio, as terras produtivas possuem prazo de validade, podemos observar essa situação a partir da fala de um trabalhador retirada da pesquisa de Pessoa e Rigoto (2022, p. 74):

[...] trabalhei cinco anos e seis meses na [empresa Y], eles têm um esquema que, [...] quando as terras ficam fracas eles compram outras terras e botam o nome de outra empresa, não sei porque isso [...] Tem muitas terras que ficam sem plantar, eles passam quatro, cinco anos para depois a terra se recuperar e começar a plantar de novo, [...] passa cinco anos plantando e passa mais cinco anos sem plantar e aí vai [...] até a terra perder sua potência, como hoje se transformou a [empresa Y], que também foi embora daqui [...], essas terras da [empresa Y] já estão abandonadas, eles já foram para outro canto, com certeza com outro nome [...].

Esse cenário das terras que anteriormente eram produtivas e após um tempo são abandonadas está crescendo em algumas regiões do Nordeste, pois, verificou-se, segundo Pessoa e Rigoto (2022), que essa Região é uma das que mais estão tendo a incidência do

agronegócio, dessa maneira, chamamos atenção para o Estado do Ceará, onde foi avaliado que as monoculturas para exportações, principalmente de frutas, estão se ampliando. Percebemos que, o crescimento do agronegócio da região do Nordeste não é sinônimo de melhoria de qualidade de vida dos sujeitos e da região inserida nesse contexto, corroboramos com Pessoa e Rigoto (2022, p. 69) quando os autores afirmam que há uma “[...] dissociação entre crescimento econômico e o desenvolvimento social; ou seja, a expansão das forças produtivas não implica necessariamente melhoria progressiva das condições de educação, saúde e trabalho.”

Dessa forma, entendemos que a agricultura é importante para toda a população, mas, ao utilizarmos da agricultura através dos grandes empreendimentos, são geradas algumas consequências, que estão se tornando cada vez mais comum. Um outro exemplo dessas consequências é a substituição da mão-de-obra por tecnologias; segundo Schneider (2020), os agricultores tiveram que se adaptar à nova realidade de comércio virtual, setor que vem crescendo simultaneamente com a “facilidade” em que as redes sociais e as diversas plataformas de vendas digitais oferecem. Essa forma de comércio já estava em uso, porém deu sua alavancada com a pandemia da Covid-19, agora, perguntamos: os pequenos produtores conseguiram acompanhar toda essa expressividade das tecnologias em suas vendas? Ou apenas o setor mais capitalizado?

Não responderemos, apenas iremos mostrar os dados da Conab (2020), que versa sobre a previsão para a safra de 2019/2020, (valendo salientar que esses dados são no contexto adverso da pandemia):

[...] prevê que a safra brasileira de 2019/2020 será de 253,7 milhões de toneladas, o que representa 4,8% a mais em relação à safra passada. Esse é um indicador importante, pois somado à tomada de crédito e a desvalorização do real, a remuneração dos produtores rurais indica um significativo aporte financeiro para a safra 2020/2021. (SCHNEIDER, 2020, p. 173)

Fica claro que as tecnologias aumentaram o comércio de alimentos, possibilitando que a safra e as exportações do agronegócio, mesmo em meio da pandemia, ainda assim se mantivesse em alta. Em contramão, nem todos os produtores da agricultura familiar possuem esse aparato para realizar suas vendas por meio digital e, mesmo se tais produtores obtivessem os mesmos aparatos tecnológicos, o próprio público consumidor dos produtos internos, majoritariamente, não tem acesso muitas vezes a recursos como esses. Esse fato também colabora e comprova que, quanto mais o agronegócio insere tecnologias em seu meio, é diminuída a própria mão-de-obra das empresas, então,

diminuindo a mão-de-obra, aumenta-se a produção por meio das tecnologias e permanecem as más condições de trabalho, uma vez que os trabalhadores não possuem outra saída que se sujeitam a esses postos de trabalho, sucedendo esses fatos ocorre o famoso exército industrial de reserva no campo.

Através dos fatos citados acima e tomando com intensidade o período de pandemia, algumas consequências negativas decaem sobre a agricultura familiar, sendo assim, as dificuldades são resumidas em três pontos centrais “a) dificuldades de manutenção da dinâmica produtiva e comercial; b) impactos nos volumes de produção; c) efeitos nos preços recebidos e queda na renda dos agricultores familiares nos últimos meses.” (SHNEIDER, 2020, p. 176)

Acrescentando a essas consequências, surge o que chamamos de alteração na cadeia produtiva da agricultura familiar, pontuado acima por Shneider e, colaborando com o mesmo fato, Pessoa e Rigoto (2022) afirmam que o agronegócio, através dos cultivos de frutas, como por exemplo, melão, banana e mamão, tomam o espaço dos produtos da agricultura familiar. Essa substituição ocorre através do grande conhecimento que as empresas adquirem na área de fruticultura associado à alta capitalização que essas empresas possuem. Desta maneira, alteram-se “a cultura e o tipo de produtor, do pequeno produtor familiar não capitalizado para grandes empresários.” (PESSOA E RIGOTO, 2022, p. 64). Nesse viés, fazemos um adendo para dizer que, segundo Castro e Pereira (2021), o Nordeste possui algumas regiões que são um celeiro produtivo de frutas, como o exemplo das regiões Petrolina-Juazeiro e Mossoró, em Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, respectivamente.

Dando continuidade, na pesquisa realizada por Pessoa e Rigoto (2022, p. 68), um trecho interessante dos autores revela que os próprios trabalhadores das empresas têm o conhecimento de que a cadeia produtiva da agricultura local é modificada:

A maioria dos participantes do grupo tem a percepção de que a terra está sendo utilizada de forma inadequada pelos grandes empreendimentos agrícolas, podendo ocasionar, dentro de poucos anos, a perda da produtividade em função das agressões promovidas pelo agronegócio.

Em um outro relato, é possível entender o quão grande se tornou o mercado do agronegócio e como eles “competem” até com os próprios trabalhadores:

[...] muitas [frutas] é exportada e só vai primeira qualidade. A visão desses projetos, principalmente desse grande, é exportar [...] para Europa e para fora do Brasil [...]. Os trabalhadores lá não têm o direito de comer um melão no meio da plantação. Ele não tem

o direito de comer ali, às vezes, tem casos que eles deixam levar para casa [...]. As pessoas só vivem de exportar e uma fruta que a gente [...] chama de refugo [...] é essas frutas que tem defeito [que pode comer] que são mais miudinhas [...]. (PESSOA E RIGOTO, 2022, p. 68)

Em sentido contrário a toda essa bonança que o agronegócio obteve e se intensificou no período da pandemia, observamos que não ocorreu da mesma maneira com a agricultura familiar. Sendo assim, diversos pequenos produtores relataram em uma entrevista que, devido à diminuição das operações comerciais na pandemia, derivou em uma redução nas receitas desse setor e a saída que alguns produtores tiveram de optar foi de requerer empréstimos ou recorrer à poupança (para aqueles que tinham). (SHNEIDER, 2020).

E por falar em receita, cerca de 51% do setor que compõe a agricultura familiar, afirmaram, em julho de 2020, que a perda mensal das receitas brutas das famílias beirava os 35%, para alguns estados esse percentual chegou a passar dos 40%, essas informações nos revelam a “exposição desacobertada” que a agricultura familiar está acometida, sendo a primeira a receber as sequelas de qualquer situação adversa, como foi a da pandemia da Covid-19, por exemplo. (SHNEIDER, 2020).

Agora, um outro ponto importante já abordado nessa pesquisa, mas para certificarmos novamente, foi a diferença entre o número de estabelecimentos agropecuários e a área total correspondente de cada setor. Observamos que o número de estabelecimentos da agricultura familiar é bem maior, em relação à área total do setor do agronegócio, (como ilustrado no quadro 13); nesse contexto, o IBGE (2017) tipificou 3.897.408 estabelecimentos classificados no setor da agricultura familiar, do outro lado, já sabemos que o agronegócio ficou bem mais abaixo, como vimos anteriormente.

Contudo, o agronegócio necessita de uma quantidade de terras elevada para poder cultivar e exportar em larga escala, afinal, são através das monoculturas de exportação e latifúndios improdutivos que tivemos a formação da estrutura agrária brasileira e se desfazer dessa condição após todas as expropriações que foram impulsionadas pela concentração de capital sobre o campo se torna, cada vez mais, um desafio cheio de obstáculos.

Todo esse processo de expropriações e explorações no campo fazem parte da formação social brasileira, portanto, é inerente a esse “regime” a condição de desigualdade para um grande grupo de trabalhadores em contraponto à condição de riqueza para um pequeno grupo. Sempre foi assim. Acentuando-se, portanto, com a forma

de produção do agronegócio, com a conjuntura política e econômica (mais precisamente no contexto pandêmico e ultraneoliberal), bem como, também, com a estrutura fundiária da qual estamos acometidos.

Assim, para podermos compreender o processo que leva às tensões existentes entre a agricultura familiar e o agronegócio, foi impossível não abordarmos, mesmo que pontualmente, o contexto ultraneoliberal que se deu de forma particular e impetuosa no contexto do projeto político e econômico do Governo Bolsonaro. Assim sendo, o projeto do Governo Bolsonaro deixa aparentes as características de subordinação ao capital internacional, através de traços existentes na burguesia reacionária e conservadora, como também do discurso neofacista, visto principalmente no contexto pandêmico e, claro, através da “alienação” das riquezas naturais. (SANTOS E SILVA, 2021).

O agronegócio encontrou facilidades nesse governo que foi muito útil para a orientação agroexportadora da economia brasileira, conforme Santos e Silva (2021, p. 352):

Ambos contam de um lado, com facilidades na tramitação de medidas legislativas que lhes favorecem, em especial quanto às intencionalidades de apropriação privada de terras e, de outro, com a redução da capacidade de fiscalização dos órgãos e agentes estatais, resultante de orçamentos profundamente contingenciados e décadas de sucateamento.

Outra facilidade que o agronegócio encontrou foi quanto à política fundiária desse Governo, que versou sobre a interrupção na demarcação de terras para territórios indígenas e quilombolas, para os assentamentos rurais também, bem como possibilidades no que diz respeito à legalização de grilagens e territórios na mineração, em especial na Amazônia. (SANTOS E SILVA, 2021).

No que versa sobre a concentração fundiária da qual estamos acometidos, podemos citar o caso da região do MATOPIBA, que é a tem a maior concentração do Nordeste, além disso, é uma região que, apesar de ser reconhecida por uma grande produção de grãos, é carente em políticas públicas que beneficiem a população daquela região. É um exemplo de região que mesmo com seu crescimento econômico a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos não altera para melhor, tendo um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). (CASTRO E PEREIRA, 2021). Assim, para os mesmos autores (2021, p. 11, 12):

[...] os estados do Nordeste que compõem o Matopiba já revelavam em 2006 considerável concentração fundiária. Maranhão, Piauí e Bahia apresentaram 0,6%, 0,4% e 0,5% de seus estabelecimentos com mais



de 1 mil hectares respondendo por mais de 35% da área total [...] o Censo Agropecuário de 2017 mostra aumento da concentração fundiária para o Brasil. Os estabelecimentos com até 50 ha representam 81,4% do total, mas apenas em 12,8% da área.

Caminhando para as considerações gerais buscamos apresentar, nas seções acima as principais determinações do ultraneoliberalismo sobre a disputa entre a agricultura familiar e o agronegócio, a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e da literatura científica da área. Nesse cenário de lutas e defesas pelos direitos no campo, observamos que o homem do campo sempre foi alvo das mais diversas expropriações, desde a acumulação primitiva até a constituição do modo de produção capitalista e transpassando também pela formação social brasileira, alcançando os dias atuais. A exploração é inerente a esse sistema, a partir disso e da origem da nossa Questão Agrária, que foi colonialista e escravista e das duas formas de produção: agricultura familiar *versus* agronegócio constatamos diversas vezes, qual é o setor historicamente favorecido em nosso país e quão carente de um desenvolvimento rural mais sustentável e igualitário nós somos.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao abordar a agricultura familiar e o agronegócio, transpassamos por caminhos que indicaram pontos importantes da nossa formação social e como se mantem a Questão Agrária brasileira, características como, por exemplo, a acumulação primitiva, colonialismo, latifúndio e escravismo foram nossos primeiros caminhos.

Logo, para seguir esse caminho adotamos a Teoria Social Crítica para através dela podermos capturar os efeitos da transição para o ultraneoliberalismo sobre as discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, a partir da comparação crítica dos Censos Agropecuário de 2006 e de 2017 e da interlocução com a literatura científica, afinal é essa a teoria que mais se aproxima do Serviço Social e nos permite apontar para a realidade de grupos que são os mais desfavorecidos na sociedade, como o caso dos que pertencem a agricultura Familiar.

As análises da expropriação e exploração andaram de mãos dadas nessa pesquisa, nos mostrando que a terra é norte principal do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a conduta utilizada por esse modo de produção sempre é a mesma, ele só muda a roupagem, caracterizando, portanto, os traços de violência mostrados desde o período da acumulação primitiva até os dias de hoje.

A modernização no campo foi outro aspecto importante que denotou a expansão do capitalismo no campo, quando a chegada do modelo empresarial-industrial impulsionou a formalização de novas técnicas na agricultura, assim como o uso de mecanização no campo, agrotóxicos, transformações genéticas e outras, esse foi um momento de forte “implantação” de políticas agrícolas em benefício dos grandes produtores.

Outro momento importante nesse debate foi a discussão que realizamos acerca da agricultura familiar e o campesinato, em que relatamos as aproximações e divergências entre os dois “movimentos” e quando equiparadas a forma de produção do agronegócio se distinguem em todos os aspectos. Conforme essa discussão podemos verificar que ela pode se estender a várias áreas de estudos, contudo, o que não pode acontecer é que esse debate se encerre sem o devido aprofundamento e investigação necessária (assim como a pesquisa como um todo) pois, considerando esses fatores, os atores envolvidos nessas situações podem auxiliar para a formulação de mudanças na realidade dos produtores rurais que se esforçam todos os dias para a construção de um modo de vida capaz de assegurar sua condição de trabalhador do campo com dignidade.

Consideramos como um dos resultados da pesquisa que a inserção da produção do agronegócio e o “desenvolvimento econômico” que esse setor gera (não) está intimamente ligado à melhoria da qualidade de vida dos agricultores e população envolvida. Por consequência, pilares importantes para a sociedade como a educação, saúde, segurança, lazer e cultura, por exemplo, permanecem sem progressos. O que deveria ser diferente, afinal, de que adianta ostentar o ranking de um dos maiores países de exportação se os setores que ascendem não garantem bem-estar aos seus trabalhadores e à população em geral?

Assim, para a maioria dos trabalhadores rurais do agronegócio, esse tipo de trabalho se tornou uma via para sobreviver (apenas), dado que as condições de vida não progridem, como visto acima, esses empreendimentos atingem principalmente os moradores da própria localidade e no anseio de um trabalho digno atraem também os migrantes de outras regiões. O resultado dessa “jornada” de trabalho são as condições de vida alteradas pelo modelo de produção imposto. Agora, é importante enfatizarmos novamente que a agricultura familiar não pode ser percebida apenas como conduta de subsistência ou autoconsumo da família dos pequenos produtores, essa subsistência/autoconsumo compõe a agricultura familiar, contudo, eles possuem um modelo de produção que vai além desse parâmetro, alimentando assim boa parte dos brasileiros com a sua oferta de alimentos para o consumo interno do país.

Como uma das principais discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio observamos que a centralidade da família é uma das principais tensões, bem como o foco para produção interna e externa dessas formas de produção, visto que a agricultura familiar tem como objetivo a produção para o consumo interno e o agronegócio para o consumo externo, através das exportações. Outra variável de tensionamento, vista no capítulo 3, refere-se ao uso de agrotóxicos, sabemos que essas substâncias são altamente ofensivas para a saúde humana e o meio ambiente, mas a realidade encontrada ao compararmos os dados dos Censos de 2006 e 2017 é que houve um aumento de 27% para 33,1%, agora é importante sinalizarmos que esses dados são dados recolhidos dos estabelecimentos que declaram o uso, fazemos um exercício de imaginarmos quantos são os estabelecimentos que fazem o uso e não declaram; haveria uma erupção desses dados.

A prática do uso dos agrotóxicos são desmedidas devido à falta de precaução do Estado, um exemplo do uso desmedido dessas substâncias foram explicitadas pelo Estado do Ceará, o aumento desse percentual se deu em torno de 100%, enquanto as práticas

orgânicas, que são utilizadas em grande parte pelos agricultores familiares, se deram apenas 1,8% para o ano de 2006 e 1,3% no ano de 2017, caracterizando um decréscimo bem considerável.

Outras discrepâncias que foram relatadas na pesquisa dizem respeito sobre a irrigação e acesso a água, observamos que os pequenos produtores possuem dificuldades para esse tipo de acesso que é fundamental para os cultivos, bem como impasses para as orientações técnicas, afinal quem é mais capitalizado é que dispõe de tais recursos. Aliás, ainda nesse contexto, vale ressaltar que houve uma queda de 2% do ano de 2006 para 2017 em relação as orientações técnicas.

A condição legal das terras foi outro indicador que avaliamos, e nesse sentido, a agricultura familiar saiu lesionada mais uma vez, visto que houve uma diminuição na participação da posse de terras legais, decrescendo assim 15% do valor total. Tratamos de modo pontual, o contexto pós 2017, cenário do acirramento do ultraneoliberalismo, e retratamos que a pandemia não “tratou” essas duas formas de produção igualmente, visto que as produções do agronegócio aumentaram, (mesmo nesse período adverso) e a maioria dos pequenos produtores não tinham condições e até mesmo conhecimento para se adequarem a nova forma de comercialização dos produtos que passou a ser majoritariamente de forma virtual.

Sendo assim, nesse contexto ultraneoliberal revelamos cenário desastroso que se alastrou no Governo de Jair Messias Bolsonaro e culminou na pandemia da Covid-19, como bem visto, entendemos então o enredo da correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio nos Censos agropecuários de 2006 e 2017 e como alguns fatores de estenderam nessa situação adversa em que passamos, prejudicando como sempre os mais desfavoráveis. As evidências afirmavam que haveria um aumento da produção do agronegócio e se concretizou quando constatamos que nesse mesmo período houve um aumento de exportações desse setor, enquanto que, para a agricultura familiar, após esse cenário atípico, teria de haver um apoio para essas famílias voltarem a produzir, o que denota mais uma vez, que a situação dos dois setores não foram dadas como iguais.

A agricultura de uma maneira geral desenvolve um papel importante para todas as regiões e claramente ela se utiliza dos bens naturais, no entanto, a agricultura familiar desenvolve uma relação de “reciprocidade” com os recursos naturais, pois, tendo o conhecimento que são finitos sabem o mal que podem causar e com isso desenvolvem um limite saudável entre todos esses eixos, porém os grandes empreendimentos através do agronegócio causam grandes danos as próprias regiões envoltas nessa forma de

produção, conduzindo explorações desmedidas, apropriação dos próprios bens naturais, gerando uma disputa global pela terra e os seus recursos, além, portanto, dos danos à saúde humana dos trabalhadores rurais.

A agricultura familiar, nesse sentido é tida como eixo para que haja uma transformação no campo, dado que ela é capaz de permitir uma reprodução sustentável e de acesso aos sujeitos mais excluídos. A luta pela terra é real, a necessidade de uma reforma agrária também; é real e urgente, a democracia deveria garantir a distribuição de terras para que ela fosse realizada de forma efetiva para os que não a possuem. A garantia das políticas agrárias e fundiárias para o fortalecimento e defesa dos pequenos produtores seria um eixo essencial para que se expandisse um desenvolvimento sustentável no campo, transpassando a educação com as formações profissionais, infraestrutura, suportes técnicos e outros, posto que essas são algumas das condutas principais para o desenvolvimento desse setor.

Para além disso, é possível, considerarmos importante afirmar que para que houvessem mudanças significativas o contexto teórico não deve se desvencilhar da realidade desses grupos, é necessário que mais pesquisadores se debrucem sobre o tema, visto que uma das dificuldades de realizar a pesquisa foi encontrar subsídios teóricos que nos fornecessem dados sobre esse cenário. Cenário esse que vem demonstrando que a Questão Social no campo brasileiro é gritante e o Serviço Social ainda possui lacunas nessa área.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. do. **As sociabilidades necessárias ao capital**: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. In: Revista em Pauta. V. 19 N. 48. Pp 57-69. Rio de Janeiro: UERJ/FSS. 2º. Sem. 2021.

ARAGÃO, Tainá. SILVA, Sandra. **Governo Bolsonaro consolida projeto de destruição na Amazônia**. 2021. Disponível em < <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-bolsonaro-consolida-projeto-de-destruicao-da-amazonia>> Acesso em: 31 de jan. de 2023.

BARBOSA, Catarina. **Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: "Um dia para não esquecer"**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em 05 de maio de 2023.

BRASIL, **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>>. Acesso em 26 de set. de 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL, **Panorama do Agro. 2021**. Disponível em : <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro> Acesso em 13 de abr. de 2023.  
BRASIL. Painel Coronavírus. Disponível em <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 30 jan. 2023.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160, ISSN 1413-0580.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. In **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, p. 247-272, 2008.

CASTILHO, Luís. **O agro é lobby: a bancada ruralista no congresso**. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-agro-e-lobby-a-bancada-ruralista-no-congresso/>> Acesso em : 28 de nov. de 2022.

CASTRO, Nunes de. PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura Nordestina: Análise comparativa entre os censos agropecuários de 2006 e 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro. 2021.

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista; VIANA Masilene Rocha. A QUESTÃO AGRÁRIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: algumas notas. **In: II**

**Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas.** 2018. Piauí. Disponível em: <<https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/NDk1.pdf?011453>> Acesso em 07/03/2022.

DEMIER, F. BURGUESIA E PANDEMIA: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro. Em: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. (orgs) **POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO.** Minas Gerais: Navegando, 2020. (pp. 89 – 101).

DOURADO, José Aparecido Lima, MESQUITA, Helena Angélica de. "Expropriação Camponesa, Agronegócio e Precarização Do Trabalho Em Livramento De Nossa Senhora (BA)." *Revista IDEAS* 4.1 (2010).

FABRINI, João Edmilson. LATIFÚNDIO E AGRONEGÓCIO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL. *Revista Pegada* – vol. 9 n.1, Jun/2008. Disponível em <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>> Acesso em: 31 mar. 2022.

FERREIRA, Marcelo. **Contaminação por agrotóxicos cresce 161,3% no país em 2022, diz CTP.** Disponível em <<https://mst.org.br/2022/11/03/contaminacao-por-agrotoxicos-cresce-1613-no-pais-em-2022-diz-cpt/>> Acesso em: 25 de nov. de 2022.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GHIZELINI, André A. Michelato, ARAGUÃO, Lucas. **Campesinato e Agricultura Familiar:** divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. v. 1 n. 23 (2019): Sinais 23/1 2019.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2020.** Goiânia: CPT Nacional, 2021.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, O. Escravidão e racismo. São Paulo: HUCITEC, 1978.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

LOPES DA SILVA, M. L. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. **In Textos & Contextos.** v. 20, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2021.

LACERDA, Marina Basso. **“Bancada da bala”: foram eleitos 48 deputados policiais e militares.** Disponível em <<https://diplomatie.org.br/bancada-da-bala-foram-eleitos-48-deputados-policiais-e-militares/>> Acesso em 28 de nov. de 2022.

MACIEL, Kleciane Nunes; SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Vitorino. **A campanha publicitária “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo” da Rede Globo de Televisão como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil.** Eptic On-Line (UFS), v. 21, p. 46-61, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/download/10910/8460/> Acesso em: 02 mai. 2023.

MARKO, Kátia. **Operação conjunta deflagra trabalho análogo à escravidão na colheita da uva no RS.** Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br>. Acesso em :08 de maio de 2023.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva (capítulo 24). *In: O Capital.* Crítica da Economia Política- Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, K. A teoria moderna da colonização (capítulo 25). *In: O Capital.* Crítica da Economia Política- Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil.* São Paulo: Ática, 1988.

MONCAU, Gabriela. **“O Agro não é pop”:** estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. 2021. Disponível em <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio>> Acesso em: 21 de fev. de 2022.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale; RODRIGUES, Fernanda Cássia; SANTOS, Nilma Angélica dos. Agricultura familiar, agronegócio, e a produção das trabalhadoras rurais: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. **In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas,** 2013, São Luís. Anais Eletrônicos [...] Disponível em :<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013>. Acesso em 26 de out de 2022.

OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. **In: Revista de Direito Agrário e Agroambiental.** Minas Gerais. v. 1 . n. 2 . p. 20 – 35. Jul/Dez. 2015.

OVIDO et al. Nota técnica: desmatamento sem controle na Amazônia legal: a estimativa da taxa de desmatamento prodes em 2021 e o impacto nas áreas protegidas. **Instituto Socioambiental.** São Paulo, 2021. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10d00731.pdf> Acesso em: 31 de jan. de 2023.

RAMOS, V. R. G. Pandemia do coronavírus e a classe trabalhadora brasileira em xeque mate. **Revista Estudos libertários.** UFRJ, V. 2, N. 4, Ed. Especial, n. 2, 2020.

RESENDE, Thiago. **Reeleição da bancada ruralista chega a 65%, e líder espera novas adesões em 2023.** Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/reeleicao-da-bancada-ruralista->



chega-a-65-e-lider-espera-novas-adesoes-em-2023.shtml > Acesso em: 28 de nov. de 2022.

SANTA'ANA, Raquel Santos. Questão social e a particularidade do rural: um diálogo a partir da formação profissional em serviço social. v. 16 n. 1 (2018): **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**.

SANTOS, J. S.; SILVA, E. M. da. “Agro acima de tudo, minério acima de todos”: as ameaças do Governo Bolsonaro às áreas legalmente protegidas na Amazônia. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 343–366, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.44866. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44866>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SANTOS, José Filho Araújo. **A relação da questão agrária com a questão social brasileira**: um solo de expressões para o Serviço Social. 2018. Disponível em: <[http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-45578-15062018-192850.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-45578-15062018-192850.pdf)> Acesso em: 04 mar de 2022.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para discussão. Embrapa informação tecnológica. Brasília, 2008.

Schneider, Sergio et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados [online]**. 2020, v. 34, n. 100 [Acessado 23 Março 2022], pp. 167-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>>. Epub 11 Nov 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>.

Senra, Nelson de Castro. **O Censo entra em campo**: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Local: Rio de Janeiro Editor: IBGE Ano: 2014. Descrição física: 618p.

Serafim, Milena Pavan. **Agricultura Familiar**: uma “Análise Política” das Políticas e Instituições. 2011. 280 fls. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, S. S. de S. Expressões contemporâneas do Imperialismo e desafios à sua análise. In **Revista Katálysis**. V. 24 N° 2. mai-ago 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/78015/46585>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 21, 2004, p. 42-61.